

Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados

INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes nos últimos dez anos da sociedade portuguesa tem sido sem dúvida a que resultou, ao nível dos movimentos populacionais, de dois factores que, sob várias formas, têm condicionado fortemente a configuração social, económica e cultural de Portugal:

A crise mundial;

O fim do último império colonial formal da história contemporânea.

Como resultado do primeiro factor, «fecharam-se» praticamente as portas tradicionais por onde se atraíam para a Europa (sobretudo) as gentes que por cá não encontravam resposta para as suas necessidades ou ambições e que por lá desempenhavam papéis que a outros não serviam e que, além do mais, nos permitiam alcançar o ouro da nossa comodidade.

Desde princípios da década de 60 que os Portugueses eram cada vez mais atraídos por essa Europa e «expulsos» do seu país. Foram certamente perto de 1 500 000 entre 1960 e 1974, chegaram a atingir pelo menos 180 000 num só ano (1970), em 1973 ainda foram cerca de 123 000, mas o número seguro talvez nunca se saiba, pois sobre os clandestinos (que para França terão sido, pelo menos, 560 000 naquele período, atingindo, só em 1970, cerca de 114 000)¹ não se podem fazer mais do que algumas estimativas incompletas. Seja como for, em 1974, a emigração já descera para pouco mais de 70 000, decaindo continuamente desde então, não ultrapassando os 15 000 nas estimativas para 1982².

Ao mesmo tempo, e pelas mesmas razões, essa mesma Europa se vai alijando progressiva e mais ou menos impudicamente dos «excedentes de mão-de-obra» que «a crise lhe provoca». É o tempo das vacas magras e,

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

¹ Números que resultam da diferença entre os registos anuais da imigração portuguesa pelo Office National d'Immigration de França e os da emigração para aquele país pela Secretaria de Estado da Emigração.

² Todos estes dados (com excepção dos clandestinos) têm como fonte a Secretaria de Estado da Emigração. Cf. a este propósito Luís Miguel Seruya in Heinz-Michael Stahl *et al.*, *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a C. E. E., 1980-1990*, Lisboa, Moraes Editores/IED, 1982. Ver também INE, *Estatísticas Demográficas, 1976-1979*, Lisboa, 1983.

nessa circunstância, primeiro devem estar os nacionais... Esse é pelo menos o argumento principal.

Muitos se têm vindo, por conseguinte, embora, compelidos ou simplesmente «estimulados» a empreender o regresso. Muitos mais, porém, têm também regressado, não tanto por essa razão de força, mas porque já «tinham na ideia» voltar, aproveitando então nalguns casos o «encorajamento» (nomeadamente sob a forma de «ajuda ao regresso» ou de reembolso das contribuições para a Segurança Social) por parte das autoridades desses países para concretizar esse sonho ou até antecipá-lo.

O número dos que têm regressado não é conhecido, uma vez que não existem estatísticas directas sobre essa questão. É possível, no entanto, apresentar algumas estimativas que poderão desde já, e com todas as reservas necessárias, balizar aquele movimento ou, pelo menos, desenhar-lhe as grandes tendências.

Por um lado, a partir dos censos, é possível conhecer o número daqueles que, residindo em Portugal no ano n (momento censitário), estavam a residir no estrangeiro num momento anterior $n - t$. Sem que esse conceito corresponda de facto ao de regresso de emigrantes (como se explicará adiante), pode servir indirectamente, à falta de melhor, para traçar o perfil da sua evolução. Assim, a partir dos censos de 1960, 1970 e 1981, chega-se aos seguintes números para o continente³:

Entre 31 de Dezembro de 1959 e 31 de Dezembro de 1960 (1960)	6 800
Entre 31 de Dezembro de 1965 e 31 de Dezembro de 1970 (1966-70)	22 000
Entre 31 de Dezembro de 1969 e 31 de Dezembro de 1970 (1970)	13 000
Entre 31 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1981 (1974-80) ⁴	182 190
Entre 31 de Dezembro de 1979 e 16 de Março de 1981 (1980) ⁵	60 699

Por outro lado, estimativas recentes sobre o regresso de emigrantes dos países da CEE apontam para os seguintes valores⁶:

1961-65	12 400
1966-70	71 000
1971-75	183 900
1976-80	224 000
1981-85	208 900

³ Ver X, XI e XII *Recenseamentos da População* (1960, 1970 e 1981). Ver também Custódio Conim in Manuela Silva et al., *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, IED, caderno 8, Lisboa, 1984 (cap. 1). Este livro dá conta dos resultados de um projecto sobre o regresso de emigrantes, em que participou também o autor e que recorreu nomeadamente a um inquérito realizado a 692 emigrantes regressados, como amostra representativa do regresso a Portugal continental.

⁴ Dado que o momento censitário foi em 16 de Março de 1981, os períodos de 1974-80 e 1980 citados aqui e mais adiante no texto prolongam-se de facto até àquela data.

⁵ Id.

⁶ Estimativas de Custódio Conim, in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 2.

Sem querer entrar na discussão do rigorismo e compatibilidade destes números, parece-nos que eles desenham claramente duas tendências irrefutáveis:

Há de facto um movimento de regresso que se tem acelerado nos últimos anos:

Esse movimento não tem atingido as dimensões nem da própria emigração nem do que, a partir das ex-colónias, ocorreu em 1974-76.

Quanto ao segundo factor acima referido (fim do império colonial), são conhecidas as suas consequências ao nível do movimento de pessoas: calcula-se que no período de 1974-76 terão chegado a Portugal entre 500 000 e 700 000 pessoas providas das ex-colónias⁷.

Por seu turno, segundo o *Recenseamento da População de 1981*, o número daqueles que, residindo em 16 de Março daquele ano no continente, residiam em 31 de Dezembro de 1973 nas ex-colónias, era de 493 093 (505 087 se se incluírem as Ilhas). Mesmo tendo em conta que alguns não se podem incluir naquele movimento por terem partido por razões e em momentos diferentes dos relativos à descolonização⁸, e ainda que houve retornados que saíram de Portugal antes de 1981, aquele número não deixa de representar uma «sedimentação» aproximada do referido movimento populacional, ilustrando com nitidez a sua amplitude.

É assim que a sociedade portuguesa, de sociedade que fornecia mão-de-obra ao exterior, «convidando» a sair, se vê obrigada a receber.

As reestruturações, ajustamentos, desafios e potencialidades que resultam desta alteração ainda não foram completamente estudados, ignorando-se deste modo algumas das transformações mais importantes que têm ocorrido em Portugal nos últimos anos.

Este trabalho pretende dar uma contribuição nesse sentido, a partir da caracterização dos contornos mais nítidos daquelas reestruturações, aos níveis espacial e demográfico, económico e sociocultural, no que diz especificamente respeito ao *regresso dos emigrantes*.

Logicamente, a visão assim conseguida será apenas parcelar da sociedade portuguesa, pelo que, sempre que possível, se procurará ir mais longe e completá-la quanto aos aspectos em que as transformações aqui analisadas se cruzam com outros factores e características que não os directamente relacionados com aquele regresso.

Para além da experiência pessoal que pudemos recolher, quer em três anos de França, quer em Portugal, e cuja resultante é impossível de exprimir completamente em texto, vamos utilizar em particular os resultados fornecidos pelo *XII Recenseamento da População* (1981) e pelo inquérito realizado em Dezembro de 1982 a uma amostra de 692 emigrantes regressados (em 13 concelhos), representativa do regresso ao continente, no âmbito de um projecto em que participámos⁹.

A utilização da primeira daquelas duas fontes para a análise do regresso de emigrantes põe contudo alguns problemas que convém desde já esclarecer.

⁷ Segundo dados do IARN.

⁸ Todos aqueles que vieram para Portugal antes do 25 de Abril de 1974, os emigrantes provenientes de Cabo Verde ou de outras ex-colónias nas mesmas condições, etc.

⁹ E cujas conclusões estão contidas na já referida publicação do IED: Manuela Silva *et al.*, *op. cit.* Sobre a metodologia utilizada ver, em particular, Madalena Matos (anexo).

Como já se disse atrás, a informação aí contida permite apenas saber quantos dos residentes no momento censitário (16 de Março de 1981) residiam em datas anteriores¹⁰ no estrangeiro. Ora esse número não se identifica perfeitamente com o de regresso de emigrantes, nomeadamente pelas razões que se apontam a seguir¹¹:

- a) Nem todos os que se encontram naquela situação se podem considerar emigrantes, como será o caso de portugueses que estiveram a estudar no estrangeiro, de estrangeiros que vieram trabalhar (ou em missão) para Portugal, etc.;
- b) Estão excluídos os filhos dos emigrantes nascidos após a data de observação retrospectiva;
- c) De igual modo se excluem todos os emigrantes regressados naquele período, mas que entretanto faleceram ou emigraram de novo (antes, portanto, do momento censitário).

Estas razões tornam ainda pouco seguras as comparações entre estimativas efectuadas por este processo para períodos de observação de diferentes amplitudes, como os que se referem atrás a partir dos censos. Pelo mesmo motivo, a partir dos períodos de 1974-80 e 1980 nada se poderá concluir quanto a um subperíodo 1974-79.

Para além destas reservas, outras resultam da opção de trabalharmos com o «distrito» como unidade geográfica de apresentação dos resultados, sabido como é que essa divisão administrativa está longe de se revelar pacífica dos pontos de vista que aqui reteremos (demográfico, económico e sociocultural). Na impossibilidade de nos decidirmos aqui por uma outra divisão a partir de uma diferente agregação de concelhos (o que era possível com os elementos disponíveis), e tendo ainda como alternativa utilizarmos grandes regiões agrupando vários distritos, optámos, apesar de todas as reticências, por aquela apresentação (distritos), por ser a que, de imediato, mais úteis comparações permite, além de que não prejudica a referida alternativa. Aliás, no decorrer do texto recorreremos também, uma ou outra vez, a agrupamentos distritais sempre que a compreensão da lógica regional em Portugal o exigir.

Finalmente, uma última nota: mais uma vez (e salvo uma ou outra referência), o centro da análise será o continente, deixando-se de lado as Ilhas, por exigirem um tratamento e um conhecimento específicos a que aqui não ambicionamos. Mas não há dúvida de que se trata de uma lacuna que, mais cedo ou mais tarde, teremos de preencher.

1. AS CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E DEMOGRÁFICAS DO REGRESSO

1.1 O REGRESSO À TERRA

Se se utilizarem os dados referentes à residência, por distritos do continente e regiões autónomas, no momento censitário (16 de Março de 1981), comparando-os, retrospectivamente, com os da residência (por distritos,

¹⁰ No caso em análise: em 31 de Dezembro de 1973 e em 31 de Dezembro de 1979.

¹¹ Cf. também Custódio Cónim in Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 1.

regiões autónomas, Macau e países estrangeiros) em 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979, podemos construir duas *matrizes de residências comparadas* em dois momentos, cobrindo os períodos de 1974-80 e 1980¹², respectivamente: é o que consta dos quadros A-1 e A-4, em anexo.

Note-se que não se trata propriamente de matrizes de migrações inter-regionais (entre distritos e regiões autónomas e migrações provenientes do estrangeiro para território português), uma vez que não se dispõe de uma análise dinâmica, mas tão-somente de estática comparada, pelo que devemos antes considerá-las como o resultado, ou, melhor a *sedimentação*, observada em 1981, daquelas migrações, sendo por isso uma boa representação do seu impacte.

Por outro lado, não se puderam completar os referidos quadros com os dados relativos aos resultados da emigração para o estrangeiro por distritos para aqueles períodos, uma vez que não é possível trabalhar com fontes comparáveis, o que os torna, de certa maneira, incompletos.

Com todas estas reservas, incluindo as explicitadas na «Introdução», julgamos contudo que se trata de elementos de análise extremamente úteis e suficientemente eficazes para o objectivo deste trabalho. Repare-se, além do mais, que a apresentação em termos daquelas matrizes, e não apenas quanto aos regressos do estrangeiro (exceptuando as ex-colónias), nos vai permitir entender os resultados do regresso dos emigrantes enquadrados nos que se referem ao movimento das ex-colónias e às migrações internas, o que, só por si, não deixará decerto de estimular novas pistas e aproveitamentos a partir desta reflexão. Será esse, pelo menos, um dos nossos objectivos.

A partir de cada uma das matrizes referidas (quadros A-1 e A-4, em anexo) é ainda possível construir duas outras auxiliares:

A dos *coeficientes de origem*, indicando, em percentagem, a origem dos que, no momento de observação retrospectiva considerado (31 de Dezembro de 1973 ou 31 de Dezembro de 1979), não residiam no distrito onde indicaram residência em 1981: cf. quadros A-2 e A-5, em anexo;

A dos *coeficientes de destino*, indicando, em percentagem, o destino (local de residência em 1981) em Portugal (continente ou regiões autónomas) dos que, no momento de observação retrospectiva considerado, residiam noutro distrito ou região autónoma ou no estrangeiro¹³: cf. quadros A-3 e A-6, em anexo.

Uma primeira abordagem destes quadros impõe desde logo uma conclusão relativa à *intensidade dos movimentos populacionais* que vêm atravessando Portugal nos últimos anos: dos 9 833 014 residentes em 1981 no continente e Ilhas, não residiam no mesmo distrito, região autónoma ou mesmo no País 1 007 354, para a observação de 31 de Dezembro de 1973 (adiante referida apenas por 1973), e 203 081 para a de 31 de Dezembro de 1979 (adiante mencionada simplesmente por 1979), ou seja, respectiva-

¹² Relembre-se que, como se explicou atrás, estes períodos se prolongam até 16 de Março de 1981.

¹³ Pelas razões já evocadas, ficaram fora de observação os que emigraram para o estrangeiro.

mente, 10,2% e 2,1% daqueles. Ou ainda 11,6% e 2,1%, se considerarmos como referência não a população residente em 1981, mas apenas o subconjunto daquela que já era nascida nas datas retrospectivas e que, portanto, podia indicar uma residência nesses momentos, ou seja, 8 651 388 e 9 649 156, respectivamente¹⁴.

A análise da origem dessas populações que mudaram de local de residência (não esquecendo que a unidade retida é o distrito e a região autónoma) entre aquelas datas e residem no território português¹⁵ em 1981 evidencia (ver quadro n.º 1) as três características seguintes:

Há um peso muito elevado das *populações provenientes das ex-colónias*, que, relativamente à residência em 1973, é de metade do total, embora se trate de um movimento *concentrado* no tempo, tendo-se reduzido para 5,5% no que respeita à residência em 1979;

Há uma permanência da importância dos *ex-residentes no estrangeiro* (aqui assimilados, por simplificação, a ex-emigrantes) que só a amplitude do movimento anterior subvaloriza, quanto à residência em 1973, e em que predominam os ex-residentes em França;

Dentre o movimento devido às *migrações internas* parece plausível incluir uma tendência para o *regresso à terra* com origem nas grandes cidades, em especial Lisboa, ainda que aqui essa tendência apenas se detecte em termos muito agregados dos distritos respectivos.

Distribuição por origens da população que, em 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979, não residia no mesmo distrito de residência que em 1981 (continente e ilhas)

(QUADRO N.º 1)

Origens	31 de Dezembro de 1973		31 de Dezembro de 1979	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem
<i>Continente e Ilhas</i>	305 772	30,4	123 087	60,6
Lisboa	76 499	7,6	33 016	16,3
Porto	24 349	2,4	10 187	5,0
Setúbal	18 957	1,9	8 387	4,1
<i>Macau</i>	3 675	0,4	2 898	1,4
<i>Ex-colónias</i>	505 087	50,1	11 132	5,5
Angola	309 058	30,7	..	..
Moçambique	164 065	16,3	..	..
Outras	31 964	3,2	..	..
<i>Estrangeiro (excepto ex-colónias)</i>	192 820	19,1	65 895	32,4
França	99 825	9,9	28 699	14,1
RFA	28 931	2,9	7 957	3,9
Outros Europa	14 368	1,4	7 626	3,8
EUA/Canadá	13 490	1,3	6 180	3,0
Outros países	36 206	3,6	15 433	7,6
Total	1 007 354	100,0	203 081	100,0

Fontes: quadros A-1, A-2, A-4 e A-5, em anexo.

¹⁴ Cf. quadros A-1, A-2, A-4 e A-5, em anexo.

¹⁵ Como se sabe, o *Recenseamento da População* cobre o continente e as Ilhas, sendo a população de Macau, pelo seu estatuto especial, excluída da observação. Atente-se ainda em que, nalguns quadros (como o da residência em 31 de Dezembro de 1973), o INE inclui Macau no estrangeiro.

Aos dois movimentos de que se falou atrás, como marcando no essencial a população portuguesa nos últimos anos (com origem nas ex-colónias e nos países de emigração), deve-se assim começar a juntar um terceiro, que se prende com *um regresso à província a partir nomeadamente de Lisboa, Porto e Setúbal*.

A partir dos elementos *por distritos* aqui disponíveis, considerem-se desde já as seguintes contribuições para a discussão de uma tal hipótese¹⁶:

- a) Relativamente à população residente em 1981 nos diferentes distritos e regiões autónomas que em 1973 e 1979 residia noutro local (dentro das unidades geográficas retidas) ou noutro país:

Lisboa (distrito) aparece sempre entre as seis principais origens, para *todos os distritos e regiões autónomas*, mesmo «sofrendo a concorrência» dos retornados das ex-colónias e dos emigrantes regressados. Nalguns casos é mesmo a principal origem, como para os distritos de Beja (1973 e 1979), Coimbra (1979), Évora (1979), Faro (1979), Portalegre (1973 e 1979), Santarém (1979), Setúbal (1979) e Viseu (1979);

Porto (distrito) também aparece sempre entre as seis principais origens para os seus «distritos periféricos»: Aveiro, Braga, Bragança, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu;

Setúbal (distrito) está, por seu turno, entre as principais origens relativamente aos seus «distritos vizinhos»: Beja, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre e Santarém.

- b) Os ex-residentes do distrito de Lisboa espalharam-se um pouco por todo o território de Portugal em 1981, ao contrário dos originários de outros distritos, que concentraram, em geral, as suas mudanças de residência em poucos destinos (cf. quadros A-3 e A-6, em anexo);
- c) Com excepção das relações entre Lisboa e Setúbal (distritos), que são de outra natureza, a maioria daqueles movimentos parecem poder inscrever-se numa tendência para o regresso de populações dos principais distritos de atracção para a província;
- d) Apesar disso, esses movimentos *não contrariam nem compensam* (ainda?) *os tradicionais no sentido inverso*: Lisboa continua a ter saldos positivos com todos os distritos, com excepção de Aveiro, Faro, Setúbal e Viana do Castelo (quer entre 1973 e 1981, quer entre 1979 e 1981), enquanto Porto e Setúbal mantêm também saldos positivos com todos os distritos periféricos ou vizinhos referidos atrás;
- e) Seja como for, é de realçar que, em 1981, nada menos que 9 distritos possuíam pelo menos 10 residentes em cada 1000 que em 1973 residiam no distrito de Lisboa. Para além do caso particular de Setúbal (37,9), são eles: Santarém (16,3), Portalegre (16,2), Leiria (13,9), Évora (12,6), Castelo Branco (12,2), Beja (11,1), Faro (11,1) e Coimbra (10,0). A título de comparação, retenha-se que eram 11 os distritos que possuíam mais de 10 residentes em cada 1000 que em 1973 residiam em França, com uma média de 10,6 para o continente (contra 7,9 no caso de ex-residentes no distrito de Lisboa).

¹⁶ Cf. quadros A-1 a A-6, em anexo.

É evidente que se trata ainda de uma análise muito genérica que só uma avaliação por *concelhos* poderá elucidar melhor. No âmbito deste trabalho, cabe, no entanto, esta breve referência, que adiante se continuará, a propósito de um ou outro aspecto mais importante.

Retomemos pois a análise do objecto central deste trabalho: o regresso de emigrantes, tomando aqui como referência as residências no estrangeiro em 1973 e 1979 detectadas pelo *Recenseamento de 1981*.

Observando a distribuição por distritos do número representativo do regresso de emigrantes no período de 1974-80 (até 16 de Março de 1981), ou seja, dos residentes em 1973 no estrangeiro, com excepção das ex-colónias, verifica-se que ela acompanha de perto a referente à emigração legal por distritos no período de 1961-74 (cf. quadro n.º 2), podendo dizer-se que, com algumas excepções de pequena amplitude, em que ressalta nomeadamente a relativa atracção exercida pelos três distritos (Setúbal, Lisboa e Faro) cuja população mais cresceu nos anos 70 (cf. quadro n.º 4), as duas distribuições se equiparam nos seus contornos essenciais (cf. também gráfico 1).

Distribuição, por distritos, da emigração legal (1961-74), do regresso de emigrantes (1974-80) e do movimento oriundo das ex-colónias (1974-80), em Portugal continental (em percentagem)

(QUADRO N.º 2)

Distritos	Emigração legal (1961-74)	Regresso de emigrantes(a) (1974-80)(b)		Movimento das ex-colónias(c) (1974-80)(b)
		Total	França	
<i>Faixa litoral mais «desenvolvida»</i>	62,0	66,3	60,7	76,8
Braga	10,2	9,1	11,5	3,3
Porto	10,5	11,0	9,5	11,4
Aveiro	8,4	9,6	7,2	5,6
Coimbra	4,2	4,3	4,3	4,6
Leiria	9,2	9,0	10,5	3,9
Santarém	4,5	4,8	6,1	4,1
Lisboa	12,0	13,4	8,1	33,8
Setúbal	3,0	5,0	3,6	10,0
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>	38,0	33,7	39,3	23,2
Viana do Castelo	5,4	5,2	7,2	1,6
Vila Real	5,0	3,3	4,0	2,9
Bragança	3,5	3,5	4,5	3,2
Viseu	6,0	5,5	4,4	4,5
Guarda	5,5	4,2	5,9	2,9
Castelo Branco	5,0	4,2	6,5	2,0
Portalegre	0,6	0,6	0,5	0,7
Évora	0,8	0,6	0,6	0,8
Beja	2,2	1,2	1,0	0,6
Faro	4,0	5,3	4,8	3,9
CONTINENTE	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Toma-se aqui como representativo do regresso de emigrantes do período de 1974-80 o número de residentes detectados pelo *Recenseamento de 1981* (16 de Março) que em 31 de Dezembro de 1973 residiam no estrangeiro (excluindo as ex-colónias).

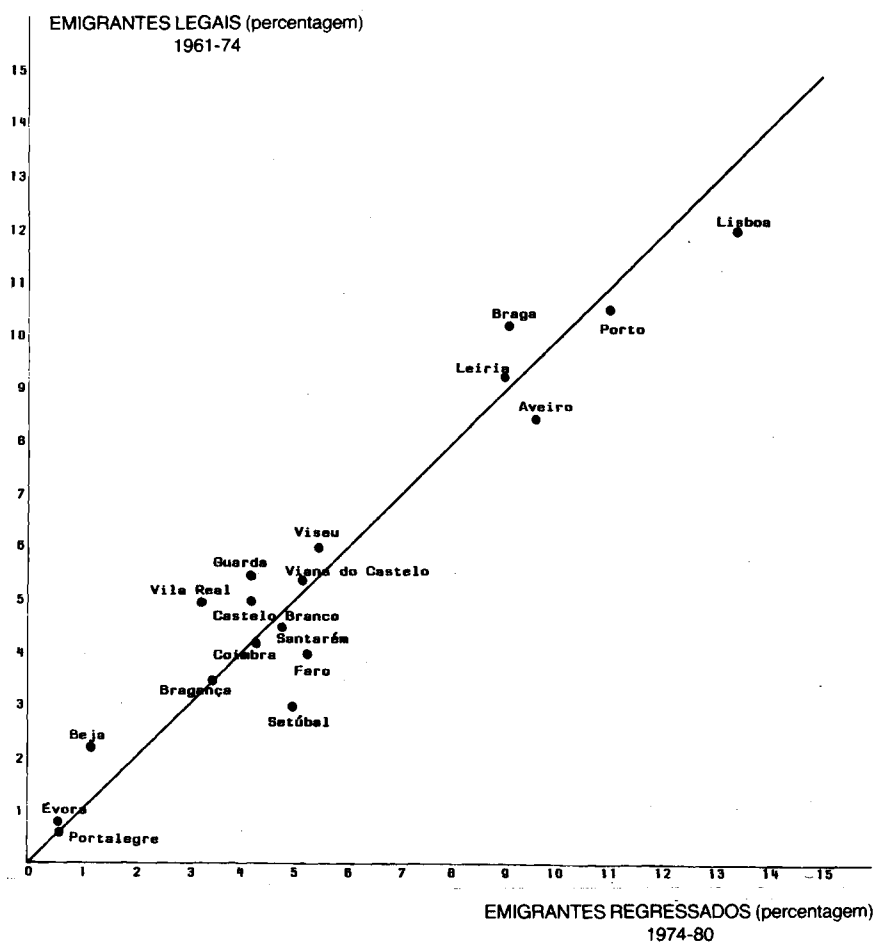
(b) Período que decorre, de facto, entre 31 de Dezembro de 1973 e 16 de Março de 1981 (momento de realização do censo).

(c) O mesmo critério que na nota (a) para os que em 31 de Dezembro de 1973 residiam nas ex-colónias.

Fontes: coluna «Emigração legal»: Luis Miguel Seruya in Heinz-Michael Stahl et al., *Perspectivas da Emigração Portuguesa para a CEE, 1980-1990*, Moraes Editores/IED, Lisboa, 1982. Restantes colunas: quadro A-1, em anexo.

**Comparação entre as distribuições, por distritos, da emigração legal (1961-74)
e do regresso de emigrantes (1974-80) em Portugal continental**

(GRÁFICO I)



Fonte: quadro n.º 2.

Fica assim a ideia de que o movimento emigração-regresso é, tendencialmente, um movimento de tipo pendular, implicando o *regresso ao local de origem*.

É contudo com muita prudência que se devem encarar as comparações atrás estabelecidas, uma vez que se passou por cima de algumas reticências, que resultam nomeadamente de se ter em conta pelo menos o seguinte:

Ignorou-se, por impossibilidade de a conhecer, a distribuição por distritos de uma parte importante da emigração, a emigração clandestina, cujos eventuais desvios relativamente à da emigração legal poderiam introduzir alterações consideráveis nas conclusões;

As zonas de partida (neste caso, os distritos) não são necessariamente as de origem, podendo antes constituir «zonas de trânsito» em resultado de uma primeira migração interna, seguida de emigração, como poderá ser, pelo menos em parte, o caso de distritos como os de Lisboa, Porto e Setúbal;

Da mesma maneira, as zonas de residência em 1981 poderão ser, não as de regresso, mas as que resultam de uma eventual migração interna que se poderá ter seguido àquele;

Seja como for, também aqui, ou até sobretudo aqui, a análise por distritos é extremamente imperfeita, impondo-se antes uma abordagem mais fina, nomeadamente ao nível de concelho.

Apesar de todas estas reservas, podemos, no entanto, aceitar a conclusão de que, tendencialmente, o regresso dos emigrantes se faz para o local de origem e é sobretudo um *regresso à terra*.

De facto, existem várias indicações que dão força a essa hipótese.

Por um lado, o inquérito já referido realizado, em Dezembro de 1982, a uma amostra representativa de emigrantes regressados¹⁷ permite concluir que 90% dos inquiridos regressaram à *mesma freguesia onde viviam antes de emigrar*, sendo essa tendência para regressar ao local de origem mais forte nos inquiridos:

Com mais de 50 anos;

Provenientes de França;

A trabalhar (em Portugal) no sector agrícola;

A residir (em Portugal) nos concelhos rurais.

O mesmo inquérito reforça ainda essa conclusão ao revelar que, segundo os próprios ex-emigrantes¹⁸, as razões fundamentais para o regresso se devem, na maioria, a factores afectivos de ligação à terra ou à família ou a problemas de usura (física ou psicológica): «saudades da família e da terra» (22%), «razões de saúde» (17%), «educação dos filhos em Portugal» (13%), «inadaptação à vida ou ao trabalho no estrangeiro» (10%) e «reforma ou acidente de trabalho» (8%), tudo razões a «justificar» e a *estimular um regresso à terra*¹⁹.

¹⁷ Cf. nomeadamente Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 4, pp. 111-112.

¹⁸ O que não deixa de introduzir um certo subjectivismo nas razões indicadas, a ter na devida conta.

¹⁹ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 5, pp. 180-187.

Convergente com estas indicações está o facto de os inquiridos afirmarem ter baseado a sua decisão de regresso ao local de origem, em 80% dos casos, em razões familiares (contra 11% de razões económicas)²⁰.

Por outro lado, um outro autor, Michel Poinard, num estudo sobre regresso de emigrantes de França²¹, vai no mesmo sentido ao afirmar nomeadamente o seguinte:

A comparação entre o local de nascimento e a morada da família em Portugal já não nos permite supor que a emigração, forma de êxodo rural, facilita a reinserção no meio urbano português. O essencial dos emigrantes provinha do campo e, destes, 90% *reinstalam-se no concelho de nascimento ou num concelho limítrofe* (que corresponde geralmente ao concelho natal da esposa). A maioria dos que dão um endereço de regresso na Grande Lisboa é originária do Sul e do Alentejo. Como, em relação a estas zonas, o êxodo interno em direcção à capital é um fenómeno tradicional, pode-se pensar que eles já tinham abandonado a sua aldeia natal antes de emigrar para a França²².

Repare-se, aliás, que, a confirmar estas afirmações e o que se disse mais atrás a propósito do inquérito a emigrantes regressados, os regressos com origem em França, a mais importante proveniência de ex-emigrantes (54%, relativamente ao período de 1974-80, segundo a metodologia retida neste trabalho), parecem menos atraídos para os distritos mais «industrializados» do que o total, havendo, pelo contrário, uma maior tendência para as zonas rurais (cf. quadro n.º 2).

Parece pois poder afirmar-se, com alguma segurança, que o regresso de emigrantes se tem *orientado essencialmente para as regiões da partida* (alguns anos antes)²³, o que cria a expectativa de que poderá estar a contribuir para «preencher» zonas deixadas «vazias» exactamente pela emigração.

Isso mesmo parece ressaltar da comparação da repartição distrital do regresso (quadro n.º 2) com a da população residente total nos três últimos censos (quadro n.º 4).

Se se utilizar uma hipotética agregação de distritos que ponha em relevo a existência de uma faixa do litoral mais «desenvolvida» (tomando aqui desenvolvimento no sentido fácil, mas incorrecto, ou, pelo menos, discutível, de crescimento económico)²⁴, em oposição às zonas que sofreram maior sangria populacional e de recursos a vários níveis nos anos 60²⁵, verifica-se, na verdade, que a distribuição dos regressos está mais próxima da da população residente no início dos anos 60 do que da do início dos anos 80, tendendo, portanto, quanto às grandes zonas e contornos, a reproduzir aquela.

²⁰ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 4, p. 112.

²¹ Michel Poinard, «Emigrantes portugueses: o regresso», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XIX, n.º 75, 1983-1.º, p. 38.

Cf. também, do mesmo autor: «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XIX, n.º 76, 1983-2.º

²² O sublinhado é da nossa responsabilidade.

²³ Entre dez e quinze anos, em média, segundo apurou o inquérito referido: Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 3.

²⁴ O que só fazemos, sublinhe-se, por comodidade de expressão.

²⁵ É claro que, mais uma vez, o distrito não é a unidade aconselhável, mas, para efeitos de comparação, acabámos por o utilizar.

Por outro lado, comparando mais de perto aquela distribuição de regressos de emigrantes (residência no estrangeiro em 1973, cf. quadro n.º 2) com a dos residentes no continente em 1981 (cf. quadro n.º 4), verifica-se que a primeira apresenta, relativamente à segunda, maiores percentagens nos distritos assinalados com asterisco:

Faixa litoral mais «desenvolvida»

*Braga
Porto
*Aveiro
Coimbra
*Leiria
Santarém
Lisboa
Setúbal

Outras zonas do litoral e interior

*Viana do Castelo
*Vila Real
*Bragança
*Viseu
*Guarda
*Castelo Branco
Portalegre
Évora
Beja
*Faro

Ou seja, apenas em três do primeiro grupo e em todos os das zonas mais marginalizadas do crescimento industrial dos anos 60 e 70, *com excepção dos distritos alentejanos*. Esta excepção é de assinalar, pois, sendo exactamente esses os distritos que, *directamente*, mais baixas percentagens de emigração forneceram (cf. quadro n.º 2), na altura do regresso *ainda menos recebem*, permanecendo *também* marginalizados nesse movimento, como aliás no que teve origem nas ex-colónias, como se verá adiante.

A consolidar estas reflexões considere-se o peso (por 1000 habitantes), relativamente aos residentes em 1981 em cada distrito, dos ex-residentes no estrangeiro em 1973 (cf. quadro n.º 3 e figura 1-A).

Ai se documenta a importância da entrada de ex-emigrantes (oriundos sobretudo de França) nos distritos mais «esvaziados» pela emigração, em particular nos do Norte e Centro interior, que correspondem exactamente às zonas mais marginalizadas do tipo de crescimento económico assimétrico e desarticulado que se impôs nas últimas décadas em Portugal. O número de ex-emigrantes por 1000 habitantes é precisamente mais elevado na maioria dos distritos pertencentes ao segundo grupo considerado, em relação aos da faixa litoral mais «desenvolvida». *É aí pois, nessas zonas mais abandonadas, que se sente mais o impacte do regresso de emigrantes* e que as transformações serão mais visíveis, até porque é nessas regiões que as estruturas sociais e económicas mais se cristalizaram, numa primeira fase.

Repare-se, aliás, no contraste bem significativo entre as situações, quanto às migrações (entradas) sedimentadas nos distritos em 1981, das duas zonas retidas no quadro n.º 3, e pondo de lado, por enquanto, o caso excepcional das populações oriundas das ex-colónias: sem invalidar a importância, em ambos os casos, especialmente no segundo, da contribuição dos dois factores referidos, na maioria dos distritos da primeira zona (faixa litoral mais «desenvolvida»), o caudal das entradas foi sobretudo alimentado pelas *migrações internas*, enquanto a contribuição principal para o da maioria dos da segunda veio dos *regressos da emigração* (cf. quadro A-2, em anexo).

As excepções a esta diferenciação são, no primeiro grupo de distritos, os casos já referidos de Braga, Aveiro e Leiria, distritos de muito forte emigração (cf. quadro n.º 2), e, muito particularmente, no segundo, *os distritos alentejanos de Portalegre, Évora e Beja*, confirmando o que se disse atrás sobre a sua marginalização a este respeito.

**População residente em 16 de Março de 1981 (continente e Ilhas) que em 31 de Dezembro de 1973 residia noutro local(a),
por principais origens e por 1000 habitantes**

(QUADRO N.º 3)

Residência em 1981	Total	Origens (residência em 1973)								Total do estrangeiro
		Outros distritos do continente	Ex-colónias			Estrangeiro, excepto ex-colónias				
			Total	Angola	Moçambique	Total	França	Outros Europa	Outros	
<i>Faixa litoral mais «desenvolvida»</i>	106,5	33,4	54,6	32,4	18,3	17,4	8,7	4,2	4,5	72,0
Braga	64,4	17,7	22,6	14,3	7,0	23,5	16,0	4,6	2,9	46,1
Porto	69,2	19,7	36,0	23,0	11,5	12,9	6,0	3,0	4,0	48,9
Aveiro	93,2	20,3	44,3	30,8	11,8	28,1	11,4	3,0	13,7	72,4
Coimbra	103,0	32,0	52,1	33,8	16,4	18,2	9,7	4,0	4,4	70,3
Leiria	111,4	26,3	45,5	26,5	17,3	39,1	24,7	8,9	5,5	84,6
Santarém	99,8	35,0	45,0	25,8	17,1	19,1	13,3	3,2	2,6	64,1
Lisboa	134,7	40,3	80,6	44,9	28,2	11,8	3,9	4,4	3,6	92,5
Setúbal	168,2	77,7	75,2	44,1	24,3	13,8	5,4	5,8	2,7	89,1
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>	100,1	26,5	47,6	32,1	13,7	25,5	16,2	5,5	3,9	73,1
Viana do Castelo	89,1	21,0	30,9	18,8	10,9	36,7	27,7	2,4	6,7	67,7
Vila Real	98,5	21,2	53,9	39,5	13,1	23,1	15,0	4,7	3,5	76,9
Bragança	142,6	20,7	86,7	62,6	22,3	34,7	24,2	8,0	2,5	121,4
Viseu	99,1	23,2	52,1	34,3	15,7	23,5	10,2	8,7	4,6	75,5
Guarda	131,4	23,1	70,3	47,3	21,5	37,6	28,5	3,8	5,3	107,9
Castelo Branco	102,2	26,0	43,0	26,5	14,6	32,8	27,6	2,9	2,4	75,8
Portalegre	71,3	37,8	24,9	15,4	7,7	7,9	3,2	3,7	1,0	32,8
Évora	64,7	36,3	21,7	12,9	7,0	6,3	3,1	2,6	0,6	28,0
Beja	58,8	31,1	16,1	9,1	6,0	11,2	5,2	5,3	0,7	27,3
Faro	122,3	32,0	59,4	42,5	14,2	30,0	14,8	8,2	7,0	89,4
CONTINENTE	104,8	31,6	52,8	32,3	17,1	19,5	10,6	4,6	4,4	72,3
<i>Regiões autónomas</i>	57,3	10,9	24,2	14,3	8,4	21,4	1,6	1,6	18,3	45,6
Açores	51,2	13,8	19,8	12,0	5,8	16,9	0,5	0,4	16,0	36,7
Madeira	63,1	8,1	28,4	16,5	10,9	25,8	2,6	2,7	20,5	54,2
CONTINENTE E ILHAS	102,4	30,6	51,4	31,4	16,7	19,6	10,2	4,4	5,1	71,0

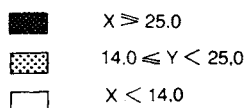
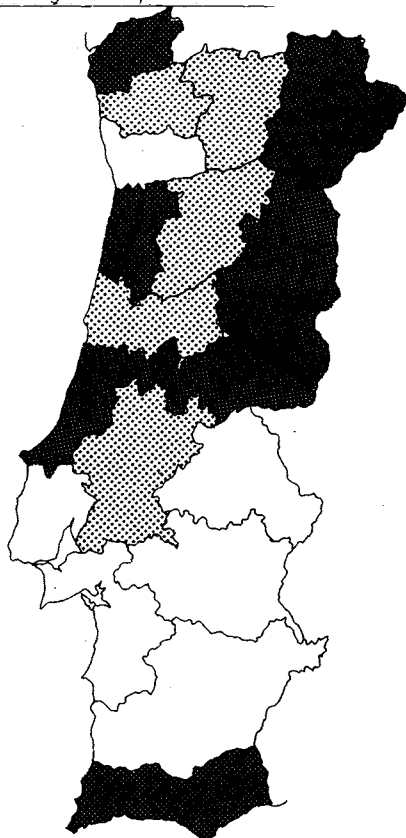
(a) Outros distritos ou regiões autónomas diferentes dos de residência em 1981 ou estrangeiro.

Fonte: quadro A-1. em anexo.

**População residente no continente em 16 de Março de 1981
que em 31 de Dezembro de 1973 residia no estrangeiro,
por 1000 habitantes e por distritos**

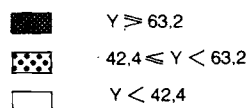
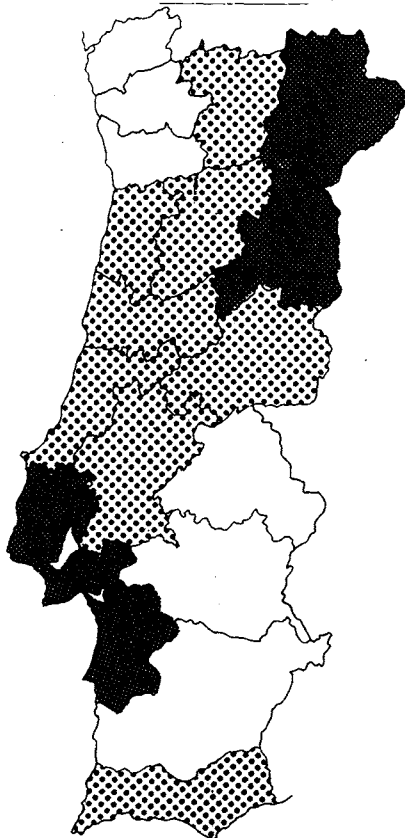
(FIGURA 1)

A — Estrangeiro, excepto ex-colónias



X (continente) = 19,5

B — Ex-colónias



Y (continente) = 52,8

E quanto ao *movimento proveniente das ex-colónias*, referido na «Introdução» como o outro grande factor de entrada de populações no País nos últimos anos, como se caracterizou?

Embora não seja ele o objecto central da nossa análise, perspectivá-lo, nos seus contornos e características essenciais, em paralelo com o regresso dos emigrantes, só pode beneficiar a nossa reflexão, como aliás se reconheceu na «Introdução». Por isso vejamos as suas principais incidências.

Assinale-se, antes de mais, que o referido movimento relativo ao período de 1974-80 (residentes no continente em 1981, com residência em 1973 nas ex-colónias, com todas as reservas já mencionadas) apresenta uma distribuição por distritos *muito mais desigual* do que a do regresso dos emigrantes e muito mais «atraída» pelos distritos que, em conjunto, têm funcionado, internamente, como o íman mais poderoso (Lisboa e Setúbal), reforçando, com essas características, a polarização predominante nas últimas décadas (cf. quadros n.ºs 2 e 4). O que não invalida que, ao dirigir-se, de forma bastante notável (relativamente à distribuição do total da população residente em 1981), para certas zonas do Norte e Centro interior, em particular para os *distritos de Bragança e Guarda*, tenha contribuído consideravelmente para «preencher» ou, pelo menos, minimizar os «vazios» populacionais dessas regiões.

Por outro lado, também este movimento *parece ter marginalizado os distritos alentejanos de Portalegre, Évora e Beja*.

A consideração do número de ex-residentes das ex-colónias por 1000 habitantes e por distritos (cf. quadro n.º 3 e figura 1-B) permite aprofundar e caracterizar melhor essas primeiras conclusões.

Dessa análise se conclui, de facto, que:

- a) O movimento populacional com origem nas ex-colónias (com Angola à frente) desencadeado na sequência dos processos de descolonização de 1974-75 atingiu uma expressão de tal modo elevada que, *em termos absolutos*, se espalhou, de forma importante, *por todos os distritos* do continente (e também pelas regiões autónomas), *atingindo todo o território*;
- b) *Em termos relativos* (em relação à população residente), quatro distritos foram especialmente «tocados» por esse movimento — Bragança, Lisboa, Setúbal e Guarda —, seguidos, a alguma distância, pelos de Faro, Vila Real, Coimbra e Viseu, que foram (e são) assim os que sentiram mais o seu impacto;
- c) Os distritos de Portalegre, Évora e Beja foram (com o de Braga) os menos atingidos por este movimento. No caso dos alentejanos repare-se que apenas receberam (segundo a residência em 1981) 10 518 pessoas, ou seja, 2,1 % do total.

Pode-se então concluir que o movimento com origem nas ex-colónias e o regresso de emigrantes têm ambos contribuído, de modo muito importante, para tornar mais preenchido todo o território de Portugal, do ponto de vista populacional, depois da sangria dos anos 60 e princípios de 70, o primeiro de forma mais intensa e concentrada, o segundo de forma mais extensa e prolongada, com a sua tendência para o regresso ao local de partida.

Há contudo, a este propósito, uma diferença fundamental entre eles: *enquanto o regresso de emigrantes tem atenuado a desigual distribuição por distritos da população residente, o fluxo proveniente das ex-colónias*

reforçou-se nalguns dos seus aspectos essenciais. A excepção no primeiro caso é também ampliada pelo segundo e diz respeito, como se viu, a três distritos do *Alentejo*: Portalegre, Évora e Beja.

O quadro n.º 3, juntamente com os quadros A-1 a A-6, em anexo, permitem ainda completar esta análise, na linha do que se propôs na «Introdução», quanto aos *resultados das migrações internas* observados em 1981, em referência à residência em 1973 e 1979. São de siblinhar os três seguintes aspectos:

Todos os distritos registam valores consideráveis quanto ao número de entradas com origem nos outros distritos do continente, *incluindo os alentejanos*, o que, para além de testemunhar a intensidade dos movimentos populacionais internos, parece também ir no sentido da já possível tendência para um regresso à província, sem contudo inverter a lógica predominante. Dir-se-á que há como que um vaivém, continuando a dominar o fluxo tradicionalmente mais forte;

Tanto em referência a 1973 como a 1979, os distritos com maior número de entradas por 1000 habitantes (acima da média) são, embora por ordem diferente: Setúbal, Lisboa, Portalegre, Évora, Santarém, Faro, Coimbra e Beja²⁶. Registe-se o facto de os distritos alentejanos se contarem neste grupo, contrastando com os modestos resultados observados relativamente ao regresso de emigrantes e ao movimento proveniente das ex-colónias. As principais contribuições para tal (no que se refere aos distritos de Portalegre, Évora e Beja) vieram dos distritos de Lisboa e Setúbal (mais de metade do total), verificando-se, por outro lado, que 8,7% e 16,6%, respectivamente, dos ex-residentes em 1973 nestes últimos que em 1981 já residiam noutro distrito do continente ou nas ilhas se encontravam então nos três mencionados;

Seja como for, os dois distritos que mais têm atraído essas migrações internas e onde mais se tem feito sentir o seu impacto (em termos do número de entradas por 1000 habitantes) são *Lisboa* e *Setúbal*²⁷, em particular este último: receberam, respectivamente, 27,8% e 17% (ex-residência referida a 1973) e 24,8% e 18% (1979) dos que, residindo no continente nessas datas, em 1981 já tinham mudado para *outro* distrito ou região autónoma (cf. quadros A-3 e A-6, em anexo), sendo os números por 1000 habitantes (relativamente a 1973), respectivamente, 40,3 e 77,7. A atracção exercida por estes dois distritos tem aliás bastante de «cumplicidade», pois é o facto de Lisboa (cidade) estar autenticamente a «transbordar» para a outra margem do Tejo que vem determinando grande parte do fluxo que tem «invadido» o distrito de Setúbal. Mas também neste caso a análise por distritos se revela extremamente imperfeita e só a utilização dos concelhos permite compreender efectivamente aqueles movimentos: em ambos os períodos (ex-residência referida a 1973

²⁶ Ordem em relação a 1973, sendo relativamente a 1979 a seguinte: Setúbal, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém, Évora, Coimbra e Beja.

²⁷ O distrito de Faro, que tem reforçado ultimamente a sua capacidade de atracção, aparece, relativamente a 1979 e quanto ao número de entradas por 1000 habitantes, à frente de Lisboa, mas só absorveu, no total, 4% das mudanças de residência do continente registadas naquele período (cf. quadro A-6, em anexo).

ou 1979), os concelhos desse distrito que mais se «encheram» foram (embora por ordem um pouco diferente) os do Seixal, Almada, Barreiro, Moita e Setúbal²⁸. Em contrapartida, concelhos houve nos dois distritos que «expulsaram» gente, como os de Lisboa e Sobral de Monte Agraço (no de Lisboa) e Alcácer do Sal e Grândola (no de Setúbal).

Chegados a este ponto, cabe então perguntar: quais afinal as consequências, em termos populacionais, de todos estes movimentos?

A resposta cabal a esta questão não a podemos dar aqui, uma vez que, não só não analisámos a evolução da emigração²⁹ e a do saldo fisiológico ou crescimento natural³⁰ naqueles períodos, faltando-nos, por isso, uma visão global dos factores que influenciaram o movimento geral da população, como também não dispomos de dados sobre a evolução desta, total e por distritos, nos períodos aqui considerados, que sejam compatíveis com os que utilizámos.

Apesar disso, é possível deixar, neste conjunto de reflexões, alguma contribuição para responder à questão referida, utilizando para isso, antes de mais, os elementos dos censos de 1960, 1970 e 1981. Comparando a evolução da população nos períodos de 1960-70 e 1970-81, poder-se-á ter uma ideia dos principais efeitos dos movimentos populacionais aqui estudados, uma vez que o segundo daqueles períodos já contém, relativamente ao primeiro, alguns desses efeitos.

Essa comparação põe contudo, pelo menos, dois problemas de difícil resolução:

Os dados do *Recenseamento Geral da População de 1970* conheceram já várias versões e correcções, indicando a mais recente³¹ 8108,2 milhares de indivíduos residentes para o continente (8648,4 se se incluírem as Ilhas). Há, contudo, uma deficiência de base nos elementos recenseados que os faz enfermar, irremediavelmente, de uma subavaliação considerável que nenhuma correcção pode sanar. Assim, de acordo com uma estimativa utilizada pelo INE³², a popula-

²⁸ Cf. INE, *XII Recenseamento Geral da População* (1981), volume do total do País, quadros 6.14 e 6.15.

Ao contrário do que se poderia pensar, os concelhos de Santiago do Cacém e Sines, os mais directamente atingidos pelo «projecto de Sines», tendo embora registado um número apreciável de entradas, ficam muito aquém dos mencionados e ainda atrás de outros (como Palmela e Sesimbra).

²⁹ Segundo dados disponíveis, a emigração, no período de 1974-80, com origem no continente deve ter atingido cerca de 250 000 pessoas. Não é possível contudo comparar esse número com os estimados para o regresso dos emigrantes (ver «Introdução»), visto partirem de fontes e serem achados segundo métodos muito diferentes.

Cf., para aquele cálculo, Luís Miguel Seruya in Heinz-Michael Stahl *et al.*, *op. cit.*, p. 60, e INE, *Anuário Estatístico* (vários anos), utilizando elementos da Secretaria de Estado da Emigração.

³⁰ A este propósito ver nomeadamente J. Manuel Nazareth, «Conjuntura demográfica da população portuguesa no período de 1970-80: aspectos globais», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XX, n.ºs 81-82, 1984-2.º e 3.º

³¹ Cf. INE, *Anuário Estatístico de 1982*.

³² Cf. Custódio N. P. S. Cónim, *Estimativas da População, 1941-1975*, INE, «Estudos 49», 1977.

As estimativas para aquele ano e seguintes diferem contudo substancialmente de publicação para publicação, de estimativa para estimativa, consoante os métodos de ajustamento e

ção residente naquele ano no continente e nas regiões autónomas seria de 9013,7 milhares, segundo a qual haveria uma subavaliação no censo de 365,3 milhares no total, ou seja 4,2%. Essa estimativa não separa contudo o continente das regiões autónomas nem considera a distribuição da população por distritos, para além de que não evita problemas de comparabilidade não só com os dados de 1960, como também com os de 1981³³.

Por outro lado, o período de 1970-81 é um período «viciado», pois os três primeiros anos (1971-73) prolongam, ou mesmo acentuam³⁴, as tendências anteriores, sendo muito mais impressivo e correcto comparar as evoluções verificadas antes e depois do ponto de viragem nessas tendências, ou seja, 1974.

No primeiro caso optámos por utilizar, apesar de tudo, os dados dos censos, uma vez que a hipótese de recurso às estimativas mencionadas põe igualmente alguns problemas de resolução discutível, como os do ajustamento para os três anos em causa (1960, 1970 e 1981), de forma a torná-los comparáveis, e os da distribuição da população do continente por distritos.

Quanto ao segundo, completaremos a análise com uma outra periodização, utilizando uma estimativa disponível da população residente por distritos em 1973.

Estes dados enfermam da mesma deficiência (subavaliação) que os do censo de 1970, uma vez que foram calculados a partir deles³⁵, mas, pelas razões anteriormente citadas, a que se junta uma de coerência de opções, preferimos utilizá-los na nossa reflexão a outros de construção (por distritos) problemática.

Atendendo aos dois casos referidos, teremos evidentemente em conta as reticências que resultam para as nossas conclusões, mas, como se verá, estas não serão afectadas nos seus contornos essenciais pelas soluções encontradas.

Consideremos então, em primeiro lugar, a distribuição e variação da população residente no continente, total e por distritos, entre 1960, 1970 e 1981 (ver quadro n.º 4).

Tendo como pano de fundo a já muitas vezes referenciada extrema desigualdade na distribuição da população pelo território do continente, e apenas no que nos interessa neste trabalho, podem-se extrair do quadro

seguimento demográfico utilizados. Ver nomeadamente, naquele estudo, pp. 36 e 37. Os últimos dados publicados pelo INE para aqueles anos (INE, *Anuário Estatístico de 1980*) utilizam ainda aquela estimativa referida.

³³ De acordo com aquela estimativa, os dados do censo de 1960 teriam também uma subavaliação e 187,3 milhares de indivíduos (2,1%) para o conjunto do continente e Ilhas.

Comparem-se também os elementos da série 1970-80 (em INE, *Anuário Estatístico de 1980*, p. 29) com os referentes ao *Recenseamento Geral da População de 1981* (cf., por exemplo, quadros A-1 e A-4, em anexo).

³⁴ Lembre-se que a emigração (em particular a clandestina) atingiu precisamente o seu auge no final dos anos 60, princípios de 70.

³⁵ Trata-se dos elementos publicados nas *Estatísticas Demográficas de 1973*, do INE, que apontam para uma população residente (em 30 de Junho) de 8045,8 milhares para o continente e de 8564,2 se se incluírem as Ilhas. Compare-se este último número com o da estimativa já referida (Custódio Cónim, *op. cit.*, p. 36), que aponta para 8978,2 mil indivíduos no final do ano (31 de Dezembro) para o total do continente e Ilhas, sugerindo uma subavaliação daqueles de 414 000, ou seja, 4,8%.

**Distribuição e variação da população residente e densidade populacional, por regiões e distritos,
no período de 1960-81. em Portugal (continente)**

(QUADRO N.º 4)

Regiões/distritos	Superfície		População						Variação da população(b) em percentagem		Densidade populacional em 1981 (habitantes/ /km2)
			1960		1970		1981(a)		1960-70	1970-81	
	1000 km2	Percentagem	Milhares	Percentagem	Milhares	Percentagem	Milhares	Percentagem			
Faixa litoral mais «desenvolvida»	29,9	33,6	5 374,9	64,8	5 729,9	70,7	6 932,6	74,3	+ 6,6	+ 21,0	232
Braga	2.7	3.0	596.7	7.2	612.7	7.6	708.9	7.6	+ 2.7	+ 15.7	265
Porto	2.4	2.7	1 193.4	14.4	1 312.4	16.2	1 562.3	16.7	+ 10.0	+ 19.0	652
Aveiro	2.8	3.1	524.4	6.3	548.0	6.8	623.0	6.7	+ 4.5	+ 13.7	222
Coimbra	3.9	4.4	433.6	5.2	401.2	4.9	436.3	4.7	- 7.5	+ 8.7	111
Leiria	3.5	3.9	404.9	4.9	379.4	4.7	420.2	4.5	- 6.3	+ 10.8	120
Santarém	6.7	7.5	461.6	5.6	430.9	5.3	454.1	4.9	- 6.7	+ 5.4	67
Lisboa	2.8	3.1	1 382.9	16.7	1 577.4	19.5	2 069.5	22.2	+ 14.1	+ 31.2	750
Setúbal	5.1	5.7	377.2	4.5	467.9	5.8	658.3	7.1	+ 24.0	+ 40.7	130
Outras zonas do litoral e interior	59,0	66,4	2 918,1	35,2	2 378,2	29,3	2 404,0	25,7	- 18,5	+ 1,1	41
Viana do Castelo	2.3	2.6	277.7	3.3	251.2	3.1	256.8	2.8	- 9.5	+ 2.2	114
Vila Real	4.3	4.8	325.3	3.9	267.1	3.3	264.4	2.8	- 17.9	- 1.0	61
Bragança	6.6	7.4	233.4	2.8	179.8	2.2	184.3	2.0	- 23.0	+ 2.5	28
Viseu	5.0	5.6	482.2	5.8	413.4	5.1	423.6	4.5	- 14.3	+ 2.5	85
Guarda	5.5	6.2	282.8	3.4	213.5	2.6	205.6	2.2	- 24.5	- 3.7	37
Castelo Branco	6.7	7.5	316.5	3.8	255.6	3.2	234.2	2.5	- 19.2	- 8.4	35
Portalegre	6.1	6.9	188.5	2.3	145.9	1.8	142.9	1.5	- 22.6	- 2.1	24
Évora	7.4	8.3	219.9	2.7	178.5	2.2	180.3	1.9	- 18.8	+ 1.0	24
Beja	10.2	11.5	276.9	3.3	204.8	2.5	188.4	2.0	- 26.0	- 8.0	18
Faro	5.0	5.6	314.8	3.8	268.4	3.3	323.5	3.5	- 14.7	+ 20.5	65
CONTINENTE	88,9	100,0	8 293,0	100,0	8 108,2	100,0	9 336,8	100,0	- 2,2	+ 15,2	105

(a) Ao contrário de 1960 e 1970, em que os dados são referentes a 31 de Dezembro, os de 1981 são de 16 de Março.

(b) Em percentagem da população residente no início do período.

Fontes: INE. X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1970 e 1981); INE. Anuário Estatístico, 1982.

n.º 4 algumas conclusões importantes no que se refere à comparação dos períodos de 1960-70 e 1970-81:

- a) Após um decréscimo (de 2% para os dados considerados) na década de 60, a população portuguesa residente no continente *aumentou* (cerca de 15%) *na década de 70*, o que constitui uma alteração radical naquela evolução³⁶. Esta inversão é ainda mais nitida se a situarmos, como é lógico, no ponto de viragem (1973-74), como se pode verificar, com todas as reservas já enunciadas, pelo quadro n.º 5.

As razões desta evolução foram já referidas — quebra acentuada e continuada da emigração, acentuação do movimento de regresso dos emigrantes e chegada maciça de ex-residentes das ex-colónias —, lembrando que, pelo seu lado, o crescimento natural (diferença entre as taxas brutas de natalidade e de mortalidade) tem registado uma tendência para decrescer³⁷.

- b) Mas, se houve alteração na evolução do total da população residente, já quanto à sua *distribuição* pelo território do continente continuou, na década de 70, a acentuar-se a sua *concentração* no que aqui designamos por *faixa litoral mais «desenvolvida»*, embora a um ritmo mais moderado: com um pouco mais de 1/3 da superfície total, aquele grupo de distritos albergava quase 2/3 da população residente no continente em 1960, passando a 71% em 1970 e quase atingindo 3/4 em 1981.

É contudo mais apropriado falar de uma *polarização em torno do eixo Lisboa-Setúbal*, que, no quadro n.º 4, se pode observar a partir dos respectivos valores distritais: sendo os distritos onde mais cresceu a população em ambas as décadas aí consideradas e não chegando a 9% da superfície total, neles se encontrava um pouco mais de 1/5 da população residente no continente em 1960, cerca de 1/4 em 1970 e praticamente 30% em 1981. Além de continuarem a captar o grosso das migrações internas, como se viu, ainda beneficiaram, de forma privilegiada, do movimento proveniente das ex-colónias, que foi particularmente atraído por esse eixo. *Os únicos que lhe «resistiram» (em termos relativos, claro) foram os emigrantes regressados, especialmente os vindos de França* (cf. quadros A-3 e A-6, em anexo).

- c) Após o decréscimo espectacular observado, na década de 60, da população das *zonas mais marginalizadas*, essa quebra foi *não só travada, mas também invertida* na década de 70, a partir de 1973 (ver quadro n.º 5), passando a verificar-se *aumentos populacionais* em quase todos os distritos dessas zonas. Mesmo nos casos em que

³⁶ Por tudo o que se disse atrás, estas taxas de crescimento não podem ser tomadas como inteiramente correctas (pecando por excesso), mas não deixam, por isso, de definir com nitidez, e indiscutivelmente, duas tendências importantes na sociedade portuguesa. Repare-se que a estimativa já referida (Custódio Cónim, *op. cit.*) leva a taxas de crescimento, *para o conjunto da população do continente e das Ilhas*, de -0.7%, entre 1960 e 1970, e de perto de +10%, entre 1970 e 1980 (utilizando os dados estimados para 31 de Dezembro de 1980, à falta de ajustamento daqueles para a data do censo: 16 de Março de 1981), o que confirma, nas suas grandes linhas, as tendências descritas.

³⁷ Cf., nomeadamente: Custódio Cónim, *op. cit.*, gráficos XVI e XVII, entre as pp. 38 e 39; J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, p. 242.

essa inversão não se deu, não há comparação possível entre as taxas de (de)crescimento nos anos 60 e nos anos 70. As razões foram já referidas: movimento proveniente das ex-colónias (o que mais contribuiu, em geral), regresso dos emigrantes e tendência para um certo regresso interno (a partir das grandes cidades) à terra, sem contrariar, contudo, o movimento tradicional inverso. Isto no que respeita aos factores de «preenchimento» *actuando em todo o território*, sendo ainda de mencionar a quase paragem da emigração, como factor de não «esvaziamento»;

Esta modificação na evolução populacional das zonas tradicionais de repulsão não alterou contudo a tendência para a litoralização e, em particular, para a polarização dos movimentos populacionais, assinaladas na alínea anterior, embora lhes atenuasse os contrastes e os desníveis, muito marcados na década de 60. Pode-se aliás dizer que um dos resultados mais importantes de todos aqueles movimentos foi que regiões que eram quase só de saída passaram também a receber população.

No caso dos três distritos alentejanos já várias vezes referidos (Portalegre, Évora e Beja) é de salientar que, apesar de terem beneficiado menos do regresso dos emigrantes e da chegada de ex-residentes das ex-colónias, também se inserem nesta caracterização, tendo as migrações internas, que receberam, ajudado a compensar as saídas;

- d) Merece, por fim, realce particular o caso do *distrito de Faro*, o qual, inserindo-se nitidamente, na década de 60, no segundo grupo de distritos considerados no quadro, se tornou, na década seguinte, nomeadamente após 1973, num dos distritos de maior atracção populacional, passando a situar-se, desse ponto de vista, no primeiro grupo.

A ventilação por concelhos obriga, no entanto, a distinguir a *zona efectivamente de atracção*, situada no *litoral* — concelhos de Loulé, Faro, Olhão, Albufeira, Silves e Portimão, em particular, tanto relativamente a 1973 como a 1979 —, da *zona serrana*, que continuou a ser de *repulsão*, como é o caso dos concelhos de Monchique, Alcoutim, Aljezur e Castro Marim³⁸.

A consideração, conforme foi justificado, e com todas as reservas daí resultantes, dos dados de 1973 (ver quadro n.º 5) reforça, como era de prever, as conclusões enunciadas, marcando mais acentuadamente, e também com mais veracidade, os contrastes verificados na evolução populacional entre as décadas de 60 e de 70, uma vez que os situa em relação ao seu efectivo ponto de inflexão, ou seja, 1973-74³⁹.

Este quadro permite, por isso, evidenciar com maior nitidez a inversão ocorrida no segundo grupo de distritos considerado, sendo também de realçar que os distritos que mais «beneficiam» com esta alteração da fron-

³⁸ Cf. INE, *XII Recenseamento Geral da População* (1981), volume do total do País, quadros 6.14 e 6.15.

³⁹ Se se utilizar a estimativa já referida (Custódio Cónim, *op. cit.*), as taxas de crescimento, para o conjunto da população do continente e das Ilhas, são de -1,1%, entre 1960 e 1973, e de +10,3%, entre 1973 e 1980, o que continua a confirmar as nossas conclusões (comparar com as taxas referidas na nota 36, tendo em conta as diferentes amplitudes dos períodos considerados).

teira temporal (aparecendo com taxas de crescimento superiores para um período mais pequeno) são logicamente os que, na década de 60 (e até 1973), viram partir mais gente e/ou mais ganharam (em termos ponderados) com o regresso de emigrantes após essa data.

Distribuição da população residente, por regiões e distritos, em 1973, em Portugal (continente) e estimativa da variação nos períodos de 1960-73 e 1973-81

(QUADRO N.º 5)

Regiões e distritos	População em 1973(a)		Variação da população(b) (em percentagem)			
	Milhares	Porcentagem	Taxa global(c)		Taxa média anual	
			1960-73	1973-81	1960-73	1973-81
<i>Faixa litoral mais «desenvolvida»</i>	5 811,8	72,2	+ 8,1	+ 19,3	+ 0,6	+ 2,2
Braga	609.5	7.6	+ 2.1	+ 16.3	+ 0.2	+ 1.9
Porto	1 341.0	16.7	+ 12.4	+ 16.5	+ 0.9	+ 1.9
Aveiro	546.7	6.8	+ 4.3	+ 14.0	+ 0.3	+ 1.6
Coimbra	393.0	4.9	- 9.4	+ 11.0	- 0.8	+ 1.3
Leiria	368.4	4.6	- 9.0	+ 14.1	- 0.7	+ 1.7
Santarém	418.8	5.2	- 9.3	+ 8.4	- 0.7	+ 1.0
Lisboa	1 635.4	20.3	+ 18.3	+ 26.5	+ 1.3	+ 3.0
Setúbal	499.0	6.2	+ 32.3	+ 31.9	+ 2.2	+ 3.5
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>	2 234,0	27,8	- 23,4	+ 7,6	- 2,0	+ 0,9
Viana do Castelo	242.8	3.0	- 12.6	+ 5.8	- 1.0	+ 0.7
Vila Real	249.6	3.1	- 23.3	+ 5.9	- 2.0	+ 0.7
Bragança	166.9	2.2	- 28.5	+ 10.4	- 2.5	+ 1.2
Viseu	391.7	4.9	- 18.8	+ 8.1	- 1.6	+ 1.0
Guarda	194.2	2.4	- 31.3	+ 5.9	- 2.8	+ 0.7
Castelo Branco	238.4	3.0	- 24.7	- 1.8	- 2.2	- 0.2
Portalegre	136.1	1.7	- 27.8	+ 5.0	- 2.5	+ 0.6
Évora	169.3	2.1	- 23.0	+ 6.5	- 2.0	+ 0.8
Beja	188.0	2.3	- 32.1	+ 0.2	- 2.9	+ 0.0
Faro	257.0	3.2	- 18.4	+ 25.9	- 1.5	+ 2.9
CONTINENTE	8 045.8	100.0	- 3.0	+ 16.0	- 0.2	+ 1.9

(a) População residente calculada para o meio do ano (30 de Junho).

(b) Calculada comparando os números deste quadro com os do quadro n.º 4.

(c) Em percentagem da população residente no início do período.

Fonte (quanto à população em 1973): INE, *Estatísticas Demográficas*, 1973.

De tudo isto se pode concluir que os três movimentos populacionais aqui referidos — regresso de emigrantes, movimento proveniente das ex-colónias e migrações internas ascendentes, ou seja, dos centros para as periferias regionais — tiveram como resultados importantes, ao nível demográfico, o crescimento da população global (invertendo a tendência anterior) e a revitalização das zonas periféricas do interior, sem contudo contrariar as assimetrias na sua distribuição pelo território.

Neste contexto, a contribuição do *regresso dos emigrantes*, objecto central desta análise, foi particularmente determinante, uma vez que:

Está intimamente relacionado e dá-se em simultâneo com a quase paragem da emigração (por quanto tempo?), um dos movimentos

mais desvitalizadores, do ponto de vista demográfico, da sociedade portuguesa, em particular do interior;

Tem vindo a ocorrer em ritmo crescente, em grande parte à medida que o projecto individual (ou familiar) de emigração chega ao fim (com uma duração média de 10/15 anos), estando longe de ter chegado ao fim e de se terem esgotado os seus efeitos;

Demonstra uma especial vocação para se dirigir para as regiões outrora mais abandonadas pelos que partiam (sobretudo para o estrangeiro), com a sua tendência para o *regresso ao local de origem*, canalizando para essas regiões mais marginalizadas recursos demográficos (homens e mulheres) que de lá andavam arredados nos últimos tempos.

É, por tudo isto, uma oportunidade importante (ou mesmo única nos tempos mais próximos) para se *repensar espacialmente o desenvolvimento em Portugal*.

Repare-se, contudo, que a aproximação aos dados do regresso dos emigrantes conseguida, a partir dos censos, para vários períodos (cf. quadro n.º 6) sugere que, se a tendência para regressar ao local de origem e a

**Repartição, por distritos, do regresso de emigrantes a Portugal (continente)
em 1960, 1966-70, 1970, 1974-80 e 1980(a), (b) (em percentagem)**

(QUADRO N.º 6)

Distritos	1960	1966-70	1970	1974-80(b)	1980(b)
<i>Faixa litoral mais «desenvolvida»</i>	69,8	76,0	67,8	66,3	68,4
Braga	4,4	5,7	8,7	9,1	8,7
Porto	11,2	16,7	13,6	11,0	12,2
Aveiro	13,8	10,3	10,9	9,6	10,9
Coimbra	5,5	4,1	4,1	4,3	4,2
Leiria	2,8	4,6	5,3	9,0	7,6
Santarém	2,6	1,6	2,6	4,8	4,6
Lisboa	27,3	30,0	19,9	13,4	15,7
Setúbal	2,2	3,0	2,7	5,0	4,5
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>	30,2	24,0	32,2	33,7	31,6
Viana do Castelo	5,3	5,4	5,3	5,2	4,4
Vila Real	2,8	2,0	3,3	3,3	3,9
Bragança	1,5	1,8	2,9	3,5	4,4
Viseu	7,5	3,8	7,1	5,5	5,5
Guarda	7,3	2,5	4,2	4,2	3,4
Castelo Branco	1,9	2,3	3,1	4,2	3,2
Portalegre	0,3	0,5	0,5	0,6	0,7
Évora	0,4	0,2	0,7	0,6	0,5
Beja	0,7	0,4	0,5	1,2	1,2
Faro	2,6	5,2	4,6	5,3	4,4
CONTINENTE	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Considera-se aqui como representativo do regresso de emigrantes de: a) 1960, b) 1966-70 e 1970 e c) 1974-80 e 1980, o número de indivíduos residentes no estrangeiro (excepto ex-colónias) em 31 de Dezembro de 1959, 1965, 1969, 1973 e 1979, respectivamente, e residentes no continente em: a) 31 de Dezembro de 1960, b) 31 de Dezembro de 1970 e c) 16 de Março de 1981.

(b) Como o censo de 1981 foi realizado em 16 de Março, e não em 31 de Dezembro, como os anteriores, os períodos referidos como 1974-80 e 1980 prolongam-se, de facto, até 16 de Março de 1981.

Fontes: INE, X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1970 e 1981).

resistência à atracção dos pólos do crescimento económico do País se acentuaram com o decorrer do tempo (comparar nomeadamente a evolução das percentagens para os distritos de Lisboa e Porto com as das zonas de maior emigração e, em particular, com as das zonas do Norte e Centro interior), alguma inversão se poderá estar a dar no que se refere aos dados para 1980 (ex-residência no estrangeiro referida a 1979): confronte-se, por exemplo, a evolução, entre 1974-80 e 1980, dos distritos de Lisboa, Porto e Aveiro com a referente aos distritos de Leiria, Viana do Castelo, Guarda e Castelo Branco.

Com todas as reservas a ter em conta numa comparação deste tipo (tratando-se nomeadamente de períodos com diferentes amplitudes, para mais, sendo um deles apenas anual), poderá o regresso à origem estar a ser seguido de um certo desencanto pelas condições que aí não se encontram, ou a ser cada vez mais motivado pelas incidências da crise nos países de imigração, levando a um regresso em piores condições de reinserção na sociedade portuguesa, em ambos os casos se acentuando a tendência para se procurar resolver esses problemas fugindo para as regiões mais preenchidas do ponto de vista da actividade produtiva.

Mesmo que tal não esteja ainda a acontecer, é importante considerar essa hipótese, sendo ela tanto mais verosímil quanto se for assistindo impavidamente àquele regresso, sem nada fazer para o integrar numa alteração radical das dinâmicas de atracção e repulsão tradicionalmente presentes na sociedade portuguesa. Questão que ganha particular acuidade no caso das gerações mais novas, com especial destaque para os filhos dos emigrantes que com estes regressaram.

1.2 O REGRESSO DOS HOMENS

O segundo conjunto de reflexões que aqui gostaríamos de deixar diz respeito à repartição do regresso por sexos, comparando-a com as dos outros movimentos populacionais utilizados como referência até agora.

É conhecido o facto de a emigração ter sido, no início desta fase mais recente (princípios dos anos 60), um movimento predominantemente masculino, só a pouco e pouco se «feminizando», não só com o agrupamento familiar, mas também com a emancipação da mulher como emigrante isolada, sem contudo pôr em causa aquela predominância⁴⁰.

Em meados da década de 70, a percentagem de homens nas comunidades portuguesas residentes na Europa andaria por volta de 55%-60%⁴¹.

Não é pois de admirar que a relação de masculinidade tenha diminuído em Portugal na década de 60, em especial nos distritos mais afectados pela emigração e/ou pelas migrações internas (saídas) sem qualquer compensação no sentido inverso e onde foi mais frequente o homem emigrar sozinho (cf. quadro n.º 8).

No que se refere ao regresso dos emigrantes verifica-se, logicamente, uma tendência para a estrutura por sexos se apresentar decalcada, com

⁴⁰ Cf. nomeadamente: Carlos Almeida e António Barreto, *Capitalismo e Emigração em Portugal*, Lisboa, Prelo Editora, «Cadernos de Hoje», n.º 10, 1974 (2.ª ed.), anexos, pp. 303 e 304; Joel Serrão, *A Emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, «Colecção Horizonte», n.º 12, 1974 (2.ª ed.), pp. 119-127; Custódio Cónim in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 1, p. 43.

⁴¹ Segundo dados para a França, em 1975, 54% dos imigrantes portugueses naquele país eram homens. Cf. Ministère du Travail et de la Participation, Direction de la Population et des Migrations, *Le retour des migrants*, Paris, 1979. Cf. também Manuel Pisco e Luís Miguel Seruya in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 3, pp. 71 e segs.

natural desfazamento temporal, da da emigração: primeiro começaram a regressar os homens que (primeiro) tinham partido sozinhos⁴²; depois foram famílias inteiras em número cada vez maior⁴³.

Este regresso estará assim a *trazer de volta os homens* que outrora partiram, contribuindo, dessa forma, para *refazer as relações de masculinidade* da população portuguesa.

De facto, tomando como indicador do regresso de emigrantes ao continente, no período de 1974-80, o número de residentes em 16 de Março de 1981 no continente que em 31 de Dezembro de 1973 residiam no estrangeiro (com excepção das ex-colónias), verifica-se que a relação de masculinidade nele presente é de 122 (correspondendo a 55% de homens e 45% de mulheres, o que é coerente com as percentagens estimadas para o total da emigração portuguesa no estrangeiro), enquanto essa relação é de 93 para o total da população residente em 1981 no continente (cf. quadro n.º 7).

**Relação de masculinidade de alguns movimentos populacionais
em Portugal (continente) no período de 1974-80(a)**

(QUADRO N.º 7)

	$\frac{H}{M} \times 100$
1. Continente	
População residente em 1981	93
Ex-residentes no estrangeiro (excepto ex-colónias) em 1973	122
Ex-residentes nas ex-colónias em 1973	111
2. Norte e Centro interior(b)	
População residente em 1981	94
Ex-residentes no estrangeiro (excepto ex-colónias) em 1973	133
3. Distrito de Lisboa	
População residente em 1981	91
Ex-residentes noutros distritos do continente ou regiões autónomas em 1973	70
Ex-residentes no distrito de Lisboa em 1973 (total)	102
4. Interior(c)	
População residente em 1981	95
Ex-residentes no distrito de Lisboa em 1973	106
5. Região do Sul(d)	
População residente em 1981	97
Ex-residentes no distrito de Setúbal em 1973	100
6. Distritos periféricos do Porto(e)	
População residente em 1981	93
Ex-residentes no distrito do Porto em 1973	91

(a) Número de homens por cada 100 mulheres presente nos movimentos populacionais que resultam da comparação das residências em 31 de Dezembro de 1973 e em 16 de Março de 1981, pelo que o período de 1974-80 se estende até esta última data.

(b) Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

(c) Os da nota (b) mais os distritos de Portalegre, Évora e Beja.

(d) Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

(e) Distritos que mais população têm recebido do distrito do Porto: Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu.

Fonte: INE, *XII Recenseamento Geral da População* (1981).

⁴² Recorde-se o peso dos factores afectivos ligados às saudades da terra e da família referidos pelos próprios ex-emigrantes como razões para o regresso, captados no inquérito já várias vezes mencionado (Manuela Silva et al., op. cit.) e de que falámos atrás. Por outro lado, 23% dos inquiridos já casados antes de emigrarem declararam ter o cônjuge ficado sempre em Portugal (id., ibid., p. 76).

⁴³ Cf. nomeadamente Manuel Pisco e Luís Miguel Seruya in Manuela Silva et al., op. cit.,

Se isolarmos os distritos do Norte e Centro interior, ou seja, os que mais sentiram a saída dos homens para a emigração, verifica-se que é precisamente aí que o impacto do regresso é mais acentuado quanto a este aspecto: a relação de masculinidade atinge 133 (com 57% de homens) junto dos ex-emigrantes a residir nessa zona, contra 94 para o total da população aí residente em 1981 (cf. quadro n.º 7).

Podemos contudo ir mais longe sobre esta questão e comparar estes elementos com os referentes aos outros movimentos populacionais que aqui já utilizámos, com base na mesma fonte (cf. quadro n.º 7).

Em primeiro lugar, e quanto ao *movimento proveniente das ex-colónias*, verifica-se que a relação de masculinidade nele presente (111, ou seja, 53% e 47% de homens e mulheres, respectivamente) é bastante superior à da população residente no continente em 1981⁴⁴.

No mesmo sentido vão as *migrações internas ascendentes*, com origem nos distritos de *Lisboa e Setúbal* e com destino às respectivas *zonas periféricas do interior* (correspondendo aos distritos que, tendo registado decréscimos populacionais muito acentuados na década de 60, estabeleceram, no período de 1974-80, fluxos migratórios importantes nos dois sentidos com os distritos de Lisboa e Setúbal, respectivamente, ou seja, interior e Sul — cf. notas c) e d) do quadro n.º 7), embora, neste caso, a relação homens/mulheres seja inferior à dos dois movimentos anteriores e muito menos nítida a diferença entre ela e a da população residente em 1981 nas zonas de destino.

Registe-se ainda como nota saliente o facto de, relativamente às migrações internas chegando e partindo, naquele período, do distrito de Lisboa, a relação de masculinidade ser muito menor à chegada (70) do que à partida (102): o *movimento interno para Lisboa foi mais feminino e o de saída mais masculino*.

Quanto ao movimento migratório que, com origem no distrito do Porto, se dirigiu, no período em questão, para os seus distritos periféricos (os que com ele mantêm relações demográficas estreitas, à excepção de Lisboa, ou seja, os distritos vizinhos), constitui uma excepção à regra encontrada em todos os mencionados.

Podemos pois dizer que, em regra, os *movimentos de regresso* que, nas suas múltiplas versões, têm atravessado a sociedade portuguesa nos últimos dez anos têm levado a regressar às suas terras os *homens* (aqui no sentido de masculino) que delas partiram alguns anos antes, tendendo assim a reduzir as distorções introduzidas na estrutura por sexos pelos movimentos da década anterior.

Como consequência, e a par com a quebra na emigração, contribuíram decisivamente para o *aumento geral da relação de masculinidade da população residente no continente* (o regresso de emigrantes e o movimento proveniente das ex-colónias), mais do que repondo a diminuição verificada nos anos 60, e *em particular para o da população residente nos distritos das zonas periféricas* mais afectadas pelas «sangrias» do período de 1960-73 (os anteriores mais as migrações internas ascendentes — cf. quadro n.º 8).

⁴⁴ Registe-se, por curiosidade, que, segundo o *Recenseamento Geral da População de 1970*, a estrutura por sexos da população branca residente nesse ano em Angola e Moçambique era de 53,6% de homens e 46,4% de mulheres (citado em Custódio Cónim, *op. cit.*, p. 76). Esta coincidência quase perfeita com as percentagens encontradas para o movimento proveniente das ex-colónias no período de 1974-80 não era contudo necessária, uma vez que nem foi só a população branca que veio para Portugal nem foi toda ela que o fez.

Relação de masculinidade em Portugal (continente) em 1960, 1970 e 1981(a)

(QUADRO N.º 8)

Distritos	1960	1970	1981
<i>Faixa do litoral mais «desenvolvida»</i>	91	90	93
Braga	91	90	93
Porto	89	90	93
Aveiro	90	90	93
Coimbra	87	87	90
Leiria	96	94	95
Santarém	94	92	94
Lisboa	89	88	91
Setúbal	100	97	97
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>	94	91	94
Viana do Castelo	80	78	83
Vila Real	97	94	97
Bragança	99	95	99
Viseu	91	89	92
Guarda	92	88	92
Castelo Branco	94	91	93
Portalegre	97	93	94
Évora	98	94	95
Beja	101	98	99
Faro	96	95	97
CONTINENTE	92	90	93

(a) Número de homens por cada 100 mulheres.

Fontes: INE, X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1970 e 1981); INE, *Anuário Estatístico*, 1980.

Pode-se ainda concluir que, a esse respeito, o *contributo do regresso de emigrantes foi o mais vincado*, na medida em que é o que contém (logicamente, atendendo ao que foi a emigração) uma maior relação de masculinidade e em que apresenta as características definidas no ponto anterior (tendência para o regresso ao local de origem, maior resistência à atracção dominante na sociedade portuguesa, efeito mais prolongado, etc.).

1.3 AS IDADES DO REGRESSO

Passaremos agora a uma análise da estrutura etária do regresso, comparativamente com a dos outros movimentos populacionais já aqui utilizados como referência.

Como é sabido, a emigração afectou sobretudo a população activa mais jovem (15-34 anos): nos anos 60, essa faixa etária atingiu mais de metade do total⁴⁵.

O regresso, ao dar-se, em média, como se viu, 10 a 15 anos depois, tem-se centrado exactamente *numa população 10 a 15 anos mais velha e nos seus filhos mais novos*: 58,2% dos emigrantes regressados no período

⁴⁵ Cf. nomeadamente: Carlos Almeida e António Barreto, *op. cit.*, pp. 202-204 e 304-305 (anexos); Custódio Cónim, *op. cit.*, pp. 61 e 62; Custódio Cónim in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 1. pp. 46 e 47.

de 1974-80 ao continente tinham, em 1981, entre 30 e 59 anos e 18,6% entre 7 e 14 anos, percentagens a comparar com as da população residente no continente em 1981, ou seja, 40,2% e 15,2%, respectivamente (cf. quadro n.º 9 e gráfico II-A).

É exactamente nessas faixas etárias que o regresso de emigrantes apresenta uma estrutura mais empolada do que a do total dos residentes no continente, com particular incidência no grupo etário dos 35 aos 49 anos⁴⁶.

Inversamente, a estrutura é desfavorável, no caso do regresso de emigrantes, nos grupos dos 15 aos 29 anos e dos de 60 e mais: 16,2% e 7,1% contra 26,5% e 18%, para a população residente no continente em 1981, respectivamente. As diferenças maiores de distribuição encontram-se sobretudo na faixa dos 20 aos 24 anos (menos de metade) e na dos de 65 e mais (menos de 1/3).

Existe assim claramente um *regresso em idade activa madura*, que é particularmente evidente para os homens, uma vez que as mulheres menos jovens tiveram tendência para ficar em Portugal à espera (cf. nomeadamente o gráfico II, em particular o referente ao *Norte e Centro interior*, que é muito claro a esse respeito).

Os filhos mais novos vêm com os pais, sendo muitas vezes o motivo declarado da decisão de regressar⁴⁷, o que não acontece tanto com os mais velhos, que já arranjam emprego e/ou se casaram no país de imigração, onde estão mais integrados, e sobre os quais os pais não exercem o mesmo controlo⁴⁸. Daí a concavidade muito acentuada (menos nas mulheres do que nos homens, o que é sintomático) existente nas pirâmides etárias de regresso (cf. gráfico II) na faixa dos 20 aos 29 anos, que, de facto, começa já antes dos 20 anos (cf. quadro n.º 9). É claro que a razão não é apenas aquela, uma vez que os próprios emigrantes (que emigraram por si, e não por serem filhos de outros emigrantes) só tenderão a regressar normalmente ao fim de alguns anos e, portanto, com mais idade. Convém, além disso, não esquecer, na comparação com a estrutura etária dos residentes, que esta faixa etária é uma das que «já não puderam emigrar», com as restrições das possibilidades de saída inerentes ao agudizar da crise económica mundial.

É pois de sublinhar que, ao contrário do que muitas vezes se pensa, o regresso não traz para o País uma população envelhecida e completamente gasta/usada pelo capitalismo europeu (e mesmo essa tem todo o direito de ser acolhida no País, de onde a expulsaram há alguns anos), mas sim uma população predominantemente em idade activa, trazendo consigo uma 2.ª geração à procura de enraizamento e de futuro, e relativamente à qual se vão colocar os problemas mais complexos.

⁴⁶ Os dados publicados pelo INE não permitem decompor as faixas etárias dos 40 e dos 50 anos em grupos quinquenais. Por essa mesma razão, ao construir as pirâmides etárias (cf. gráficos II, III e IV), tivemos de nos cingir aos grupos decenais, deixando para o topo todos os de idade superior a 60 anos, uma vez que, a partir dos 65 anos, não há desagregação para os conjuntos populacionais por nós considerados.

⁴⁷ Recorde-se que, de acordo com o inquérito várias vezes utilizado (Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, pp. 183 e 184), e como já se referiu atrás, 13% dos emigrantes regressados declararam como razão de regresso a educação dos filhos em Portugal. Repare-se ainda na resposta sugestiva de um deles: «Os filhos começaram a gostar muito de França e eu não queria.»

⁴⁸ Note-se que 25% dos inquiridos (Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, p. 159) afirmaram ter ainda algum filho que ficou no estrangeiro, quer por razões de emprego (70%), quer por terem casado (22%). Sobre as consequências deste facto veja-se o ponto 3.

Estrutura por idades de alguns movimentos populacionais em Portugal (continente) no período de 1974-80(a) (em percentagem)

(QUADRO N.º 9)

	Total(b)	Grupos etários										
		7-8	9-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-49	50-59	60-64	65 e +
1. Continente												
População residente em 1981	100,0	3,5	11,7	9,8	8,8	7,9	7,3	6,6	13,5	12,8	5,0	13,0
Ex-residentes no estrangeiro (excepto ex-colónias) em 1973	100,0	4,9	13,7	6,8	4,3	5,1	10,0	13,1	21,6	13,5	3,4	3,7
Ex-residentes nas ex-colónias em 1973	100,0	4,1	13,2	9,9	8,3	9,4	11,2	8,9	15,6	11,4	3,3	4,8
2. Norte e Centro interior(c)												
População residente em 1981	100,0	3,4	12,4	10,6	8,5	6,3	5,2	5,1	12,3	13,7	6,0	16,6
Ex-residentes no estrangeiro (excepto ex-colónias) em 1973	100,0	5,2	13,7	5,6	2,9	4,1	8,6	12,8	23,2	16,0	3,8	4,1
3. Interior(d)												
População residente em 1981	100,0	3,2	11,5	9,9	8,2	6,3	5,3	5,2	12,9	14,2	6,1	17,1
Ex-residentes no distrito de Lisboa em 1973	100,0	4,0	9,2	5,2	7,8	14,0	13,2	8,8	10,3	10,9	5,4	11,3
4. Região do Sul(e)												
População residente em 1981	100,0	2,7	9,3	8,0	7,6	6,8	6,2	5,8	14,3	14,9	6,4	18,1
Ex-residentes no distrito de Setúbal em 1973	100,0	4,6	11,7	8,1	8,4	10,7	10,3	8,5	13,1	10,9	3,9	9,7
5. Distritos periféricos do Porto(f)												
População residente em 1981	100,0	4,0	14,0	11,7	9,5	7,5	6,2	5,5	12,0	11,9	4,9	12,8
Ex-residentes no distrito do Porto em 1973	100,0	3,3	9,1	7,1	13,8	21,8	13,9	7,7	8,2	5,8	2,7	6,5

(a) Os movimentos populacionais aqui considerados resultam da comparação das residências em 31 de Dezembro de 1973 e em 16 de Março de 1981, pelo que o período de 1974-80 se estende até esta última data.

(b) O total refere-se sempre, em todos os casos, à população residente em 1981 que pôde indicar residência em 1973 (que já era então nascida, ou seja, com mais de 7 anos 2 meses e 15 dias).

(c) Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

(d) Os da nota (c) mais os distritos de Portalegre, Évora e Beja.

(e) Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

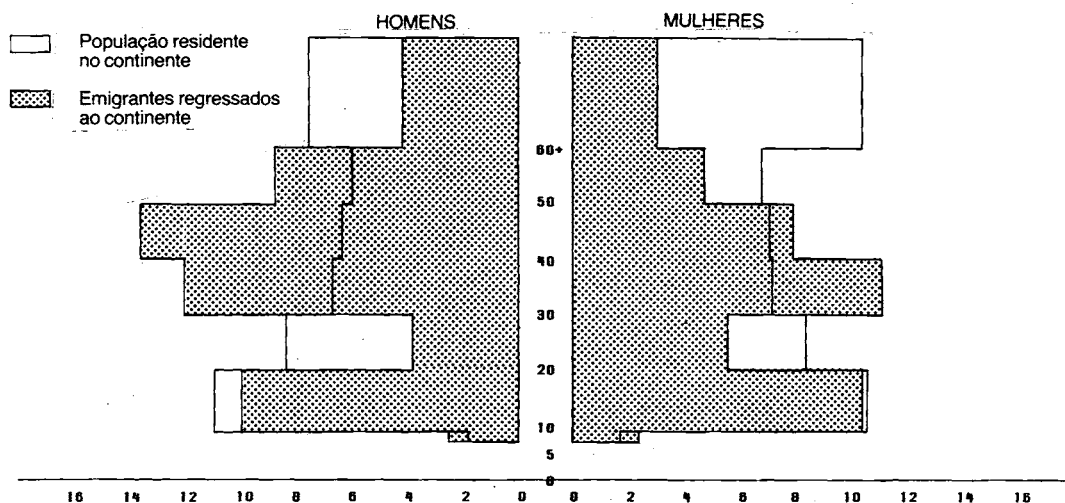
(f) Distritos que mais população têm recebido do distrito do Porto: Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu.

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População* (1981).

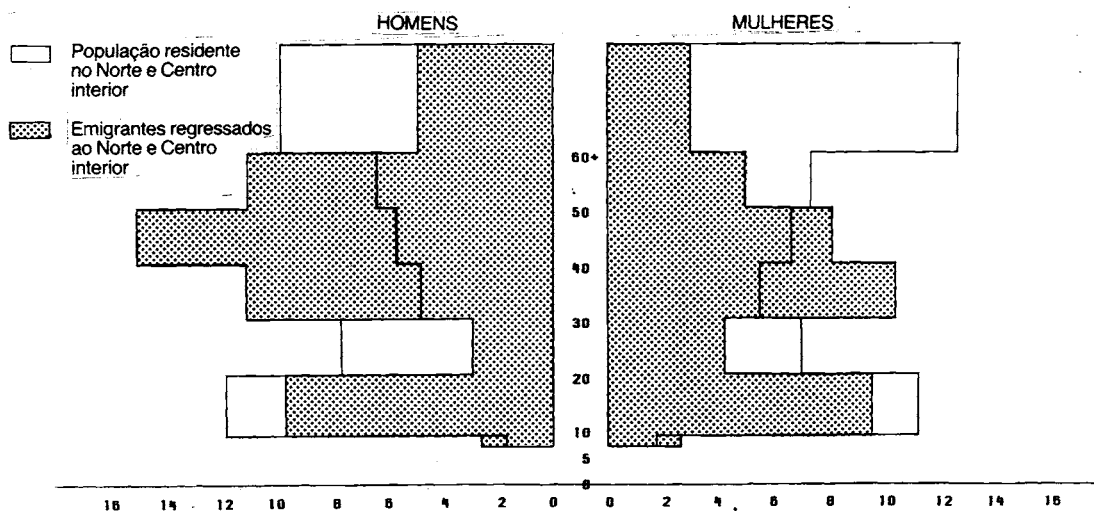
Pirâmides etárias dos emigrantes regressados no período de 1974-80
e da população residente em 1981(a)

A — CONTINENTE

(GRÁFICO II)



B — NORTE E CENTRO INTERIOR(a)



(a) Considera-se representativo dos emigrantes regressados no período de 1974-80 o número de residentes em 16 de Março de 1981 no continente (ou outra zona considerada) que em 31 de Dezembro de 1973 residiam no estrangeiro (excepto ex-colónias). Estas pirâmides etárias dizem apenas respeito, em todos os casos, à população residente em 1981 que em 31 de Dezembro de 1973 já era nascida.

(b) Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda e Castelo Branco.

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População (1981).

Ao canalizar esse tipo de população para Portugal, o regresso de emigrantes está a ajudar a preencher os vazios etários deixados pela emigração da década anterior, o que é particularmente evidente no caso dos distritos do Norte e Centro interior, mais afectados por aquela (cf. gráfico II, em especial II-B, chamando-se a atenção para as concavidades das faixas etárias dos 30 aos 49 anos na população residente, comparando-as com o peso de emigrantes regressados nessas idades). Verifica-se, desta forma, também uma recomposição demográfica, em termos da estrutura etária, com origem naquele regresso.

Quanto ao movimento oriundo das ex-colónias (cf. quadro n.º 9 e gráfico III), verifica-se que a respectiva estrutura etária (para o período de 1974-80) é mais jovem do que a relativa à população residente no continente em 1981, para todos os escalões até aos 49 anos (com excepção do grupo etário dos 20 aos 24), o que tem evidentemente a ver com as características da presença dessa população em África e com as condições do seu regresso (em massa). Assinale-se, por exemplo, que, dos ex-residentes nas ex-colónias em 1973, só 19,5% tinham, em 1981, 50 e mais anos, contra 30,8% para o total da população residente no continente.

Repare-se ainda que 43,2% do total da população proveniente das ex-colónias se situava então em duas faixas etárias decenais: 9-19 e 30-39.

Trata-se, pois, de uma população bastante jovem, em particular se atendermos a que em 1981 já tinham decorrido 5/6 anos sobre o grosso do movimento. A sua contribuição para o rejuvenescimento da população do continente é bastante nítida na comparação com as estruturas etárias desta, para mais estando nestas contidos (nas pirâmides por nós utilizadas — cf. quadro n.º 9 e gráfico III) os resultados daquele movimento.

Relativamente ao regresso de emigrantes, enquanto este revela, na sua estrutura por idades, as distorções e rupturas características do movimento que lhe está na origem (a emigração), com todas as descontinuidades que daí resultam (jovens activos que partem, velhos que ficam, mulheres que esperam, homens que regressam, jovens que não regressam, crianças e adolescentes que chegam ao seu país, que lhes é estranho, etc.), aquele fluxo das ex-colónias apresenta claramente a imagem de uma pirâmide etária contínua, de tipo familiar integrada, com uma excepção ao nível dos 30-39 anos, tendo provavelmente a ver com a presença mais forte de isolados (principalmente homens) nesse escalão etário.

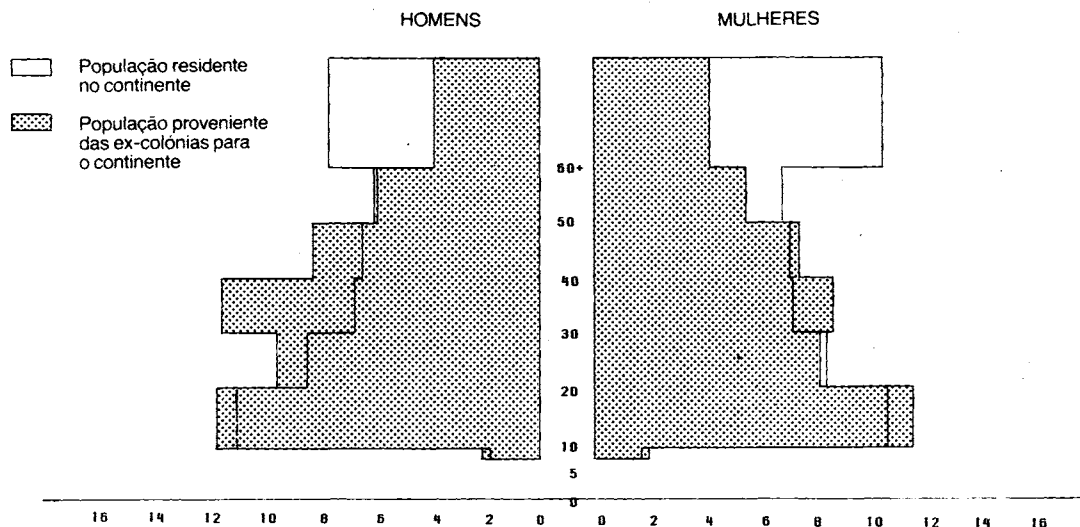
Finalmente, quanto às *migrações internas acidentadas*, seleccioná-mos, como exemplos mais ilustrativos, os fluxos que, a partir de três dos distritos de maior atracção⁴⁹, ou seja Lisboa, Setúbal e Porto, se dirigiram para as respectivas zonas periféricas mais representativas.

Considerá-mos, para isso, a população que, residindo, em 16 de Março de 1981, em distritos do *interior* (tomado aqui como zona periférica de Lisboa, pelas relações migratórias estabelecidas com este distrito e por se tratar de uma zona de forte repulsão na década da 60), do *Sul* (zona periférica de Setúbal, por razões semelhantes) e em *distritos circunvizinhos do Porto* (idem), residia, em 31 de Dezembro de 1973, nos referidos três distritos, respectivamente (cf. quadro n.º 9 e gráficos IV-A, B e C).

⁴⁹ Mais uma vez se reconhece não ser a unidade «distrito» a mais indicada, sobretudo nesta análise de atracções e fluxos inter-regionais. Pelas razões apontadas inicialmente, não temos contudo, nesta fase, alternativa.

Pirâmides etárias da população proveniente das ex-colónias no período de 1974-80 e da população residente em 1981 (continente)(a)

(GRÁFICO III)



(a) Considera-se representativo da população proveniente das ex-colónias no período de 1974-80 o número de residentes em 16 de Março de 1981 no continente que em 31 de Dezembro de 1973 residiam nas ex-colónias.

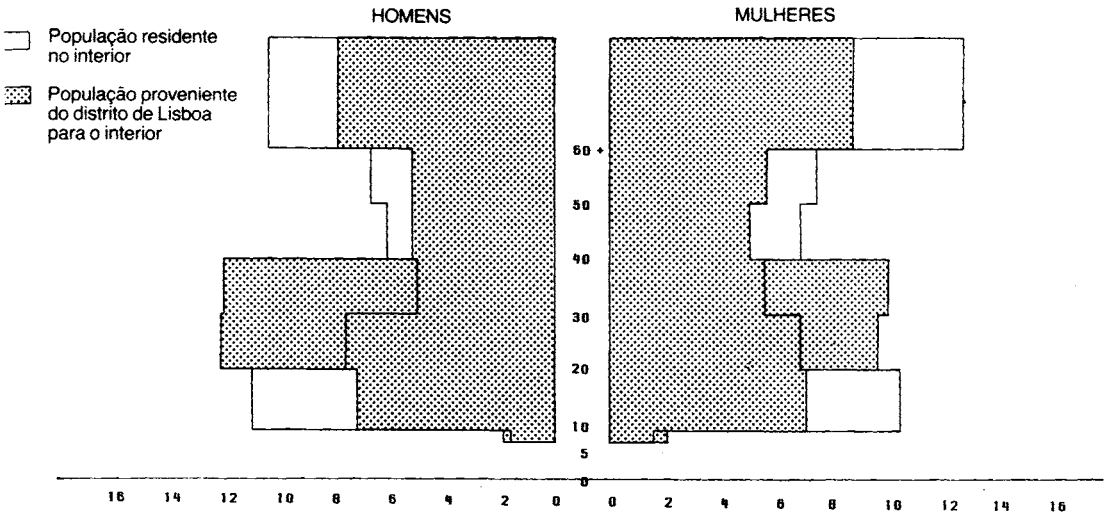
Estas pirâmides etárias dizem apenas respeito, em todos os casos, à população residente em 1981 que em 31 de Dezembro de 1973 já era nascida.

Fonte: INE, *XII Recenseamento Geral da População* (1981).

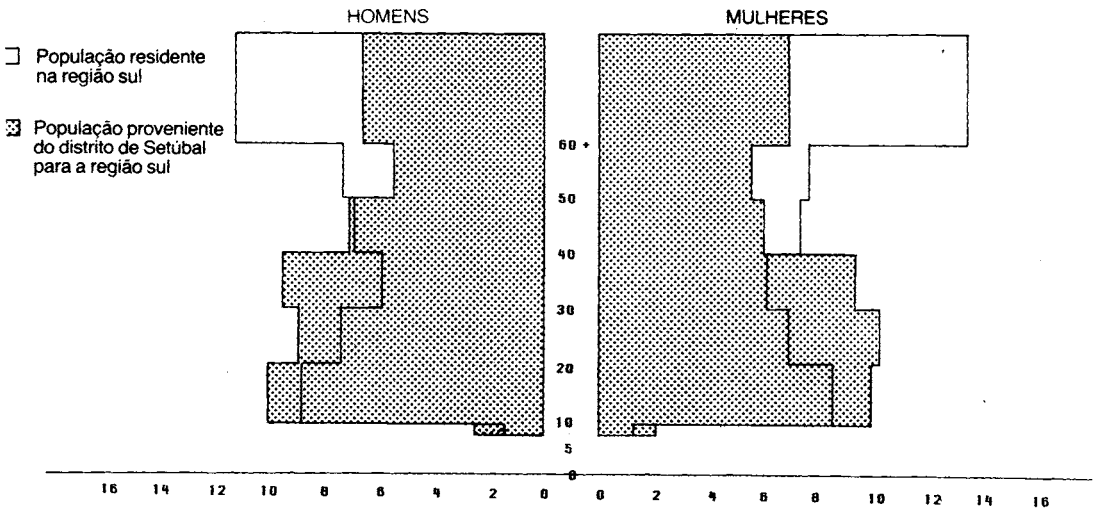
Pirâmides etárias de algumas migrações internas ascendentes no período de 1974-80 e da população residente respectiva em 1981(a)

GRÁFICO IV)

A — LISBOA → INTERIOR(b)



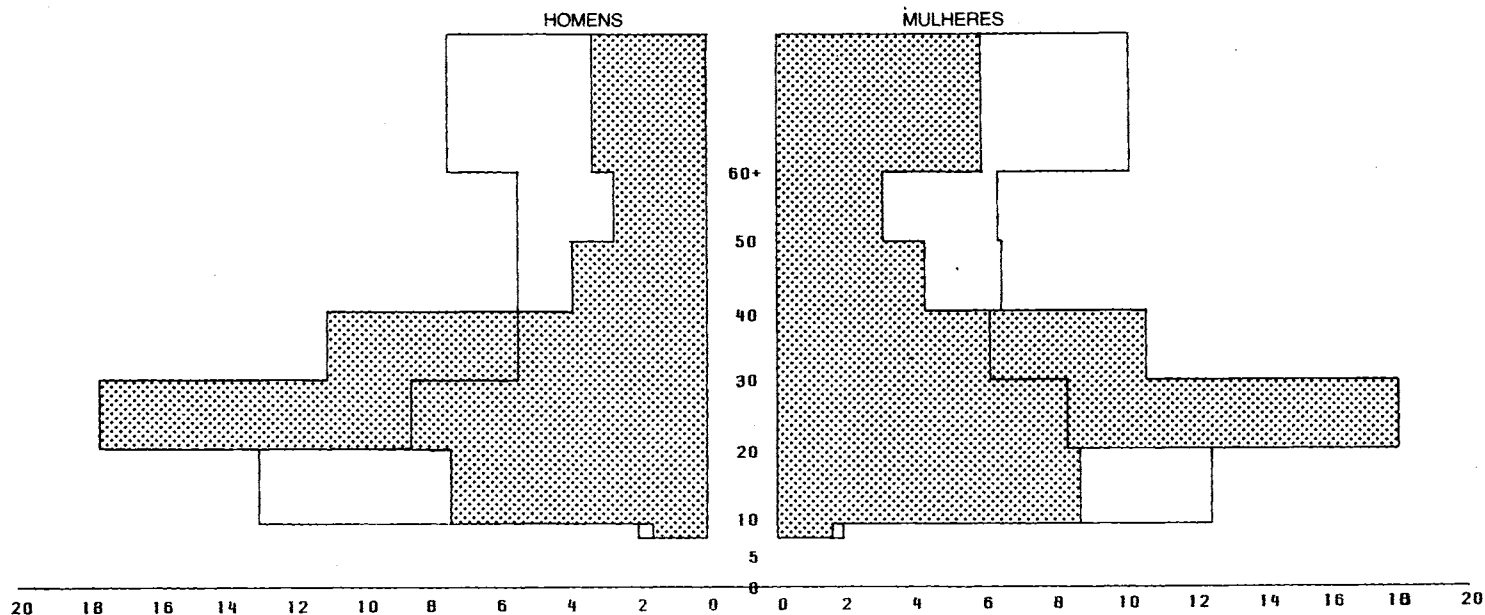
B — SETÚBAL → REGIÃO SUL(c)



(GRÁFICO IV, continuação)

C — PORTO → DISTRITOS VIZINHOS(d)

- População residente nos distritos vizinhos do Porto
 População proveniente do distrito do Porto para os distritos vizinhos



(a) Considera-se representativo das migrações internas ascendentes do período de 1974-80, aqui consideradas, o número de residentes em 16 de Março de 1981 nas zonas indicadas que em 31 de Dezembro de 1973 residiam nos três distritos (Lisboa, Setúbal e Porto, respectivamente). Estas pirâmides etárias dizem apenas respeito, em todos os casos, à população residente em 1981 que em 31 de Dezembro de 1973 já era nascida.

(b) Distritos de Vila Real, Bragança, Viseu, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja.

(c) Distritos de Portalegre, Évora, Beja e Faro.

(d) Distritos de Viana do Castelo, Braga, Aveiro, Vila Real, Bragança e Viseu.

Fonte: INE, XII Recenseamento Geral da População (1981).

Embora não se trate do objecto central deste trabalho, poderá ser útil salientar alguns aspectos mais marcantes:

- a) Não há um perfil etário que se possa considerar totalmente típico destes movimentos ascendentes, embora se encontrem semelhanças nos que tiveram origem nos distritos de Lisboa e Porto;
- b) Há, no entanto, uma nota dominante que é comum aos três movimentos: o elevado peso da faixa etária dos 20 aos 39 anos, sobretudo quando comparado com a percentagem respectiva das populações residentes nas zonas de destino (cf. quadro n.º 9). Essa característica é particularmente evidente no caso do fluxo oriundo do distrito do Porto (57,2%, contra 28,7% para os residentes na região de destino), seguindo-se-lhe o movimento originário de Lisboa (43,8%, contra 25%) e, de forma menos nítida, o de Setúbal (37,9%, contra 26,4%);
- c) Para além, portanto, de um certo *regresso à terra* no fim da vida activa (evidenciado sobretudo no caso de Lisboa e, menos, no de Setúbal), o facto mais saliente parece ser contudo um regresso (ou simples ida?) à «provincia» nas idades activas mais jovens, que poderá ter a ver com as três causas seguintes, eventualmente interligadas:

Regresso à terra dos estudantes, após conclusão dos cursos respectivos e verificada a impossibilidade de encontrar emprego nos locais de estudo, tratando-se então de um caso de *desemprego qualificado* (casos de Lisboa e Porto);

Existência de um fluxo migratório (ainda que em pequena escala) de regresso (ou de simples ida) das grandes cidades para a «provincia», podendo ter na origem as dificuldades (contracção) de encontrar emprego (nos sectores secundário e terciário), alojamento e meios de subsistência nas cidades, tratando-se neste caso de uma questão de *desemprego generalizado* num contexto de crise geral da economia⁵⁰;

Deslocação para a periferia de um certo número de profissionais ligados a sectores cujo desenvolvimento nessas regiões foi possível e estimulado sobretudo após 1974: professores (educação), médicos (saúde), etc.

- d) No caso do movimento oriundo do distrito de Setúbal parece haver uma certa especificidade, caracterizada por uma pirâmide etária muito mais equilibrada e contínua, com preenchimento de todos os escalões etários, sugerindo a existência de um *fluxo familiar*, eventualmente ligado a um certo apelo decorrente das expectativas abertas pela Reforma Agrária de 1974-75 (entretanto cerceadas) e à presença, na região de destino, do distrito de Faro, funcionando com outro tipo de apelos.

⁵⁰ Note-se que o Banco de Portugal (relatório relativo à gerência de 1983, p. 120) admite precisamente a plausibilidade de uma tal hipótese, a partir dos elementos disponíveis sobre o mercado de trabalho para finais de 1983 (dados do Ministério do Trabalho). A reforçar tal ideia registava o Banco de Portugal uma forte expansão dos pedidos de emprego por satisfazer ligados ao sector agrícola, que, aliás, pode em parte ser explicada por um ano de safras mediocres. Ainda que admitida para um ano diferente (1983) do que estamos a considerar na nossa análise (1981), julgamos que os dados que trabalhamos se mostram bastante compatíveis com uma tal interpretação.

Em conclusão deste ponto podemos dizer que os movimentos que ultimamente vêm marcando presença na sociedade portuguesa, contrariando (ou completando) os predominantes nas décadas anteriores, têm contribuído de forma importante para o *preenchimento das concavidades etárias* (sobretudo ao nível dos escalões etários intermédios) provocadas pelas migrações tradicionais, *revitalizando* assim a sociedade portuguesa, quer no seu todo (por acção do regresso de emigrantes e do movimento proveniente das ex-colónias), quer, sobretudo, no que se refere às regiões mais atingidas por aquelas concavidades, em particular as regiões do interior (por acção daquelas mais as migrações internas ascendentes).

Essa revitalização pode ser aliás confirmada a partir da análise da evolução de alguns indicadores demográficos no período de 1960-81, não esquecendo as reservas que sempre devemos ter ao trabalhar com os dados dos censos de 1960 e 1970, em particular deste último ano. Considerando apenas três, a título de exemplo, ou seja, o *índice de envelhecimento*, a *taxa de dependência* e a *relação de substituição*⁵¹, as principais conclusões são as seguintes (cf. quadro n.º 10):

Após um *processo de envelhecimento* muito acentuado na década de 60, em particular nas regiões mais marginalizadas e abandonadas (pelas sucessivas migrações), verifica-se uma certa *desaceleração* nesse processo, tanto mais que o envelhecimento observado no período de 1970-81 foi mais de outro tipo, sendo maior na base (diminuição do peso dos jovens, em parte devida ao declínio da fecundidade) do que no topo (aumento dos idosos)⁵²;

Há uma *nítida inversão da taxa de dependência*, particularmente acentuada nos distritos de maior emigração (e regresso), ou seja, no Norte e Centro, enquanto nos distritos de maior atracção interna (Lisboa e Setúbal) e nos do *Alentejo* continuou a aumentar aquela dependência, embora com taxas inferiores às das outras regiões. Em termos globais, por cada 100 indivíduos em idade activa, o número de jovens e velhos passou de 96, em 1960, para 104, em 1970, e 99, em 1981;

Também no que se refere à *relação de substituição* há uma *melhoria*, após a queda verificada nos anos 60 (em termos globais: de 2 para 1,23, aumentando para 1,29 em 1981). Note-se que aquele índice tinha caído na década de 60, em praticamente todos os distritos do interior, para valores inferiores a 1 (a excepção foi Vila Real), voltando agora a superar essa fronteira. As excepções também aqui se dão no caso dos distritos alentejanos:

Estas alterações teriam decerto ainda sido mais nítidas se, em vez de 1970, tivéssemos considerado as estruturas etárias do ano-fronteira de 1973, uma vez que a viragem nos grandes movimentos migratórios se dá a partir de 1974;

Mais uma vez se chama a atenção para o caso dos *distritos alentejanos*, permanecendo relativamente à *margem* desta revitalização demográfica da sociedade portuguesa ou pouco beneficiando dela, o que se prende com considerações já feitas nos pontos anteriores e não favorece as perspectivas para o futuro.

⁵¹ Para definições ver notas do quadro n.º 10. Estes indicadores podem aparecer com outras designações (caso, por exemplo, do «índice de envelhecimento», também conhecido por «índice de vitalidade») ou com conteúdos diferentes (consideração de outros escalões etários nas definições). A título de exemplo veja-se J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, pp. 248 e 249.

⁵² Cf. em particular J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, pp. 248 e 249.

Indicadores demográficos, entre 1960 e 1981, por regiões e distritos, em Portugal (continente)

(QUADRO N.º 10)

Regiões e distritos	Índice de envelhecimento(a)			Taxa de dependência(b)			Relação de substituição(c)		
	1960	1970	1981	1960	1970	1981	1960	1970	1981
<i>Faixa litoral mais «desenvolvida»</i>									
Braga	21,1	23,3	27,8	127,4	142,1	123,0	3,59	2,78	1,74
Porto	23,6	26,5	31,8	104,9	115,7	100,8	3,10	2,52	1,65
Aveiro	27,1	30,7	37,3	112,5	119,1	105,4	2,67	1,86	1,51
Coimbra	41,8	54,4	61,6	96,2	103,5	101,2	1,25	0,71	1,16
Leiria	31,4	39,3	49,4	100,8	106,2	99,7	2,15	1,09	1,22
Santarém	40,8	54,4	65,3	92,6	97,9	98,1	1,42	0,60	1,06
Lisboa	43,4	46,4	48,2	69,2	79,1	81,5	1,46	1,23	1,25
Setúbal	28,4	36,4	39,6	76,2	76,1	80,3	2,59	1,84	1,32
<i>Outras zonas do litoral e interior</i>									
Viana do Castelo	33,6	42,1	52,3	118,2	127,3	123,9	1,62	0,93	1,20
Vila Real	22,7	30,8	41,7	118,9	135,2	125,5	2,64	1,30	1,22
Bragança	24,5	39,5	53,8	110,2	130,4	120,1	2,53	0,83	1,10
Viseu	31,3	42,2	50,7	117,2	128,5	125,6	2,64	0,91	1,18
Guarda	34,6	56,1	74,8	111,3	125,8	120,1	1,43	0,43	1,05
Castelo Branco	35,6	60,4	83,6	101,9	111,4	111,1	1,56	0,44	0,99
Portalegre	42,0	68,1	90,5	84,6	94,2	104,5	1,21	0,40	0,88
Évora	35,3	55,3	72,9	81,0	86,9	95,5	1,60	0,63	0,93
Beja	31,8	54,3	78,6	87,1	96,4	104,9	1,75	0,57	0,92
Faro	47,1	70,2	77,0	87,0	95,4	97,9	0,89	0,41	1,06
CONTINENTE	31,9	39,8	46,8	96,3	104,3	99,2	2,00	1,23	1,29

(a) $\frac{\text{População residente } \geq 60 \text{ anos}}{\text{População residente } < 20 \text{ anos}} \times 100$.

(b) $\frac{\text{População (0-19)} + \text{população } \geq 60 \text{ anos}}{\text{População (20-59)}} \times 100$.

(c) $\frac{\text{População 15-39}}{\text{População 40-64}}$

Fontes: INE, X, XI e XII Recenseamentos Gerais da População (1960, 1970 e 1981).

A terminar, convém deixar aqui bem vincado o papel do regresso dos emigrantes nesta revitalização demográfica da sociedade portuguesa, não tanto pela sua intensidade, mas mais pela sua continuidade e direcção (regiões mais carenciadas nesse aspecto).

2. AS OPÇÕES ECONÓMICAS DOS EMIGRANTES REGRESSADOS

2.1 O REGRESSO ACTIVO

Como já se assinalou, a maioria dos emigrantes têm regressado ao País *ainda em idade activa*: da população residente no continente em 1981 que em 1973 residia no estrangeiro (excepto ex-colónias), cerca de 2/3 (67,6%) tinha, em 1981, entre 20 e 59 anos, enquanto essa percentagem era de 57% para a população total residente em 1981 no continente com 7 anos ou mais (ou seja, podendo indicar uma residência em 1973).

Daí que, logicamente, a maioria dos ex-residentes no estrangeiro detetados no censo de 1981 se encontrem em actividade: 57% para os ex-residentes no estrangeiro em 1973 e 54% para os de 1979, enquanto essa taxa era de 54% para o total da população residente em 1981 (cf. quadro n.º 11), percentagens calculadas sobre os totais respectivos da população com 12 e mais anos (segundo a metodologia do censo).

A análise deste quadro não deve contudo ser feita sem bastantes precauções, uma vez que:

Nos residentes no estrangeiro nas datas retrospectivas retidas pelo censo não se distinguem os ex-emigrantes dos indivíduos provenientes das ex-colónias, o que, não sendo muito grave no caso de 1979, em que predominam os regressos da emigração (65 895 contra 11 132 das ex-colónias — cf. quadro n.º 1), já é pouco representativo desses regressos no caso de 1973 (192 820 contra 505 087 — cf. quadro n.º 1);

No que se refere à comparação com a população residente no continente em 1981, ela só seria completamente legítima, ou pelo menos concludente, se se tratasse de populações com estruturas etárias semelhantes, o que não é manifestamente o caso, uma vez que os emigrantes regressados e os indivíduos provenientes das ex-colónias apresentam um peso maior nos escalões em idade activa (dos 20 aos 59 anos — cf. quadro n.º 9), sendo, por isso, inclusive, de esperar taxas de actividade relativamente mais elevadas do que as evidenciadas no quadro n.º 11⁵³;

O mesmo se passa quanto à estrutura por sexos das populações comparadas: dado que a relação de masculinidade é superior no caso daqueles fluxos (cf. quadro n.º 7) e que a taxa de actividade é,

⁵³ Uma maneira de ultrapassar estas objecções seria através do chamado método da estandardização das populações a comparar, recorrendo a uma estrutura-tipo (que poderia ser a da população residente) a aplicar às duas outras consideradas, recalculando-se em seguida as taxas de actividade. Não o faremos contudo aqui pelas considerações e opções metodológicas a que seríamos obrigados, sem que as alterações daí decorrentes sejam de todo necessárias para a validade da nossa reflexão.

Para uma aplicação deste método num caso de comparação de taxas de mortalidade geral cf. J. Manuel Nazareth, *op. cit.*, p. 254.

Condição perante o trabalho da população com 12 ou mais anos residente no continente em 1981 (16 de Março) e dos subconjuntos da que em 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979 residia no estrangeiro, por sexos (em percentagem)

(QUADRO N.º 11)

	Total			Residentes no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1973			Residentes no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1979		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
<i>Com actividade económica</i>	53,7	72,7	36,4	56,8	74,7	36,1	54,1	76,2	27,8
<i>Sem actividade económica</i>	46,3	27,3	63,6	43,2	25,3	63,9	45,9	23,8	72,2
Estudantes	9,5	9,8	9,1	14,3	12,9	15,8	9,6	8,3	11,1
Domésticos	17,3	0,2	32,9	17,7	0,1	37,9	23,4	0,2	51,0
Reformados, aposentados ou na reserva	11,6	10,5	12,5	5,3	5,8	4,7	3,7	3,8	3,6
Incapacitados permanentemente para o trabalho	5,2	5,0	5,4	3,1	3,6	2,4	3,1	3,9	2,1
Pessoas vivendo dos rendimentos	0,2	0,3	0,2	0,4	0,6	0,1	1,3	2,0	0,5
Outros casos	2,5	1,4	3,5	2,6	2,2	3,0	4,8	5,6	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *XII Recenseamento Geral da População* (Março de 1981), Lisboa, 1984, quadros 6.20, 6.22 e 6.23 (volume geral).

normalmente, superior para os homens, também por esta razão aquela taxa tenderia a ser mais elevada para esses fluxos do que para o total da população residente⁵⁴.

Significam estas considerações que o quadro n.º 11 não nos fornece uma indicação «pura» sobre a condição perante o trabalho dos emigrantes regressados nem uma comparação clara com a situação homóloga da população residente total.

Para tentar responder em parte ao primeiro obstáculo utilizámos também as conclusões detectadas no inquérito já referido, realizado em Dezembro de 1982, a uma amostra de emigrantes regressados (cf. quadro n.º 12)⁵⁵.

**Condição perante o trabalho dos emigrantes regressados, segundo o sexo
(em percentagem) (inquérito de Dezembro de 1982)**

(QUADRO N.º 12)

	HM	H	M
Activos a trabalhar	49	59	24
Desempregados	6	7	4
Domésticos	20	2	65
Reformados	20	25	6
Pessoas vivendo dos rendimentos	4	5	1
Outros	2	2	1
Total	100	100	100

Fonte: Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 4, p. 114.

A análise do quadro n.º 12 em contraposição com o quadro n.º 11 merece, no entanto, três comentários prévios:

Mesmo que, em ambos, se tratasse apenas da situação dos ex-emigrantes (o que não é o caso do quadro n.º 11, onde se misturam com estes os indivíduos provenientes das ex-colónias), um deles refere-se apenas aos regressados entre 1 de Janeiro de 1974 (ou 1980) e 15 de Março de 1981, enquanto o outro contempla (por inquérito segundo o método aleatório) qualquer regresso verificado até 1982 (inclusive), sem limite inferior no tempo⁵⁶.

Enquanto o *Recenseamento de 1981* detectou, em princípio, todos os casos de ex-residentes no estrangeiro numa data retrospectiva (aqui assimilados a ex-emigrantes quando se exceptuam as ex-colónias), o inquérito referido funcionou por amostra, apenas junto de ex-emi-

⁵⁴ Ver nota 53.

⁵⁵ Cf. Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, em particular caps. 3 e 4, pp. 84-86 e 113-116.

⁵⁶ Os 692 emigrantes regressados inquiridos repartem-se, quanto ao ano de regresso, pelos seguintes períodos (havendo uma «não resposta»):

Até 1964	9
1965-69	14
1970-74	83
1975-79	272
1980-82	313

grantes adultos, excluindo os menores de 18 anos e com um peso muito acentuado de indivíduos do sexo masculino (71% contra 55% no caso do censo);

Num caso (*Recenseamento*), a resposta ao questionário foi deixada à iniciativa e responsabilidade do inquirido, enquanto no outro (inquérito), ela foi enquadrada numa entrevista participada e desenvolvida (com observação) pelo inquiridor, conduzindo, em princípio, neste último caso, as respostas mais verdadeiras.

Por estas razões, a comparação desatenta entre os dois quadros é perfeitamente enviesada, dando origem a algumas contradições e/ou perplexidades que de facto o não são ou o são de forma muito menos vincada do que aparentam. É o caso mais gritante do peso dos reformados, muito mais elevado no quadro n.º 12, o que se poderá explicar, em parte, por qualquer das razões assinaladas acima.

Seja como for, e esclarecidas estas limitações da análise, ela não deixa de conduzir a algumas conclusões inequívocas:

- a) Em primeiro lugar, e sejam quais forem as comparações possíveis com o total da população residente, os emigrantes têm regressado ao País, não como força inactiva, mas *com vontade de trabalhar* (mesmo que alguns ainda não tenham encontrado emprego), havendo um *regresso activo* importante;
- b) A ideia, por vezes muito difundida, de que os emigrantes tenderiam a regressar sobretudo para gozar os rendimentos no resto dos dias das suas vidas não corresponde portanto totalmente à verdade, sendo aliás poucos os que afirmam viver apenas dos rendimentos (quer no *Recenseamento*, quer no inquérito aqui utilizado). Ainda que havendo certamente alguma subavaliação nessas respostas, este facto não deixa de confirmar o que já foi referido: trazendo muito ou pouco dinheiro⁵⁷, por absoluta necessidade ou apenas «para não estarem quietos», os ex-emigrantes querem continuar a trabalhar, se para tanto sentirem ainda forças⁵⁸;
- c) Uma das excepções a esta tendência tem evidentemente a ver com os incapacitados para o trabalho por razões de invalidez, os quais, no inquérito referido, constituíam 56% dos reformados e 11% do total de inquiridos, o que demonstra bem o desgaste sofrido pelos emigrantes no estrangeiro;
- d) No que se refere especificamente às mulheres, há uma importante conclusão que se impõe⁵⁹: as mulheres, ao regressarem ao seu país, regressam também «a tempo inteiro» ao seu papel tradicional de *donas de casa*.

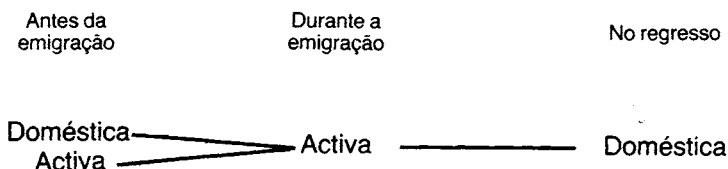
⁵⁷ Não omitindo a natural subjectividade inerente a uma tal resposta, repare-se que, dos ex-emigrantes inquiridos no estudo do IED, apenas 6% declararam ter regressado por terem poupado o suficiente (cf. Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 184).

⁵⁸ Note-se, aliás, que 20% dos reformados declararam exercer ainda uma profissão, apesar de reformados. Cf. Rogério Roque Amaro *in* Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 4, p. 116.

⁵⁹ Sobre esta questão cf. também Rogério Roque Amaro. «Emigração e regresso de emigrantes (uma análise em termos de mercado de trabalho)», *in* *Economia e Socialismo*, n.º 63 (nova série), Outubro-Dezembro de 1984, pp. 86-87.

De acordo com o estudo do IED⁶⁰, 65% das mulheres regressadas da emigração assumiram-se como donas de casa⁶¹, enquanto a percentagem indicada para antes da emigração foi de 40%, ao mesmo tempo que, no que se refere à estada no estrangeiro, só 29% das mulheres declararam não ter tido «um último emprego na emigração».

Estes resultados traduzem desta forma, no caso das mulheres, um percurso cujos contornos essenciais são os seguintes:



Antes da partida, as que trabalhavam fora de casa estavam sobretudo na agricultura (28% do total e 53% das «activas fora de casa»), conjugando essa actividade com a «missão» tradicional dentro de casa («esposas e mães»), inserindo-se assim no ritmo inerente à vida dura do campo para quem tinha pouco (ou nada) de seu.

No estrangeiro, foram trabalhar para fábricas (38%) ou foram porteiras ou mulheres a dias (34%), procurando contribuir para o grande objectivo da emigração: ganhar o máximo de dinheiro no mais curto prazo possível para se sair da situação de carência que levava à partida e/ou para minimizar a poupança que permitisse nomeadamente construir uma casa em Portugal e voltar um dia à terra sem as aflições de outrora. Continuaram também a ser donas de casa, mas então com a ajuda de «criados» (os electrodomésticos) e do «pronto-a-comer» que a sociedade industrial lhes punha à disposição⁶².

No regresso voltam «para casa», apenas uma minoria continuando a trabalhar fora, essencialmente na agricultura (8% do total e 34% das «activas fora de casa») e no comércio, restaurantes e hotéis» (7% e 30%, respectivamente). É claro que uma boa parte das que não têm emprego continuarão a trabalhar nas suas terras ou a ajudar os maridos noutras tarefas, mas agora já sem a obrigatoriedade e a penosidade de outrora (antes da emigração). Assinale-se também que frequentemente, para as mulheres, a reforma equivale a voltarem a ser simplesmente(?) donas de casa, estatuto para o qual nunca há reforma: daí, em parte, o fraco peso de mulheres que se consideraram reformadas (cf. quadro n.º 12).

⁶⁰ Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, cap. 3, pp. 84-85, e cap. 4, pp. 114-115.

⁶¹ O quadro n.º 11 confirma, de certa maneira, esta predominância do estatuto de «domésticas» entre as mulheres regressadas, embora apenas a percentagem referente às ex-residentes no estrangeiro em 1979 (51%) possa ser considerada para alguma conclusão, dado que, para esse ano (e relativamente a 1973), é menor o número de ex-residentes nas ex-colónias incluído no total.

⁶² Note-se que 73% dos inquiridos (Rogério Roque Amaro *in* Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 133) declararam ter comprado electrodomésticos graças às poupanças obtidas na emigração, enquanto apenas 13% os já possuíam antes de emigrar.

Este percurso testemunha, sem dúvida, uma certa *libertação e emancipação* da mulher das suas tarefas tradicionais. Mesmo o regresso à situação de dona de casa é muitas vezes encarado como tal, dadas as novas e mais favoráveis condições que rodeiam felizmente, na maioria das vezes, o trabalho da casa (da nova casa!) da emigrante regressada.

Mas ele é também testemunho de uma permanente *subordinação* do papel da mulher em relação ao projecto «masculino» da sociedade e da família a que ela pertence, o que só aparentemente é contraditório com o que se disse atrás, se não se esquecer o que tem sido aquele papel ao longo da evolução da sociedade industrial e tecnológica saída da revolução industrial (amanhã, na sociedade computadorizada da terceira vaga, como será?) e da maneira como, para isso, a libertação e a emancipação a que nos referimos têm sido postas ao serviço da subordinação.

Tudo matéria a exigir uma reflexão própria, neste caso sobre o papel da mulher no âmbito deste movimento de emigração-regresso, que ainda está por fazer e para a qual aqui procurámos apenas sensibilizar;

- e) Finalmente, algumas observações sobre a questão do desemprego dos emigrantes regressados.

Segundo os dados do estudo do IED (cf. quadro n.º 12), 6% dos inquiridos declararam-se desempregados, o que equivale a uma taxa de desemprego (sendo esta a relação entre o número de desempregados e o total da população activa, ou seja, empregados mais desempregados) de 11%, para o total e 15%, no caso das mulheres.

Recorrendo entretanto aos elementos fornecidos pelo *XII Recenseamento Geral da População* (1981), o número de desempregados (à procura de novo emprego) entre os residentes no continente que em 31 de Dezembro de 1979 residiam no estrangeiro (incluindo portanto as ex-colónias) era de 2799 (2870, se se incluírem as Ilhas), sendo 1841 homens e 958 mulheres.

Segundo estes últimos elementos (que, recorde-se, não dizem apenas respeito a ex-emigrantes), chegar-se-ia a taxas de desemprego, para aquele subconjunto populacional, de 9% para o total, sendo de 8% no caso dos homens e de 13% no das mulheres (cf. quadro n.º 13), não se afastando portanto muito das outras percentagens acima indicadas, o que tem apenas um valor de curiosidade, uma vez que, pelas razões já descritas, essa comparação carece de fundamento.

Se compararmos as taxas de desemprego dos ex-residentes (em 1979) no estrangeiro com as do total da população residente em 1981 (cf. quadro n.º 13), somos levados à conclusão de que elas são superiores no primeiro caso, em especial no que se refere aos homens.

É, contudo, com bastantes reservas que abordamos estas estatísticas do desemprego, uma vez que é sabido que, por diversas razões (desde o próprio conteúdo do que deve ser considerado desemprego e população activa até às indicações erradas, mesmo quando dadas de boa-fé, fornecidas pelos inquiridos), normalmente elas tendem a subavaliá-lo: o número de desempregados indicado pelo *Recenseamento* para o continente

(276 898) é, por exemplo, claramente inferior ao indicado pelo INE para o 1.º semestre de 1981 (387 000, com uma taxa de desemprego de cerca de 8%)⁶³, e mesmo este levanta muitas dúvidas⁶⁴.

Por outro lado, é provável que no caso de ex-residentes recentes no estrangeiro haja alguma sobreavaliação relativa naquelas taxas, uma vez

Taxas de desemprego(a), em 1981, da população residente no continente e do subconjunto da que em 31 de Dezembro de 1979 residia no estrangeiro, por regiões e distritos e por sexos (em percentagem)

(QUADRO N.º 13)

Regiões e distritos	Total						Residentes no estrangeiro em 31 de Dezembro de 1979		
	Primeiro emprego.+ novo emprego			Novo emprego			Novo emprego		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Faixa litoral mais «desenvolvida»									
Braga	8,5	5,9	12,3	2,1	2,0	2,4	7,1	6,6	9,2
Porto	7,5	4,6	12,3	2,8	2,2	3,8	10,9	9,6	15,2
Aveiro	5,1	2,9	8,8	1,8	1,3	2,6	5,5	5,3	6,0
Coimbra	5,0	3,1	8,4	2,0	1,5	2,8	6,9	6,7	7,7
Leiria	5,8	3,0	11,8	2,1	1,3	3,6	7,2	5,6	14,2
Santarém	7,2	3,0	16,1	3,8	1,5	8,7	9,5	8,2	14,1
Lisboa	5,9	3,8	9,3	3,6	2,5	5,3	13,6	11,4	18,1
Setúbal	7,8	4,1	15,4	4,2	2,4	8,0	14,4	11,0	24,2
Outras zonas do litoral e interior									
Viana do Castelo	5,4	4,5	6,6	1,7	1,7	1,6	5,8	5,5	6,8
Vila Real	7,6	5,8	12,6	1,9	1,7	2,3	4,1	4,2	3,7
Bragança	9,3	6,7	17,6	2,5	2,2	3,5	4,6	4,5	5,1
Viseu	5,9	4,3	9,0	2,0	1,7	2,4	6,8	7,0	6,3
Guarda	6,0	4,1	10,3	1,7	1,4	2,5	4,8	4,5	6,1
Castelo Branco	6,4	4,0	11,7	2,2	1,6	3,4	6,1	4,9	12,3
Portalegre	10,6	4,3	24,6	6,4	2,1	16,2	10,5	10,9	9,6
Évora	9,5	3,2	22,0	6,7	1,7	16,5	11,0	9,8	15,0
Beja	13,6	7,4	30,7	7,1	3,7	16,4	10,4	11,6	6,3
Faro	7,8	4,6	15,4	4,3	2,6	8,5	11,2	9,9	15,8
CONTINENTE	6,9	4,2	11,8	3,1	2,1	4,9	9,2	7,9	13,4

(a) Desemprego sendo o desemprego relativo à soma dos desempregados à procura do primeiro emprego com os desempregados à procura de novo emprego, ou só referente a estes últimos, conforme indicado nas diferentes colunas, e sendo população activa = emprego + desemprego (no seu conteúdo mais amplo).

Fonte: quadro construído pelo autor a partir de dados do INE, *XII Recenseamento Geral da População* (Março de 1981). Lisboa, 1984, quadros 6.43, 6.45 e 6.48 (volumes distritais).

⁶³ INE, *Inquérito Permanente ao Emprego*, 1981.

⁶⁴ Vejam-se, a este propósito, os comentários críticos sobre o valor das estatísticas do desemprego em: António Mil-Homens, «Evolução da estrutura do emprego em Portugal após 1974», in *Economia e Socialismo*, n.º 63 (nova série), Outubro-Dezembro de 1984, pp. 27-31; Francisco Cabral Cordovil (coord.), *Repartição Regional da População, Emprego e Desemprego em 1977*, trabalho realizado para o IACEP/GEPEI, 1.º volume, pp. 85-100, e 3.º volume, pp. 133-163.

que as dificuldades em encontrar trabalho após um regresso, quiçá forçado e em condições difíceis (visto que os regressos voluntários se dão normalmente com um certo número de precauções e seguranças, quanto mais não seja, com base na terra que se comprou para amanho), tendem a ser muito mais sentidas e portanto sobrevalorizadas — à violência do regresso ainda vivo junta-se a violência do desemprego. Pode até acontecer que alguns dos declarados desempregados estejam efectivamente ocupados (nas suas terras ou nos seus próprios negócios), enquanto não encontram aquilo que realmente desejam: um emprego por conta de outrem que lhes dê maior segurança.

Em todo o caso, apesar de todas estas limitações, o quadro n.º 13 não deixa de merecer algumas reflexões:

Com o agudizar da crise económica na Europa e em Portugal têm sido (e continuarão a ser?) cada vez em maior número os casos de regressos contra vontade e em más condições, com difícil inserção no mercado de trabalho na terra de origem, provocando frustrações e outros problemas de índole psicológica (e mesmo de sobrevivência), cujos efeitos serão bastante perniciosos para o indivíduo e para a comunidade;

Tal como para o conjunto da população residente, também no caso dos ex-residentes no estrangeiro as *mulheres registam* (em quase todos os distritos) *maiores taxas de desemprego* do que os homens, o que, evidentemente, tem a ver com o papel de complemento que lhes tem sido atribuído no processo produtivo;

As maiores taxas de desemprego junto dos ex-residentes no estrangeiro (na casa das dezenas) encontram-se todas, com a excepção do Porto na *metade meridional do País*, ou seja, nas *zonas de menor impacte da emigração e regresso*, não se passando exactamente o mesmo para o total da população residente, em que, a seguir aos distritos alentejanos, realmente os que apresentam taxas mais elevadas, aparecem dois distritos do Norte (Bragança e Braga), enquanto Lisboa tem vários distritos do Norte e Centro à frente;

Inversamente, os distritos onde a emigração e o regresso têm tido mais impacte (Norte e Centro) são aqueles que apresentam menores taxas de desemprego, o que revela, por um lado, que, *nas suas terras*, provavelmente *graças aos recursos obtidos com a emigração*, os *ex-emigrantes têm mais defesas* e, por outro, que os que não têm emprego o procuram sobretudo nas zonas de maior atracção (Lisboa, Setúbal, Porto e Faro);

Mais uma vez, e também neste aspecto, os *três distritos alentejanos* de Portalegre, Évora e Beja se apresentam particularmente debilitados.

Pode-se portanto concluir que, no que se refere à condição perante o trabalho dos ex-emigrantes, se a maioria pretende continuar a trabalhar no seu país, mesmo os de idade mais avançada, nem sempre encontram nele as oportunidades e as condições para o fazer. Os que, graças à emigração, se dotaram de meios ou se precaveram para encontrar uma ocupação no regresso (muitas vezes por conta própria) acabam/acabaram por se reintegrar na sociedade portuguesa sem grandes traumas, apesar da crise

económica e social, mas outros (cada vez mais?) terão grandes dificuldades em encontrar trabalho. Para estes não haverá então senão a alternativa de nova emigração? Será a sociedade (e a economia) portuguesa incapaz de os receber?

Para além disso, há o caso das mulheres que regressam ao lar, tema a merecer um desenvolvimento que aqui não lhe podemos dar.

2.2 OS SECTORES DE ACTIVIDADE NO REGRESSO

No que se refere à análise dos *sectores de actividade onde se encontram a trabalhar os emigrantes regressados* recorremos, mais uma vez, ao estudo do IED em que participámos, uma vez que os resultados do inquérito realizado no seu âmbito nos permitem estender aquela análise aos principais momentos do percurso emigração-regresso (ou seja, «antes da emigração», «primeiro emprego na emigração», «último emprego na emigração» e «após o regresso, no momento do inquérito»)⁶⁵.

A consideração da distribuição sectorial da população activa do continente na mesma época da realização do inquérito (2.º semestre de 1982) permite algumas comparações úteis, apesar dos riscos sempre inerentes quando se trata de comparar elementos estatísticos construídos com diferentes bases e métodos.

Todos estes dados figuram no quadro n.º 14.

Distribuição dos emigrantes regressados activos (ao longo do trajecto percorrido) e da população activa do continente (1982) por sectores de actividade económica (em percentagem)

(QUADRO N.º 14)

Sectores de actividade económica	Emigrantes regressados				População activa do continente (2.º semestre de 1982)
	Antes da emigração	Primeiro emprego na emigração	Último emprego na emigração	Após o regresso(a)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Agricultura	45	6	2	38	25
Indústrias transformadoras	20	31	32	15	26
Construção e obras públicas	18	37	38	18	10
Comércio, restaurantes e hotéis	5	7	8	16	12
Transportes e comunicações	3	2	3	5	4
Serviços pessoais e domésticos	4	10	10	3 }	23
Outros sectores	5	6	7	5 }	
Total	100	100	100	100	100

(a) Na altura do inquérito, ou seja, em Dezembro de 1982.

Fontes: colunas 1 a 4, Rogério Roque Amaro in Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 119; coluna 5, INE, *Inquérito Permanente ao Emprego* (2.º semestre de 1982).

⁶⁵ Para um desenvolvimento maior desta análise remetemos para o referido estudo (Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*), em particular: Manuel Pisco e L. M. Seruya, cap. 3, pp. 86-96; Rogério Roque Amaro, cap. 4, pp. 117-121.

Os aspectos mais salientes são os seguintes⁶⁶:

- a) Existe como que um *apego à agricultura* que tem muito a ver com o apego à terra e às raízes mais profundas do emigrante, que faz do regresso, de certa forma, um *regresso à agricultura* para muitos deles, sobretudo para os que de lá já partiram: 80% dos que indicaram uma profissão agrícola também foi desse sector que partiram para o estrangeiro.

Sendo o principal sector de partida, também o é de chegada, com um peso bastante superior ao da média do continente (cf. quadro n.º 14), o que tem, evidentemente, a ver com as características sociais, económicas e regionais da emigração;

- b) Há depois uma «*permanência*», numa simetria quase perfeita, no que se refere às actividades da *construção civil e obras públicas*, espécie de *ex-libris* da emigração em todo o seu trajecto, tendo a ver, como é conhecido, com uma das «vocações» mais características do trabalhador imigrante nas sociedades de atracção. Alguma da (pouca) qualificação à partida e/ou adquirida na emigração passa exactamente por esse sector de actividade, tornando os emigrantes praticamente auto-suficientes na construção das suas casas na terra de origem (um dos seus sonhos mais acarinhados).

Não é pois de estranhar que haja como que uma «sobreespecialização» dos emigrantes regressados neste sector comparativamente à média do continente;

- c) Outro dos sectores mais «frequentados» pelos emigrantes no estrangeiro, o das *indústrias transformadoras*, regista, no regresso, uma acentuada «subespecialização» relativamente à média do continente, com uma percentagem inclusive inferior à observada antes da emigração. Apesar, portanto, das tarefas industriais desempenhadas no estrangeiro (sobretudo na Europa)⁶⁷, os emigrantes, no regresso, não parecem muito atraídos por este tipo de actividade, o que poderá estar ligado a dois factores:

Trata-se de um sector onde as condições de *autonomia* («trabalhar por conta própria», o que, como veremos no ponto 2.3, é uma das aspirações mais presentes nos emigrantes ao regressarem à sua terra) são mais difíceis e arriscadas, exigindo maiores investimentos e qualificações (pelo menos um mínimo de conhecimentos sobre os processos produtivos a utilizar) para uma rentabilidade mais incerta e demorada (sobretudo num período de crise), ao contrário do que acontece com outros sectores, muito mais «à medida» dos seus conhecimentos e controlo (casos da agricultura, da construção civil, do comércio e dos restaurantes e cafés);

Por outro lado, o contexto temporal e espacial dos principais fluxos de regresso não tem sido nada favorável à obtenção de postos de trabalho na indústria: a maioria dos emigrantes tem vindo a

⁶⁶ Cf. também Rogério Roque Amaro, «Emigração e regresso dos emigrantes (uma análise em termos de mercado de trabalho)», in *Economia e Socialismo*, n.º 63 (nova série), Outubro-Dezembro de 1984, pp. 88-90.

⁶⁷ Para uma diferenciação desta análise segundo os países de imigração cf. Manuela Silva et al., *op. cit.*, pp. 93-96.

regressar num período (de há dez anos para cá) que é de crise generalizada, com *agravamento do desemprego*, sobretudo na *indústria* e na construção civil, dirigindo-se de preferência para as suas *regiões de origem*, as quais, na maior parte dos casos (em particular as do interior), *não têm tradições industriais*.

Por outro lado, estes elementos, para além de outros abordados no referido estudo do IED⁶⁸, remetem para o facto de, na maioria dos casos, a emigração e o trabalho aí realizado não proporcionarem grande qualificação produtiva, no sentido de captação de novos métodos de produção conducentes a uma atitude de inovação por parte dos emigrantes que regressam à sua terra.

Na maior parte dos casos ocuparam no estrangeiro postos de trabalho pouco qualificados ou bastante desqualificados (rejeitados normalmente pelos nacionais desses países), tratando-se, para além disso, em geral, de tarefas que não são de molde a proporcionar o acesso e a compreensão do processo tecnológico utilizado: é sobretudo o caso do trabalho em cadeia na indústria (com gestos repetitivos e automatizados), onde não é possível abarcar a lógica do processo produtivo de conjunto;

- d) Uma das *novidades mais características* no regresso tem a ver com o peso elevado registado no sector do «*comércio, restaurantes e hotéis*», que corresponde, em regra, a uma promoção socioeconómica a que aspira grande número de emigrantes. Alguns deles (sobretudo os que tinham estado emigrados fora da Europa) puderam realizar essa aspiração ainda antes de regressarem: 23% dos provenientes de países não europeus já trabalhavam nesse sector no «último emprego da emigração», muitos deles como patrões ou isolados⁶⁹.

Mas a maioria foi com o regresso que organizou o seu negócio na sua terra, montando um pequeno ou médio estabelecimento comercial, que pode ser um supermercado, um talho, uma peixaria, uma loja de electrodomésticos, um café, um restaurante, uma pensão, um hotel, etc.⁷⁰.

Seja qual for o negócio escolhido dentro deste sector de actividade, a ele estão normalmente associados vários símbolos que têm a ver com a obtenção de:

Uma ascensão, ao longo do percurso migratório, dentro dos seus critérios de valorização das actividades económicas;

Autonomia no trabalho — ser patrão de si mesmo, ou, quando muito, ter alguns empregados (cf. ponto 2.3), outra das aspirações do emigrante;

⁶⁸ Cf. nomeadamente Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, cap. 4, pp. 125-129.

Relembre-se, a este propósito, a referência feita por G. Tapinos (*L'économie des migrations internationales*, Paris. Fondation Nationale des Sciences Politiques, A. Colin) à «ilusão do regresso produtivo», no sentido de que «não existe nenhum mecanismo endógeno de transmissão internacional do progresso tecnológico pelo canal da migração».

⁶⁹ Cf. Manuel Pisco e L. M. Seruya in Manuela Silva et al., *op. cit.*, pp. 93-99.

Também são, aliás, esses «não europeus» que no regresso mais se inclinam para esse sector (29%).

⁷⁰ Cf., a este propósito, Michel Poinard, «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XIX, n.º 76, 1983-2.º, pp. 279-281.

Um trabalho mais limpo, em comparação com o que teve (teria) de fazer na agricultura, para muitos, praticamente a única alternativa «visível» existente na terra;

Um estatuto social de maior prestígio em relação à comunidade de regresso, relativamente ao possuído antes da emigração.

Para além disso, trata-se de um sector de actividade onde a mulher pode ajudar o seu marido, realizando as tarefas que lhe estão normalmente incumbidas (cozinhar no restaurante, no *snack-bar*, ou na pensão, encarregar-se nesta da limpeza dos quartos, aviar ao balcão, etc.), ou até assumir sozinha a direcção da loja (enquanto o marido se ocupa noutra actividade), participando assim, também ela, da promoção socioeconómica atrás referida.

Repare-se que 30% das «mulheres activas fora de casa» estavam, após o regresso, a trabalhar no sector aqui em análise (contra 14% no caso dos homens), enquanto, antes da partida, essa percentagem era de 6% (5% no caso dos homens)⁷¹.

Por outro lado, 13% das mulheres declararam ter trabalhado nesse sector no último emprego no estrangeiro, na maioria dos casos, por conta de outrem (cozinheiras, empregadas de mesa ou de balcão, empregadas de hotel, etc.), tendo acumulado uma experiência que se revelou muitas vezes útil no regresso;

- e) Quanto aos *outros sectores*, em particular os *serviços*, não tem havido, por parte dos emigrantes, grande inclinação para eles, sobretudo em Portugal (antes da emigração e após o regresso): na altura do inquérito (Dezembro de 1982), apenas 13% dos ex-emigrantes inquiridos não estavam nos quatro sectores já aqui analisados (12% antes da emigração), enquanto, para o conjunto da população activa do continente, essa percentagem era de 27% em 1982 (cf. quadro n.º 14).

Em geral, o papel que cabe ao emigrante, ao longo do seu percurso, não tem muito a ver com esses sectores, mas antes, como se viu, com as indústrias transformadoras e a construção civil e obras públicas (durante a emigração), também não sendo aí que se encontravam as situações mais conducentes à partida, não sendo pois de estranhar que, no regresso, não haja muita «vocação» para ocupar postos de trabalho nessa área, nem oportunidades para tal.

As mulheres são excepção a esta regra, principalmente no que se refere aos «*serviços pessoais e domésticos*», sobretudo no estrangeiro, passando, nesse sector, de 14% das «activas fora de casa», antes da partida, para 34% na emigração e 13% após o regresso. Registe-se, contudo, a quebra acentuada verificada após o regresso, tendo a ver com a «passagem» para os sectores agrícola e comercial, dentro das lógicas atrás assinaladas.

De qualquer forma, as mulheres a trabalhar após o regresso nos sectores aqui considerados em conjunto («transportes e comunicações», «serviços pessoais e domésticos» e «outros sectores») repre-

⁷¹ Cf. Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 92.

Todos os elementos que a seguir se indicarão para a diferenciação, por sexos, dos sectores de actividade dos ex-emigrantes são retirados dos resultados do referido inquérito do IED, estando em parte publicados em Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 62.

sentavam 24% do total das «activas fora de casa» (contra 11% no caso dos homens);

- f) Se se decompuserem, por sexos, as colunas do quadro n.º 14 referentes à distribuição dos emigrantes regressados activos por sectores de actividade económica, *ao longo do trajecto percorrido*, chegamos ao quadro n.º 15, a partir do qual são de assinalar algumas especificidades do *emprego das mulheres emigrantes*, sumariando as que foram sendo registadas nas alíneas anteriores⁷²:

Distribuição dos emigrantes regressados activos por sectores de actividade económica e por sexos (ao longo do trajecto percorrido) (em percentagem)

(QUADRO N.º 15)

Sectores de actividade económica	Antes da emigração		Primeiro emprego na emigração		Último emprego na emigração		Após o regresso(a)	
	(1)		(2)		(3)		(4)	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Agricultura	43	53	6	6	2	4	39	34
Indústrias transformadoras	20	20	30	38	31	38	16	11
Construção e obras públicas	22	1	48	1	48	2	21	2
Comércio, restaurantes e hotéis	5	6	4	15	7	13	14	30
Transportes e comunicações	3	—	3	—	4	—	5	—
Serviços pessoais e domésticos	2	14	3	34	2	34	2	13
Outros sectores	5	6	6	7	6	10	4	11
Total	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) Na altura do inquérito, ou seja, em Dezembro de 1982.

Fonte: inquérito do IED aos emigrantes regressados (dados publicados só em parte em Manuela Silva et al., *op. cit.*, p. 92).

Antes da emigração, a mulher estava bastante confinada ao amanho da terra, no âmbito duma agricultura familiar, em que, além do trabalho do campo, ainda tinha de ser dona de casa, esposa e mãe;

Durante a emigração saiu das fronteiras restritas da produção familiar (ou adjacente), empregando-se na indústria, nos serviços pessoais e domésticos (empregada doméstica, porteira, empregada de limpeza de famílias ou de empresas, etc.) e no comércio, restaurantes e hotéis (cozinheira, empregada de balcão, empregada de mesa, criada de quarto, etc.), as mais das vezes como complemento da poupança familiar;

Após o regresso, na maior parte dos casos, voltou para casa, verificando-se, no que se refere à *actividade fora de casa*, um regresso à agricultura (acompanhando o homem) e alterações importantes quanto a dois sectores já antes frequentados: «comércio, restaurantes e hotéis» (agora muitas vezes como patroa e auxiliar do marido) e «serviços pessoais e domésticos» (agora dirigindo alguns serviços, como cabeleireiros e lavandarias), com inversão das respectivas percentagens.

⁷² Sobre este tema cf. também Karin Wail, «Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório», in *Ler História*, n.º 3, 1984, pp. 53-63.

A concluir este ponto pode-se dizer que, com o regresso dos emigrantes, se verifica um percurso activo (por sectores de actividade), cujos contornos fundamentais têm a ver com o *movimento pendular de regresso à agricultura, a permanência da construção civil, a promoção no comércio, restaurantes e hotéis, o relativo abandono da indústria e, no caso da mulher, alguma autonomia no comércio, restaurantes e hotéis e nos serviços pessoais e o regresso a casa.*

2.3 A LIBERTAÇÃO DO ASSALARIAMENTO

Conforme já se referiu por várias vezes, uma das maiores ambições do emigrante tem a ver com o acesso a um estatuto produtivo de *autonomia* (como patrão ou isolado), no regresso ao seu país, que o liberte dos constrangimentos a que foi obrigado durante a emigração, sujeitando-se frequentemente a ritmos, condições e horários de trabalho para além do admissível (em termos das regras de trabalho em vigor nesses países). Por outro lado, esse acesso representa a possibilidade de ascender a uma posição social de maior prestígio, numa terra que o viu partir ou que o escorraçou muitas vezes na miséria, com tudo o que isso simboliza de êxito e de sucesso na emigração para si e perante os outros.

É claramente demonstrativo desse «projecto» o que fica exposto no quadro n.º 16, onde se evidencia a situação na profissão dos emigrantes regressados activos ao longo do percurso emigração-regresso, comparando-a com a da população activa civil do continente sensivelmente na mesma altura do inquérito realizado pelo IED (finais de 1982).

**Situação na profissão dos emigrantes regressados activos
(ao longo do trajecto percorrido) e da população activa civil
empregada do continente (1982) (em percentagem)**

(QUADRO N.º 16)

Situação na profissão	Emigrantes regressados				População activa civil do continente (2.º semestre de 1982)
	Antes da emigração	Primeiro emprego na emigração	Último emprego na emigração	Após o regresso(a)	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Patrões e trabalhadores por conta própria	26	3	7	62	17
Trabalhadores por conta de outrem	56	95	92	34	69
Trabalhadores familiares e outros não remunerados	17	1	0	4	13
Outros	1	1	1	0	1
Total	100	100	100	100	100

(a) Na altura do inquérito, ou seja, em Dezembro de 1982.

Fontes: colunas 1 a 4, Manuel Pisco e L. M. Seruya in Manuela Silva et al., op. cit., p. 96: coluna 5, INE, *Inquérito Permanente ao Emprego* (2.º semestre de 1982).

Registe-se, em particular, a evolução das percentagens relativas aos «patrões e trabalhadores por conta própria», passando de 26% antes da emigração para 3% e 7% no primeiro e último emprego na emigração,

respectivamente, e para 62% após o regresso⁷³, comparando-a com as dos «trabalhadores por conta de outrem»: 56%, 95%, 92% e 34% naqueles quatro momentos, respectivamente. Tenha-se ainda em conta a evolução verificada nos «trabalhadores familiares e outros não remunerados», onde as mulheres assumiam, antes da emigração, um papel importante⁷⁴.

A comparação, por outro lado, com a situação na profissão da população activa civil do continente, no 2.º semestre de 1982 (cf. quadro n.º 16), mostra nitidamente a autonomia conseguida graças à emigração, sendo que a maior parte dos ex-emigrantes pertencentes ao primeiro grupo são *isolados*, em particular na agricultura, o que caracteriza com clareza de que tipo de autonomia se trata: *contar sobretudo com as suas próprias forças*, tal como muitas vezes aconteceu na emigração.

2.4 AS POUPANÇAS DOS EMIGRANTES

Como é sabido, um dos principais objectivos do emigrante é amealhar o máximo de dinheiro, no mais curto espaço de tempo possível, de forma a evitar situações de penúria como as que passou antes de emigrar e a poder talvez um dia regressar, sem grandes sobressaltos, ao seu país natal.

Para isso chega muitas vezes a sacrificar os seus tempos livres e o seu descanso, sujeitando-se ainda a condições muito duras de trabalho para poder poupar o máximo possível, enviando normalmente uma parte dessa poupança para Portugal, onde, por vezes, a sua família sobrevive graças a esses envios.

Segundo o inquérito aqui várias vezes utilizado, 71% dos emigrantes regressados declararam enviar metade ou mais do seu salário para Portugal, tendo 24% afirmado transferir as suas poupanças a um ritmo mensal e 33% várias vezes ao ano, demonstrando, por um lado, a sua ligação à terra e, por outro, a articulação de uma norma salarial «à capitalismo avançado» com um modelo de reprodução muito mais próximo do que deixara em Portugal, com custos mais baixos do que os dos seus colegas nacionais desses países e com maximização da poupança⁷⁵.

⁷³ Note-se que neste grupo se incluem também os *rendeiros* (com ou sem empregados ou assalariados por sua conta), cujo peso era de 3% antes da emigração e de 4% após o regresso. Foi o facto de, em trabalhos anteriores, os termos excluído deste grupo (o que era metodologicamente errado) que determinou a indicação, para ele, de percentagens ligeiramente inferiores (com uma diferença igual aos pesos referidos atrás) naqueles dois momentos. Cf.: Rogério Roque Amaro, «Emigração e regresso de emigrantes (uma análise em termos de mercado de trabalho)», in *Economia e Socialismo*, n.º 63 (nova série), Outubro-Dezembro de 1984, p. 90; id., «Ei-los que voltam! (Problemas e desafios do regresso dos emigrantes)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15-17, Maio de 1985, p. 366.

⁷⁴ Segundo dados não publicados do *XII Recenseamento Geral da População* (INE, 1981), que nos foram cedidos pelo Dr. Rui Pena Pires, que a eles teve acesso no âmbito de um trabalho sobre os indivíduos provenientes das ex-colónias, a situação na profissão, em 1981, dos indivíduos activos com profissão que em 31 de Dezembro de 1973 residiam no estrangeiro, à excepção das ex-colónias, confirma, nos seus grandes contornos, os resultados a que chegámos via inquérito:

Patrões e trabalhadores por conta própria	60%
Trabalhadores por conta de outrem	37%
Trabalhadores familiares e outros não remunerados	3%
Outros	1%

No entanto, se se decompuser o primeiro destes grupos em subgrupos, há algumas disparidades que aqui não abordaremos.

⁷⁵ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, p. 185.

É assim que, desde meados da década de 60, as remessas de emigrantes têm vindo a contribuir decisivamente (juntamente com as divisas que os turistas por cá vão deixando) para «tapar os buracos» da balança de pagamentos e garantir a sobrevivência, primeiro, e a subida do nível de vida, depois, de muitas famílias portuguesas (e regiões) que, sem esses sacrifícios dos que emigraram, nunca teriam podido aspirar, provavelmente, a condições mínimas de vida.

Em consequência, as remessas dos emigrantes tornaram-se uma das componentes certas do rendimento disponível das famílias, levando-o a suplantarem o próprio rendimento interno bruto, aumentando as possibilidades de consumo acima da produção interna, com a inevitável pressão sobre as importações⁷⁶.

A partir dos elementos das *Contas Nacionais* do INE é possível estimar o peso das transferências privadas externas (constituídas praticamente pelas remessas dos emigrantes) no rendimento disponível das famílias do continente, oscilando entre 7% e 12% na década de 70, para subir até um máximo de 12,2% em 1979 e decair ligeiramente em seguida, atingindo 11% em 1983⁷⁷.

Mas a consideração de uma estimativa das contas de rendimento das famílias do continente *por distritos*⁷⁸, embora os dados globais não coincidam com os anteriormente apresentados (para 1979, a percentagem daquelas transferências no rendimento disponível bruto das famílias do continente era de 10,5%, segundo esta estimativa, contra os 12,2% já citados), ilustra muito mais clara e significativamente a situação real que se esconde por detrás daqueles elementos globais (cf. quadro n.º 17).

Aí se documenta que, nas regiões onde se fez mais sentir a emigração, o peso das transferências privadas internacionais no rendimento disponível bruto das famílias é bastante elevado, sendo em 1979 superior a 1/8 em dez distritos e superior a 1/4 em quatro (*Bragança, Viana do Castelo, Guarda e Vila Real*). Nos três primeiros destes quatro, essa fonte de recursos *ultrapassava mesmo as duas que tradicionalmente* (numa sociedade capitalista) *predominam, ou seja, o excedente bruto de exploração e as remunerações dos empregados por conta de outrem*.

Mas, se a essas transferências juntarmos os *juros efectivos*, associados, nessas regiões, maioritariamente, a *depósitos de emigrantes*, verifica-se que, nos quatro distritos já referidos, o total de recursos ligados (directa ou indirectamente) à emigração atinge cerca de 2/5 dos recursos globais das famílias aí residentes, ilustrando claramente a dependência, a vulnerabilidade e a precariedade em que assenta a formação de rendimentos nessas regiões, sem contrapartida produtiva local⁷⁹.

Registe-se que, logicamente, atendendo às características já anteriormente assinaladas, a importância dos recursos ligados à emigração é muito pequena no caso dos distritos alentejanos e dos do Porto, Lisboa e Setúbal.

⁷⁶ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., *op. cit.*, pp. 195-197.

⁷⁷ Cf. Augusto Mateus, «25 de Abril, transição política e crise económica: que desafios dez anos depois?», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/17, Maio de 1985, pp. 291-292.

⁷⁸ Francisco Cabral Cordovil et al., *Contas de Rendimento das Famílias no Continente, Distritos, Sub-Regiões e Regiões — Estimativa para os Anos de 1977 e 1979*, IACEP-GEPEI, s. d.

⁷⁹ Para mais, é provável que uma parte do excedente bruto de exploração aí originado seja devida à aplicação de poupanças de emigrantes na reanimação da economia camponesa e familiar, sobretudo agrícola, dependendo também dessa origem.

A maior parte dessas poupanças dos emigrantes são guardadas nos bancos ou em casa dos familiares — 50% e 14% dos emigrantes regressados inquiridos pelo IED⁸⁰ referiram, respectivamente, essas duas formas de «utilização predominante» das suas poupanças durante a sua estada no estrangeiro —, sendo muito pouco canalizadas para as actividades produtivas das suas regiões de origem, tanto mais que a parte depositada nos bancos acaba por se repercutir sobretudo no crédito concedido nas regiões mais beneficiadas do litoral.

**Estimativa dos principais recursos das famílias do continente em 1979
por distritos (contas de rendimento das famílias) (em percentagem)(a)**

(QUADRO N.º 17)

Distritos	Transfe- rências privadas internacionais	Juros efectivos	Excedente bruto de exploração	Remunera- ções dos empregados por conta de outrem	Outros recursos(b)	Rendimento disponível bruto
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Bragança	30,8	12,2	26,8	19,8	10,4	100,0
Viana do Castelo	30,6	12,5	24,5	22,8	9,6	100,0
Guarda	29,0	12,6	23,9	25,8	8,7	100,0
Vila Real	25,8	11,5	28,8	23,2	10,7	100,0
Viseu	21,1	11,2	30,5	26,6	10,6	100,0
Castelo Branco	19,4	10,1	24,3	34,5	11,7	100,0
Leiria	17,3	9,7	30,5	32,7	9,8	100,0
Aveiro	16,9	10,1	26,0	37,7	9,3	100,0
Braga	15,0	8,6	24,5	41,5	10,4	100,0
Faro	12,8	10,5	31,3	36,3	9,1	100,0
Coimbra	10,5	9,0	29,7	40,4	10,4	100,0
Santarém	9,7	7,9	33,8	38,1	10,5	100,0
Beja	8,3	7,4	37,8	33,8	12,7	100,0
Porto	7,2	8,2	27,7	46,4	10,5	100,0
Portalegre	4,5	7,4	35,9	39,1	13,1	100,0
Lisboa	4,1	8,3	21,0	56,0	10,6	100,0
Évora	3,9	6,9	31,6	44,3	13,3	100,0
Setúbal	3,7	6,2	19,9	59,7	10,5	100,0
CONTINENTE	10,5	8,8	25,7	44,5	10,5	100,0

(a) Quadro organizado por ordem decrescente dos distritos relativamente ao peso das «transferências privadas internacionais» no rendimento disponível bruto das famílias.

(b) Onde sobressaem as prestações sociais (8,2% para o total do continente, variando entre um máximo de 11,2%, no distrito de Évora, e um mínimo de 6,4%, no da Guarda).

Fonte: Francisco Cabral Cordovil et al., *Contas de Rendimento das Famílias no Continente, Distritos, Sub-regiões e Regiões — Estimativa para os Anos de 1977 e 1978*, IACEP-GEBEI, s. d.

Quanto às aplicações propriamente ditas dessas economias, elas podem resumir-se em cinco rubricas, associadas às necessidades, mitos e representações que acompanham o trajecto emigração-regresso:

Sustento das famílias (incluindo ascendentes) que por cá ficaram;
Aquisição de um certo número de bens de consumo que simbolizam o acesso a um certo *status* social (nesta sociedade de consumo);

Construção ou compra de casa;
Aquisição de terras e de algum equipamento agrícola;
Educação dos filhos.

O primeiro tipo de destino das poupanças dos emigrantes já foi referido atrás, estando o segundo inevitavelmente imbricado nele pela fluidez da fronteira entre o que é essencial e o que é supérfluo, numa sociedade de consumo em constante insatisfação e sofisticação.

Registe-se apenas a importância que tem para os emigrantes, por diversas razões, incluindo as relativas à representação do seu sucesso na emigração, a *aquisição de bens como a televisão, o automóvel e os electrodomésticos*. Repare-se que, dos emigrantes regressados inquiridos, apenas 9%, 5% e 13% possuíam, antes de emigrar, aqueles três tipos de bens, respectivamente, passando essas percentagens para 72%, 51% e 73%, respectivamente, graças às poupanças obtidas na emigração⁸¹.

No que se refere à *construção ou compra de casa*, esse é, sem dúvida, um dos projectos mais acarinhados pelo emigrante e um dos objectivos que ele primeiro procura realizar. Segundo o referido inquérito, 19% indicaram-no como a forma predominante de aplicação das suas poupanças enquanto estavam no estrangeiro, tendo 79% declarado que já aplicaram aí algumas das suas economias⁸².

A «casa do emigrante», independentemente dos juízos de valor estético que se lhe possam fazer, e de que talvez os emigrantes não devessem ser o principal alvo, tem contribuído, sem qualquer dúvida, para uma transformação radical na paisagem e na situação habitacional de grande número de aldeias e vilas. É ela que, muitas vezes, tem constituído, directa ou indirectamente (por arrastamento e imitação por parte das populações vizinhas), um travão à degradação das condições de habitação, visível na maioria das zonas do interior de Portugal até há dez, quinze anos atrás, permitindo a muitos milhares de pessoas habitarem uma «casa decente», o que, provavelmente, não conseguiriam de outro modo⁸³.

Quanto à *aquisição de terras e de algum equipamento agrícola*, registe-se que 34% dos inquiridos declararam já ter aí investido (e 8% pensar ainda investir) algumas das suas poupanças. Trata-se, contudo, mais de investimentos de posse e de prestígio (sobretudo no que se refere a algumas compras de equipamento agrícola), com algo de afectivo, tendo a ver com o seu já referido «apego à terra», do que de aplicações realmente transformadoras e rendáveis. Muitas vezes, as terras e as alfaías ficarão à espera do regresso, para então serem parcialmente utilizadas numa perspectiva de auto-suficiência, que tem mais a ver com o *retomar da economia camponesa* do que com a passagem a formas capitalistas de produção⁸⁴.

Finalmente, a *educação dos filhos* é outra das preocupações de um certo número de emigrantes (7% referiram-se-lhe mesmo como a forma predominante das suas aplicações de poupanças durante a emigração), querendo dar aos filhos «um futuro melhor», para que «não tenham de passar pelo mesmo que os pais passaram».

⁸¹ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva *et al.*, *op. cit.*, p. 133 e, em geral, pp.131-137; Rogério Roque Amaro, «Ei-los que voltam! (Problemas e desafios do regresso dos emigrantes)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/17, Maio de 1985, pp. 363-365.

⁸² *Id.*, *ibid.*, pp. 141-142.

⁸³ *Id.*, *ibid.*, pp. 129-131.

⁸⁴ *Id.*, *ibid.*, pp. 142-143.

Resta uma referência ao investimento em actividades produtivas (à excepção da agricultura, com as características já enunciadas), que não parece atrair particularmente os emigrantes.

De facto, apenas 3% o referiram como a aplicação predominante durante a estada no estrangeiro, enquanto, em termos gerais, só 4% já investiram na indústria (e 7% pensam ainda investir), 6% nos restaurantes, cafés e hotéis (5% pensam investir) e 8% no comércio (7% pensam investir)⁸⁵.

Independentemente de alguma subavaliação nas percentagens indicadas (a avaliar pelos elementos relativos aos sectores de actividade dos emigrantes regressados), é nítida a baixa propensão para o investimento em actividades produtivas.

Embora agente de poupança, o emigrante não é propriamente um investidor, nem provavelmente o poderia ser, dadas as características do seu percurso antes e durante a emigração — classe social, actividades produtivas, função que lhe coube nos sistemas produtivos percorridos, qualificações, faltas de incentivos, etc.

Uma questão essencial estará por isso em saber em que medida e sob que formas aquelas poupanças, em particular após o regresso, poderão também ser canalizadas para o investimento produtivo nas regiões de origem dos emigrantes, contribuindo para o seu desenvolvimento, e não apenas para aumentar os rendimentos e os consumos (ou o entesouramento) das famílias aí residentes, tendo como contrapartida a produção... do exterior.

Esse é um dos desafios do regresso dos emigrantes e do desenvolvimento das suas regiões de origem, juntamente com o aproveitamento da força de trabalho de que eles ainda dispõem.

As potencialidades contidas nesse regresso, analisadas neste ponto 2, não terão contudo um grande impacto no desenvolvimento regional se continuarem a actuar na sua forma espontânea, carecendo de incentivos e orientação, sendo até por vezes bloqueadas.

3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS COM O REGRESSO

Muito do que se disse nos pontos anteriores introduz já, de certa maneira, o essencial do que se pretende abordar aqui, limitando-nos por isso, e porque já vai longo o artigo, a resumir as principais áreas socio-culturais onde se tem notado uma influência dos emigrantes regressados (ou não) junto da sociedade portuguesa⁸⁶.

- a) Antes de mais, ao nível das *recomposições sociais*, na medida em que o regresso dos emigrantes às suas terras, em muitos casos para voltar a trabalhar na agricultura, se tem traduzido num *reforço da economia camponesa* e dos comportamentos a ela associados, verificando-se o inverso do que normalmente se espera que aconteça, com o avanço das relações capitalistas no campo.

⁸⁵ Cf. Rogério Roque Amaro in Manuela Silva et al., op. cit., p. 142.

⁸⁶ Para a maior parte dos elementos que se vão utilizar a seguir cf. Manuela Silva et al., op. cit., pp. 131-141, e ainda Rogério Roque Amaro. «Ei-los que voltam! (Problemas e desafios do regresso dos emigrantes)», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 15/17, Maio de 1985, pp. 368-370.

Essa é uma das razões por que, em termos da estratificação das explorações agrícolas do continente, se tenha assistido, entre 1968 e 1979, não a um recuo do número de pequenas explorações, mas antes a uma estabilidade, e por vezes até a um reforço da sua importância, em particular nas regiões do Norte e Centro⁸⁷.

Como se viu, a estratégia do emigrante tem muito mais a ver, quer no regresso, quer ainda antes, durante a emigração, com a defesa e manutenção (com pequenos aumentos) da sua pequena propriedade inicial, como isolado, do que com a aspiração a tornar-se num grande ou médio empresário agrícola.

Por outro lado, a inclinação dos ex-emigrantes (homens e mulheres) para as actividades comerciais e congéneres tem fomentado (ou reforçado, se já existia) a formação de uma *pequena burguesia tradicional* ligada àquelas actividades (ainda que revestida das novas características dessas actividades) num bom número de vilas e aldeias, em particular nas regiões do interior, marcando uma certa posição social na terra⁸⁸.

- b) Também ao nível das *relações familiares e sociais em geral*, é de considerar a acção de diversos factores que, actuando separadamente ou em conjunto e de forma complementar ou contraditória, moldaram novos comportamentos ao longo do percurso emigração-regresso:

- A separação do casal e/ou dos filhos (quando a houve);
- O salto verificado, para um grande número de emigrantes, de uma sociedade camponesa tradicional para sociedades urbanas normalmente muito industrializadas;
- O contacto com novas formas familiares e sociais mais permissivas e maleáveis;
- A utilização da família muitas vezes como concha de protecção, no meio de uma sociedade sentida como hostil ou, pelo menos, estranha;
- O muro que se interpôs entre pais (permanecendo muitas vezes agarrados a ritos e tradições da sua terra) e filhos (tentando ganhar raízes na sociedade de imigração), agravado pelas diferentes linguagens utilizadas preferentemente por uns e outros;
- A dupla pertença e desenraizamento que resultam de todo este percurso;
- Etc.

Todos estes elementos contribuíram, juntamente com outros agindo, por exemplo, através dos meios de comunicação, para alterar substancialmente aquelas relações, tendendo a uniformizá-las segundo o padrão das sociedades de imigração, dando-lhes maior maleabilidade e libertando-lhes a conflitualidade, nem sempre resolvida, não só entre marido e mulher (conduzindo ao divórcio), mas sobretudo entre pais e filhos (provocando rupturas que os desen-

⁸⁷ Cf. Francisco Cabral Cordovil, «Transformação da estrutura das explorações agrícolas em Portugal nas últimas três décadas (1950-80) e efeitos previsíveis da adesão à C. E. E.», in *Economia e Socialismo*, n.º 61 (nova série), Abril-Junho de 1984.

Cf. também João Ferrão, «Recomposição social e estruturas regionais de classe (1970-81)», a publicar neste número da *Análise Social*.

⁸⁸ Cf. João Ferrão, *op. cit.*

raizamentos e os problemas específicos da 2.^a geração na emigração mais acentuaram).

Estes novos comportamentos não deixaram de se chocar com os tradicionalmente existentes nas regiões de origem, alastrando em círculos concêntricos e ganhando dimensão social, ao ponto de hoje (por esta e outras razões ligadas à «urbanização do campo») se poder falar de uma família mais «burguesa» (segundo os cânones da sociedade burguesa) que se vai substituindo, um pouco por todo o país, à família camponesa que ainda predominava em vastas zonas do interior, o mesmo se podendo dizer das formas e relações sociais em geral que delas emanam.

É claro que também existem contratendências, que têm a ver com o reforço da economia camponesa assinalado na alínea anterior, mas as duas coisas parecem mais coexistir do que contradizer-se.

Perante o que se disse, não é de estranhar que os próprios emigrantes tenham consciência da sua inovação nesta área, reconhecendo 48% dos inquiridos a capacidade de o emigrante em geral trazer algo de novo quanto a ela.

Insista-se, por último, na questão da 2.^a geração, a que normalmente mais sente o regresso, por o considerar, em geral, um recuo nos hábitos, relações e bem-estar já atingidos, a que acresce o problema da língua e a dificuldade de aqui encontrar emprego ou até (eventualmente) continuar a estudar, dados os problemas que se põem às equivalências.

As rupturas a este nível são dramáticas, preferindo muitos pais, na sua antevisão, deixar os filhos em Portugal com a mãe, os avós ou outros familiares, ou, inclusive, antecipar o seu regresso antes que os filhos que foram com eles atinjam uma idade mais opinativa a esse respeito.

Não é pois de estranhar que 25% dos emigrantes regressados tenham declarado ter ainda algum filho no estrangeiro, por razões de emprego ou de casamento, o que não deixa de marcar a ambivalência do seu regresso a Portugal;

- c) É de assinalar também a influência exercida ao nível da *ocupação dos tempos livres*, que aliás era um conceito praticamente inexistente (como o de férias) na sociedade camponesa tradicional.

Nas suas vindas de férias e no regresso definitivo, os emigrantes, em particular os mais novos e os da 2.^a geração, juntaram a sua acção e exemplo à influência dos meios de comunicação social e de outros mecanismos de «urbanização do campo», para transmitirem às suas aldeias, vilas e cidades a animação própria das férias, dos cafés, dos *snacks*, das *boîtes* e das discotecas, que surgem por todo o lado, substituindo, como lugares de encontro e de festa, as lojas, as eiras e os adros das igrejas.

Não foi só através destas «novidades» que aquela animação se processou, mas também no que se refere às festas tradicionais, que «ressuscitaram» ou ganharam novo fôlego e novas formas, para grande alegria dos emigrantes e especial gáudio dos comerciantes locais⁸⁹.

⁸⁹ Cf., em particular, Michel Poinard, «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa». in *Análise Social*, 3.^a série, vol. XIX, n.º 76, 1983-2.º, pp. 288-289.

Por arrastamento, são também novos gostos musicais que se vão impondo, contribuindo tudo isto para uma homogeneização cultural das regiões, que tende a descaracterizá-las na sua identidade, o que, como se imagina, tem inconvenientes que não se podem escamotear sob o argumento da «modernização» da sociedade portuguesa...;

- d) No que se refere aos *hábitos de consumo*, já se mencionaram atrás algumas das influências exercidas a este nível, estando normalmente relacionadas com as representações consumistas importadas (directamente ou via meios de comunicação) dos países de imigração, quanto aos bens duradouros (televisão, automóvel, electrodomésticos, aparelhagem de som, etc.) e ao vestuário. A adopção desses padrões de consumo (modas), que se tendem a generalizar por todo o mundo, num mecanismo de imitação-ostentação próprio das sociedades de consumo, e independentemente da emigração (que é apenas *mais um veículo* da sua difusão), tem proporcionado, é certo, uma clara melhoria do bem-estar material de muitas famílias do interior.

Mas, tendo em conta o impacte diferenciado das poupanças dos emigrantes na produção e no consumo internos (ver ponto 2.4) e o desprezo a que, ao nível do colectivo, esta questão tem sido votada, têm sido muito acentuadas as suas consequências ao nível da *dependência comercial* (importação de produtos) e *cultural* (adopção de padrões de consumo e de vida) e da *descaracterização cultural das regiões de emigração*, não sendo portanto linear a sua avaliação.

Retome-se ainda, nesta alínea, a questão da «casa do emigrante», também ela portadora daquela ambivalência, que continua a não ser reflectida em termos das comunidades afectadas (no bom e no mau sentido);

- e) Finalmente, uma referência à questão da *língua*.

Hoje, o português é cada vez mais uma *língua em miscigenização*, não só como resultado da presença de portugueses um pouco por todo o mundo na emigração, como também da herança de um império colonial que durou vários séculos e que hoje permanece na sociedade portuguesa através dos hábitos, dos modos de vida e da terminologia veiculados pelas muitas centenas de milhares de pessoas provenientes das ex-colónias após 1974.

No que diz respeito aos emigrantes, em vez de se lhes atirarem opróbrios e chacotas pela «impureza» do seu falar, seria mais interessante tentar compreender as suas razões e assumir as nossas responsabilidades nessa formação (mais do que de deformação) de um novo português.

Emigrando muitas vezes com uma muito débil formação escolar e um ainda mais remoto treino da língua, abandonado culturalmente como português no estrangeiro (com algumas excepções assinaláveis, é certo), o que assume particular gravidade no caso da 2.^a geração, não é de estranhar que o emigrante tenha integrado palavras e expressões estrangeiras no seu vocabulário, por maior contacto com elas ou por mero desconhecimento do seu equivalente em português.

Será de condenar que antigos camponeses, que nunca souberam o que era ter férias, tenham preferido utilizar a palavra «vacanças»,

essas sim com sabor a férias? E hoje falem da «retrate» ao referirem-se à reforma a que aqui não tinham direito? E quem nunca pôde ir a um armazém, agora se lhe refira como «store»?

E que quem sempre viveu(?) numa habitação miserável (a que chamavam casa), agora chame «maison» à sua nova casa? Ou ainda «ruta» à estrada que nunca passou pela sua aldeia, onde se chegava apenas por carreiros ou autênticos caminhos de cabras, a que, eufemisticamente, punham o nome de estradas?

A língua que hoje ouvimos em Portugal é o símbolo e o resultado do nosso trajecto na história, como povo colonizador e colonizado, e, como tal, reflecte-lhe as características, sejam elas epopeias ou tragicomédias.

ALGUMAS REFLEXÕES FINAIS

Analisámos, ao longo de muitas páginas, as reestruturações demográficas, económicas e socioculturais que o regresso de emigrantes tem estimulado na sociedade portuguesa nos últimos anos e verificámos a sua diversidade e amplitude, cruzando-se contudo com outras influências que a vêm atravessando segundo várias origens (migrações internas, movimentos provenientes das ex-colónias, acção dos meios de comunicação social, etc.).

As conclusões poderiam ser, no final, bastante variadas, mas queremos limitar-nos a chamar a atenção para aquelas que consideramos mais importantes.

Em primeiro lugar, o regresso dos emigrantes tem canalizado para a sociedade portuguesa uma série de *potencialidades*, cuja acção, se enquadrada e incentivada, pode contribuir para *revitalizar as suas zonas mais débeis* (precisamente as mais abandonadas pela emigração) e promover *um efectivo desenvolvimento das regiões, descentralizando e partindo das condições e necessidades locais*. Dentre essas potencialidades refiram-se: a tendência para o regresso à terra, o perfil etário ainda activo, a vontade de trabalhar, um certo regresso à agricultura, as poupanças acumuladas, o aumento do poder de compra e do nível de vida, a casa nova, a alteração de certas formas familiares e sociais arcaicas, etc.

Mas essas potencialidades, se abandonadas ao sabor das imitações e das desilusões, poderão, não só fazer gorar uma oportunidade, talvez decisiva (em particular no âmbito da recente adesão à CEE), de inverter a lógica do marasmo e da dependência de vastas regiões do País e da concentração noutras, com custos muito elevados dos principais recursos utilizados, como também contribuir para agravar a dependência e a descaracterização produtiva e cultural daquelas, abrindo as portas a novas migrações, com idênticas direcções.

É assim que factores como o trabalho na agricultura, a tendência para a autonomia na produção, as poupanças, o acesso a certos padrões de consumo e a certas modas, a casa nova, a ocupação dos tempos livres, etc., poderão funcionar como «paus de dois bicos», no sentido atrás referido.

Não se pode também ignorar o caso daqueles emigrantes que (em número crescente) são obrigados a regressar em más condições, trocando frequentemente o desemprego na emigração pelo desemprego (total ou parcial) em Portugal, arrastando consigo uma desilusão reforçada.

Referências especiais merecem ainda as mulheres e os jovens:

Aquelas, pelos papéis, muitas vezes decisivos e pouco valorizados, que tiveram de desempenhar ao longo do percurso migratório, que as que partiram, quer as que ficaram, submetidas muitas vezes a uma lógica que as violentava, sem que a sua opinião fosse sempre considerada;

Estes, pelos traumas, rupturas e conflitos que atravessam a sua passagem pela emigração (ou a sua permanência em Portugal, longe dos pais), abandonados muitas vezes pelo seu país de nascimento, rejeitados pelo de adopção, sem identidade e sem confiança, talvez até sem horizontes de vida.

Regressar ou não é, para alguns, a questão central. A resposta, essa, tem vindo a ser dada pelos próprios emigrantes, normalmente dentro dos seus próprios projectos e horizontes, mas muitos têm sido «empurrados» e «enviados» para o seu país de origem por um capitalismo em crise que não olha a meios para a ultrapassar.

Mas a questão mais importante é talvez uma outra: nós, os que não saímos de cá (porque não pudemos, não quisemos ou, simplesmente, não precisámos), ou os que já cá estamos, políticos, autarcas, comerciantes, empresários ou simples familiares, vizinhos ou colegas, como os vamos receber, como nos vamos relacionar com eles?

Só uma perspectiva que encare o regresso dos emigrantes no contexto de um acolhimento e um desenvolvimento que é devido a todas as pessoas, onde quer que elas estejam (inclusive, portanto, os que por cá ficaram), pode dar um novo sentido à resposta àquela interrogação.

População residente em 16 de Março de 1981 (continente)

(QUADRO A-1)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bragança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	202 793	1 132	1 258	99	67	160	113	84	60	48
Braga	1 006	557 163	7 150	341	166	451	222	140	141	81
Porto	1 048	6 176	1 249 600	1 464	1 109	3 566	961	382	1 323	346
Vila Real	128	1 039	3 711	204 622	603	383	312	149	491	121
Bragança	131	397	2 483	621	137 367	332	289	154	188	275
Aveiro	171	325	4 160	124	98	484 973	1 421	237	711	164
Coimbra	114	305	1 086	161	121	1 653	343 982	1 476	830	533
Leiria	84	146	405	81	69	282	1 544	325 434	169	80
Viseu	104	296	3 629	487	208	1 825	1 346	375	328 211	704
Guarda	38	126	674	61	157	350	1 071	251	799	157 971
Castelo Branco	27	105	273	25	31	178	525	283	140	459
Santarém	93	187	512	123	71	323	637	1 730	164	102
Lisboa	2 233	1 928	4 280	1 795	969	2 389	4 380	4 670	4 192	1 543
Setúbal	120	164	541	88	63	370	613	467	428	141
Portalegre	14	55	126	24	11	73	157	212	33	28
Évora	22	63	151	29	24	75	88	163	72	29
Beja	16	23	91	33	16	72	133	118	31	28
Faro	32	87	241	46	38	163	149	162	54	61
CONTINENTE	208 174	569 717	1 280 371	210 224	141 188	497 618	357 943	336 487	338 037	162 714
Açores(c)	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Madeira(c)	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
ILHAS	35	85	384	33	25	147	207	91	52	40
CONTINENTE E ILHAS	208 209	569 802	1 280 755	210 257	141 213	497 765	358 150	336 578	338 089	162 754
Macau	95	321	562	60	51	174	122	114	98	57
PORTUGAL	208 304	570 123	1 281 317	210 317	141 264	497 939	358 272	336 692	338 187	162 811
Angola	4 838	10 170	35 895	10 438	11 538	19 207	14 728	11 126	14 523	9 728
Moçambique	2 806	4 964	17 937	3 474	4 104	7 367	7 166	7 260	6 662	4 417
Outras ex-colónias	304	906	2 422	327	337	1 023	851	755	867	306
EX-COLÓNIAS	7 948	16 040	56 254	14 239	15 979	27 597	22 745	19 141	22 052	14 451
França	7 106	11 372	9 398	3 956	4 462	7 120	4 218	10 373	4 310	5 861
República Federal da Alemanha	351	2 608	3 253	887	996	1 374	1 017	3 266	3 161	503
Outros países da Europa	259	612	1 343	332	479	472	745	452	502	290
EUA/Canadá	854	571	405	394	92	1 455	443	1 312	394	303
Outros países	864	1 478	5 712	530	367	7 082	1 497	1 017	1 586	773
ESTRANGEIRO, EXCEPTO EX-COLÓNIAS	9 434	16 641	20 111	6 099	6 396	17 503	7 920	16 420	9 953	7 730
ESTRANGEIRO	17 382	32 681	76 365	20 338	22 375	45 200	30 665	35 561	32 005	22 181
TOTAL	225 686	602 804	1 357 682	230 655	163 639	543 039	388 937	372 253	370 192	184 992
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973(d)	22 893	45 641	108 082	26 033	26 272	58 066	44 955	46 819	41 981	27 021
RESIDENTES NASCIDOS DEPOIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973(e)	31 128	106 120	204 605	33 726	20 630	79 949	47 387	47 976	53 456	20 639
POPULAÇÃO RESIDENTE EM 16 DE MARÇO DE 1981	256 814	708 924	1 562 287	264 381	184 252	622 988	436 324	420 229	423 648	205 631

(a) Leitura do quadro

Em linha: residência em 31 de Dezembro de 1973.

Em coluna: residência em 16 de Março de 1981.

(b) Diferença entre o valor total da linha e o respectivo valor inscrito na diagonal principal. Note-se que o valor encontrado se refere aos que, residindo no distrito indi

(c) Por erro de programação, não foram calculados pelo INE (nem se podem calcular) os fluxos com origem em cada uma das regiões autónomas, apenas se poden no quadro A-4 entre esses fluxos por 1000 habitantes e os que das Ilhas passaram a residir no continente (total) também por 1000 habitantes. Em consequência, todos os va entanto, marginais.

(d) Diferença entre o valor total da coluna e o respectivo valor inscrito na diagonal principal.

(e) Diferença entre a população residente em 16 de Março de 1981 e o total da população considerada nesta matriz, ou seja, a que pôde indicar uma residência para

Fonte: quadro construído pelo autor a partir de dados do INE, XII Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, 1984, quadros 6.10 (volumes distritais) e 6.15

e ilhas), por residência em 31 de Dezembro de 1973(a)

Castelo Branco	Santarém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	CONTINENTE E ILHAS	MUDARAM DE RESIDÊNCIA(b)
18	79	2 176	498	9	17	22	67	208 700	28	23	51	208 751	5 958
40	191	2 219	427	32	27	34	109	569 940	102	50	152	570 092	12 929
202	460	4 915	1 198	109	101	103	373	1 273 436	316	197	513	1 273 949	24 349
72	107	4 165	705	38	62	73	90	216 871	43	11	54	216 925	12 303
61	143	2 551	589	25	92	78	86	145 862	21	36	57	145 919	8 552
104	288	1 862	535	57	57	48	125	495 460	112	58	170	495 630	10 657
412	692	5 185	1 152	107	96	84	260	358 249	194	177	371	358 620	14 638
121	1 881	5 324	944	154	116	50	258	337 142	154	31	185	337 327	11 893
242	291	8 940	1 524	90	78	95	144	348 589	58	37	95	348 684	20 473
758	238	4 479	768	61	49	43	73	167 967	24	17	41	168 008	10 037
188 730	973	7 426	1 761	298	76	79	123	201 512	32	16	48	201 560	12 830
456	362 379	9 995	2 637	625	533	112	293	380 972	182	51	233	381 205	18 826
2 849	7 417	1 560 668	24 977	2 322	2 280	2 084	3 593	1 634 569	1 560	1 038	2 598	1 637 167	76 499
272	983	9 686	465 129	484	1 180	1 470	1 430	483 629	306	151	457	484 086	18 957
297	1 198	3 508	1 880	119 671	799	89	177	128 352	36	9	45	128 397	8 726
69	586	3 698	3 852	766	150 329	510	294	160 820	46	26	72	160 892	10 563
56	161	3 948	5 067	135	780	158 628	2 850	172 186	47	46	93	172 279	13 651
66	210	3 363	2 608	96	192	882	250 814	259 264	95	69	164	259 428	8 614
194 825	378 277	1 644 108	516 251	125 079	156 864	164 484	261 159	7 543 520	3 356	2 043	5 399	7 548 919	300 455
..	..	..	..	..	..	..	..	2 449*	194 658*	101*	194 759*	197 208	2 550*
..	..	..	..	..	..	..	..	2 617*	150*	200 912*	201 062*	203 679	2 767*
43	151	2 728	749	33	45	33	185	5 066	194 808	201 013	395 821	400 887	5 317*
194 868	378 428	1 646 836	517 000	125 112	156 909	164 517	261 344	7 548 586	198 164	203 056	401 220	7 949 806	305 772*
56	158	1 197	208	60	25	44	134	3 536	34	105	139	3 675	3 675
194 924	379 586	1 648 033	517 208	125 172	156 934	164 561	261 478	7 552 122	198 198	203 161	401 359	7 953 481	309 447*
6 215	11 715	92 846	29 016	2 197	2 333	1 721	13 736	301 970	2 909	4 179	7 088	309 058	309 058
3 422	7 773	58 416	16 020	1 102	1 258	1 127	4 610	159 885	1 421	2 759	4 180	164 065	164 065
427	969	15 610	4 476	261	327	192	878	31 238	482	244	726	31 964	31 964
10 064	20 457	166 872	49 512	3 560	3 918	3 040	19 224	493 093	4 812	7 182	11 994	505 087	505 087
6 466	6 036	8 022	3 573	463	561	983	4 772	99 052	117	656	773	99 825	99 825
483	1 009	4 286	2 543	182	293	791	1 853	28 856	16	59	75	28 931	28 931
196	446	4 761	1 228	345	177	212	820	13 671	75	622	697	14 368	14 368
223	433	1 822	400	13	13	33	666	9 826	3 436	228	3 664	13 490	13 490
317	744	5 566	1 368	126	88	90	1 580	30 785	468	4 953	5 421	36 206	36 206
7 685	8 668	24 457	9 112	1 129	1 132	2 109	9 691	182 190	4 112	6 518	10 630	192 820	192 820
17 749	29 125	191 329	58 624	4 689	5 050	5 149	28 915	675 283	8 924	13 700	22 624	697 907	697 907
212 673	407 711	1 839 362	575 832	129 861	161 984	169 710	290 393	8 227 405	207 122	216 861	423 983	8 651 388	1 007 354*
23 943	45 332	278 694	110 703	10 190	11 655	11 082	39 579	978 941	12 464*	15 949*	28 413*	1 007 354*	—
21 557	46 412	230 105	82 494	13 044	18 293	18 710	33 141	1 109 355	36 288	35 983	72 271	1 181 626	—
234 230	454 123	2 069 467	658 326	142 905	180 277	188 420	323 534	9 336 760	243 410	252 844	496 254	9 833 014	—

cado na linha em 31 de Dezembro de 1973, residiam em 16 de Março de 1981 noutro distrito do continente ou ilhas.
do conhecer os totais. Para obviar a esse inconveniente estimámos valores para os fluxos entre as ilhas, mantendo para este quadro a mesma proporção que se encontrou
lores indicados por asterisco só puderam ser calculados a partir dessa estimativa, sendo por ela condicionados. Os desvios hipotéticos que daí poderão resultar são, no

31 de Dezembro de 1973, por já ter então nascido.
(volume do total do País).

População residente em 16 de Março de 1981 (continente

Coeficientes de ori

(QUADRO A-2)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bra- gança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	—	2,5	1,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,1	0,2
Braga	4,4	—	6,6	1,3	0,6	0,8	0,5	0,3	0,3	0,3
Porto	4,6	13,5	—	5,6	4,2	6,1	2,1	0,8	3,2	1,3
Vila Real	0,6	2,3	3,4	—	2,3	0,7	0,7	0,3	1,2	0,4
Bragança	0,6	0,9	2,3	2,4	—	0,6	0,6	0,3	0,4	1,0
Aveiro	0,7	0,7	3,8	0,5	0,4	—	3,2	0,5	1,7	0,6
Coimbra	0,5	0,7	1,0	0,6	0,5	2,8	—	3,2	2,0	2,0
Leiria	0,4	0,3	0,4	0,3	0,3	0,5	3,4	—	0,4	0,3
Viseu	0,5	0,6	3,4	1,9	0,8	3,1	3,0	0,8	—	2,6
Guarda	0,2	0,3	0,6	0,2	0,6	0,6	2,4	0,5	1,9	—
Castelo Branco	0,1	0,2	0,3	0,1	0,1	0,3	1,2	0,6	0,3	1,7
Santarém	0,4	0,4	0,5	0,5	0,3	0,6	1,4	3,7	0,4	0,4
Lisboa	9,8	4,2	4,0	6,9	3,7	4,1	9,7	10,0	10,0	5,7
Setúbal	0,5	0,4	0,5	0,3	0,2	0,6	1,4	1,0	1,0	0,5
Portalegre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3	0,5	0,1	0,1
Évora	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,2	0,1
Beja	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,3	0,3	0,1	0,1
Faro	0,1	0,2	0,2	0,2	0,1	0,3	0,3	0,3	0,1	0,2
CONTINENTE	23,5	27,5	28,5	21,5	14,5	21,8	31,1	23,6	23,4	17,6
Açores	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Madeira	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
ILHAS	0,2	0,2	0,4	0,1	0,1	0,3	0,5	0,2	0,1	0,1
CONTINENTE E ILHAS	23,7	27,7	28,8	21,6	14,6	22,0	31,5	23,8	23,5	17,7
Macau	0,4	0,7	0,5	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2
PORTUGAL	24,1	28,4	29,3	21,9	14,8	22,3	31,8	24,0	23,8	17,9
Angola	21,1	22,3	33,2	40,1	43,9	33,1	32,8	23,8	34,6	36,0
Moçambique	12,3	10,9	16,6	13,3	15,6	12,7	15,9	15,5	15,9	16,3
Outras ex-colónias	1,3	2,0	2,2	1,3	1,3	1,8	1,9	1,6	2,1	1,1
EX-COLÓNIAS	34,7	35,1	52,0	54,7	60,8	47,5	50,6	40,9	52,5	53,5
França	31,0	24,9	8,7	15,2	17,0	12,3	9,4	22,2	10,3	21,7
República Federal da Alemanha	1,5	5,7	3,0	3,4	3,8	2,4	2,3	7,0	7,5	1,9
Outros países da Europa	1,1	1,3	1,2	1,3	1,8	0,8	1,7	1,0	1,2	1,1
EUA/Canadá	3,7	1,3	0,4	1,5	0,4	2,5	1,0	2,8	0,9	1,1
Outros países	3,8	3,2	5,3	2,0	1,4	12,2	3,3	2,2	3,8	2,9
ESTRANGEIRO EXCEPTO EX- -COLÓNIAS	41,2	36,5	18,6	23,4	24,3	30,1	17,6	35,1	23,7	28,6
ESTRANGEIRO	75,9	71,6	70,7	78,1	85,2	77,7	68,2	76,0	76,2	82,1
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Origens, em percentagem, da população que em 31 de Dezembro de 1973 não residia no distrito (ou região autónoma) onde indicou

Fonte: quadro A-1.

e Ilhas) por residência em 31 de Dezembro de 1973

gem, em percentagem(a)

Castelo Branco	Santarém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	CONTINENTE E ILHAS
0,1	0,2	0,8	0,4	0,1	0,1	0,2	0,2	0,6	0,2	0,1	0,2	0,6
0,2	0,4	0,8	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	1,3	0,8	0,3	0,5	1,3
0,8	1,0	1,8	1,1	1,1	0,9	0,9	0,9	2,4	2,5	1,2	1,8	2,4
0,3	0,2	1,5	0,6	0,4	0,5	0,7	0,2	1,3	0,3	0,1	0,2	1,2
0,3	0,3	0,9	0,5	0,2	0,8	0,7	0,2	0,9	0,2	0,2	0,2	0,8
0,4	0,6	0,7	0,5	0,6	0,5	0,4	0,3	1,1	0,9	0,4	0,6	1,1
1,7	1,5	1,9	1,0	1,1	0,8	0,8	0,7	1,5	1,6	1,1	1,3	1,5
0,5	4,1	1,9	0,9	1,5	1,0	0,5	0,7	1,2	1,2	0,2	0,7	1,2
1,0	0,6	3,2	1,4	0,9	0,7	0,9	0,4	2,1	0,5	0,2	0,3	2,0
3,2	0,5	1,6	0,7	0,6	0,4	0,4	0,2	1,0	0,2	0,1	0,1	1,0
—	2,1	2,7	1,6	2,9	0,7	0,7	0,3	1,3	0,3	0,1	0,2	1,3
1,9	—	3,6	2,4	6,1	4,6	1,0	0,7	1,9	1,5	0,3	0,8	1,9
11,9	16,4	—	22,6	22,8	19,6	18,8	9,1	7,5	12,5	6,5	9,1	7,6
1,1	2,2	3,5	—	4,7	10,1	13,3	3,6	1,9	2,5	0,9	1,6	1,9
1,2	2,6	1,3	1,7	—	6,9	0,8	0,4	0,9	0,3	0,1	0,2	0,9
0,3	1,3	1,3	3,5	7,5	—	4,6	0,7	1,1	0,4	0,2	0,3	1,0
0,2	0,4	1,4	4,6	1,3	6,7	—	7,2	1,4	0,4	0,3	0,3	1,4
0,3	0,5	1,2	2,4	0,9	1,6	8,0	—	0,9	0,8	0,4	0,6	0,9
25,5	35,1	29,9	46,2	53,1	56,1	52,8	26,1	30,1	26,9	12,8	19,0	29,8
..	..	..	..	..	..	..	..	0,3	—	0,6	0,4	0,3
..	..	..	..	..	..	..	..	0,3	1,2	—	0,5	0,3
0,2	0,3	1,0	0,7	0,3	0,4	0,3	0,5	0,5	1,2	0,6	0,9	0,5
25,6	35,4	30,9	46,9	53,4	56,5	53,1	26,6	30,7	28,1	13,4	19,9	30,4
0,2	0,3	0,4	0,2	0,6	0,2	0,4	0,3	0,4	0,3	0,7	0,5	0,4
25,9	35,8	31,3	47,0	54,0	56,7	53,5	26,9	31,0	28,4	14,1	20,4	30,7
26,0	25,8	33,3	26,2	21,6	20,0	15,5	34,7	30,8	23,3	26,2	24,9	30,7
14,3	17,1	21,0	14,5	10,8	10,8	10,2	11,6	16,3	11,4	17,3	14,7	16,3
1,8	2,1	5,6	4,0	2,6	2,8	1,7	2,2	3,2	3,9	1,5	2,6	3,2
42,0	45,1	59,9	44,7	34,9	33,6	27,4	48,6	50,4	38,6	45,0	42,2	50,1
27,0	13,3	2,9	3,2	4,5	4,8	8,9	12,1	10,1	0,9	4,1	2,7	9,9
2,0	2,2	1,5	2,3	1,8	2,5	7,1	4,7	2,9	0,1	0,4	0,3	2,9
0,8	1,0	1,7	1,1	3,4	1,5	1,9	2,1	1,4	0,6	3,9	2,5	1,4
0,9	1,0	0,7	0,4	0,1	0,1	0,3	1,7	1,0	27,6	1,4	12,9	1,3
1,3	1,6	2,0	1,2	1,2	0,8	0,8	4,0	3,1	3,8	31,1	19,1	3,6
32,1	19,1	8,8	8,2	11,1	9,7	19,0	24,5	18,6	33,0	40,9	37,4	19,1
74,1	64,2	68,7	53,0	46,0	43,3	46,5	73,1	69,0	71,6	85,9	79,6	69,3
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

residência em 1981. A leitura deve ser feita em coluna.

População residente em 16 de Março de 1981 (continente)

Coeficientes de des

(QUADRO A-3)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bra- gança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	—	19,0	21,1	1,7	1,1	2,7	1,9	1,4	1,0	0,8
Braga	7,8	—	55,3	2,6	1,3	3,5	1,7	1,1	1,1	0,6
Porto	4,3	25,4	—	6,0	4,6	14,6	3,9	1,6	5,4	1,4
Vila Real	1,0	8,4	30,2	—	4,9	3,1	2,5	1,2	4,0	1,0
Bragança	1,5	4,6	29,0	7,3	—	3,9	3,4	1,8	2,2	3,2
Aveiro	1,6	3,0	39,0	1,2	0,9	—	13,3	2,2	6,7	1,5
Coimbra	0,8	2,1	7,4	1,1	0,8	11,3	—	10,1	5,7	3,6
Leiria	0,7	1,2	3,4	0,7	0,6	2,4	13,0	—	1,4	0,7
Viseu	0,5	1,4	17,7	2,4	1,0	8,9	6,6	1,8	—	3,4
Guarda	0,4	1,3	6,7	0,6	1,6	3,5	10,7	2,5	8,0	—
Castelo Branco	0,2	0,8	2,1	0,2	0,2	1,4	4,1	2,2	1,1	3,6
Santarém	0,5	1,0	2,7	0,7	0,4	1,7	3,4	9,2	0,9	0,5
Lisboa	2,9	2,5	5,6	2,3	1,3	3,1	5,7	6,1	5,5	2,0
Setúbal	0,6	0,9	2,9	0,5	0,3	2,0	3,2	2,5	2,3	0,7
Portalegre	0,2	0,6	1,4	0,3	0,1	0,8	1,8	2,4	0,4	0,3
Évora	0,2	0,6	1,4	0,3	0,2	0,7	0,8	1,5	0,7	0,3
Beja	0,1	0,2	0,7	0,2	0,1	0,5	1,0	0,9	0,2	0,2
Faro	0,4	1,0	2,8	0,5	0,4	1,9	1,7	1,9	0,6	0,7
CONTINENTE	1,8	4,2	10,2	1,9	1,3	4,2	4,6	3,7	3,3	1,6
Açores	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Madeira	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
ILHAS	0,7	1,6	7,2	0,6	0,5	2,8	3,9	1,7	1,0	0,8
CONTINENTE E ILHAS	1,8	4,1	10,2	1,8	1,3	4,2	4,6	3,6	3,2	1,6
Macau	2,6	8,7	15,3	1,6	1,4	4,7	3,3	3,1	2,7	1,6
PORTUGAL	1,8	4,2	10,2	1,8	1,3	4,2	4,6	3,6	3,2	1,6
Angola	1,6	3,3	11,6	3,4	3,7	6,2	4,8	3,6	4,7	3,1
Moçambique	1,7	3,0	10,9	2,1	2,5	4,5	4,4	4,4	4,1	2,7
Outras ex-colónias	1,0	2,8	7,6	1,0	1,1	3,2	2,7	2,4	2,7	1,0
EX-COLÓNIAS	1,6	3,2	11,1	2,8	3,2	5,5	4,5	3,8	4,4	2,9
França	7,1	11,4	9,4	4,0	4,5	7,1	4,2	10,4	4,3	5,9
República Federal da Alemanha	1,2	9,0	11,2	3,1	3,4	4,7	3,5	11,3	10,9	1,7
Outros países da Europa	1,8	4,3	9,3	2,3	3,3	3,3	5,2	3,1	3,5	2,0
EUA/Canadá	6,3	4,2	3,0	2,9	0,7	10,8	3,3	9,7	2,9	2,2
Outros países	2,4	4,1	15,8	1,5	1,0	19,6	4,1	2,8	4,4	2,1
ESTRANGEIRO EXCEPTO EX- -COLÓNIAS	4,9	8,6	10,4	3,2	3,3	9,1	4,1	8,5	5,2	4,0
ESTRANGEIRO	2,5	4,7	10,9	2,9	3,2	6,5	4,4	5,1	4,6	3,2
TOTAL(b)	2,6	7,0	15,7	2,7	1,9	6,3	4,5	4,3	4,3	2,1
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1973	2,3	4,5	10,7	2,6	2,6	5,8	4,5	4,6	4,2	2,7
RESIDENTES NASCIDOS DE- POIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973(b)	2,6	9,0	17,3	2,9	1,7	6,8	4,0	4,1	4,5	1,7
POPULAÇÃO RESIDENTE EM 16 DE MARÇO DE 1981(b)	2,6	7,2	15,9	2,7	1,9	6,3	4,4	4,3	4,3	2,1

(a) Destinos, em percentagem, da população que em 31 de Dezembro de 1973 não residia no distrito (ou região autónoma) onde deve ser feita em linha.

(b) As linhas assinaladas com esta nota (a do «Total» e as duas últimas) referem simplesmente a distribuição, em percentagem, das

Fonte: quadro A-1.

e ilhas), por residência em 31 de Dezembro de 1973
tino, em percentagem(a)

Castelo Branco	Santarém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	MUDARAM DE RESIDÊNCIA
0,3	1,3	36,5	8,4	0,2	0,3	0,4	1,1	99,1	0,5	0,4	0,9	100,0
0,3	1,5	17,2	3,3	0,2	0,2	0,3	0,8	98,8	0,8	0,4	1,2	100,0
0,8	1,9	20,2	4,9	0,4	0,4	0,4	1,5	97,9	1,3	0,8	2,1	100,0
0,6	0,9	33,9	5,7	0,3	0,5	0,6	0,7	99,6	0,3	0,1	0,4	100,0
0,7	1,7	29,8	6,9	0,3	1,1	0,9	1,0	99,3	0,2	0,4	0,7	100,0
1,0	2,7	17,5	5,0	0,5	0,5	0,5	1,2	98,4	1,1	0,5	1,6	100,0
2,8	4,7	35,4	7,9	0,7	0,7	0,6	1,8	97,5	1,3	1,2	2,5	100,0
1,0	15,8	44,8	7,9	1,3	1,0	0,4	2,2	98,4	1,3	0,3	1,6	100,0
1,2	1,4	43,7	7,4	0,4	0,4	0,5	0,7	99,5	0,3	0,2	0,5	100,0
7,6	2,4	44,6	7,7	0,6	0,5	0,4	0,7	99,6	0,2	0,2	0,4	100,0
—	7,6	57,9	13,7	2,3	0,6	0,6	1,0	99,6	0,2	0,1	0,4	100,0
2,4	—	53,1	14,0	3,3	2,8	0,6	1,6	98,8	1,0	0,3	1,2	100,0
3,7	9,7	—	32,7	3,0	3,0	2,7	4,7	96,6	2,0	1,4	3,4	100,0
1,4	5,2	51,1	—	2,6	6,2	7,8	7,5	97,6	1,6	0,8	2,4	100,0
3,4	13,7	40,2	21,5	—	9,2	1,0	2,0	99,5	0,4	0,1	0,5	100,0
0,7	5,5	35,0	36,5	7,3	—	4,8	2,8	99,3	0,4	0,2	0,7	100,0
0,4	1,2	28,9	37,1	1,0	5,7	—	20,9	99,3	0,3	0,3	0,7	100,0
0,8	2,4	39,0	30,3	1,1	2,2	10,2	—	98,1	1,1	0,8	1,9	100,0
2,0	5,3	27,8	17,0	1,8	2,2	1,9	3,4	98,2	1,1	0,7	1,8	100,0
..	..	..	..	..	..	..	..	96,0	—	4,0	4,0	100,0
..	..	..	..	..	..	..	..	94,6	5,4	—	5,4	100,0
0,8	2,8	51,3	14,1	0,6	0,8	0,6	3,5	95,3	2,8	1,9	4,7	100,0
2,0	5,2	28,2	17,0	1,8	2,2	1,9	3,4	98,2	1,1	0,7	1,8	100,0
1,5	4,3	32,6	5,7	1,6	0,7	1,2	3,6	96,2	0,9	2,9	3,8	100,0
2,0	5,2	28,2	16,8	1,8	2,1	1,9	3,4	98,1	1,1	0,7	1,9	100,0
2,0	3,8	30,0	9,4	0,7	0,8	0,6	4,4	97,7	0,9	1,4	2,3	100,0
2,1	4,7	35,6	9,8	0,7	0,8	0,7	2,8	97,5	0,9	1,7	2,5	100,0
1,3	3,0	48,8	14,0	0,8	1,0	0,6	2,7	97,7	1,5	0,8	2,3	100,0
2,0	4,1	33,0	9,8	0,7	0,8	0,6	3,8	97,6	1,0	1,4	2,4	100,0
6,5	6,0	8,0	3,6	0,5	0,6	1,0	4,8	99,2	0,1	0,7	0,8	100,0
1,7	3,5	14,8	8,8	0,6	1,0	2,7	6,4	99,7	0,1	0,2	0,3	100,0
1,4	3,1	33,1	8,5	2,4	1,2	1,5	5,7	95,1	0,5	4,3	4,9	100,0
1,7	3,2	13,5	3,0	0,1	0,1	0,2	4,9	72,8	25,5	1,7	27,2	100,0
0,9	2,1	15,4	3,8	0,3	0,2	0,2	4,4	85,0	1,3	13,7	15,0	100,0
4,0	4,5	12,7	4,7	0,6	0,6	1,1	5,0	94,5	2,1	3,4	5,5	100,0
2,5	4,2	27,4	8,4	0,7	0,7	0,7	4,1	96,8	1,3	2,0	3,2	100,0
2,5	4,7	21,3	6,7	1,5	1,9	2,0	3,4	95,1	2,4	2,5	4,9	100,0
2,4	4,5	27,7	11,0	1,0	1,2	1,1	3,9	97,2	1,2	1,6	2,8	100,0
1,8	3,9	19,5	7,0	1,1	1,5	1,6	2,8	93,9	3,1	3,0	6,1	100,0
2,4	4,6	21,0	6,7	1,5	1,8	1,9	3,3	95,0	2,5	2,6	5,0	100,0

indicou residência em 1981. A linha designada por «Total» e as duas últimas linhas têm, porém, outro significado (ver nota b)). A leitura populações nelas indicadas, sendo 100% relativos aos totais respectivos para o continente e ilhas.

População residente em 16 de Março de 1981 (continente)

(QUADRO A-4)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bragança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	246 690	481	415	94	57	57	37	33	24	21
Braga	392	681 379	2 484	190	72	181	95	53	98	38
Porto	431	2 167	1 510 192	733	675	1 366	406	194	581	178
Vila Real	68	377	1 294	253 545	282	152	116	64	201	54
Bragança	82	172	995	238	175 790	151	110	88	81	122
Aveiro	55	150	1 553	83	63	597 677	596	78	355	62
Coimbra	60	130	380	80	88	689	419 908	608	456	252
Leiria	57	65	183	18	34	135	619	402 945	88	57
Viseu	63	102	1 182	191	97	761	545	164	406 935	292
Guarda	36	63	338	30	96	149	489	92	321	197 787
Castelo Branco	12	35	109	19	42	105	296	114	58	204
Santarém	28	87	198	44	36	152	297	605	98	49
Lisboa	864	835	1 589	871	554	980	1 655	1 785	1 584	638
Setúbal	69	89	266	41	68	183	295	212	174	68
Portalegre	8	35	42	8	5	40	80	61	18	32
Évora	11	22	72	6	27	65	54	70	30	6
Beja	15	7	32	10	7	30	34	59	24	37
Faro	23	55	148	19	12	73	89	90	27	32
CONTINENTE	248 964	686 251	1 521 472	256 220	178 005	602 946	425 721	407 315	411 153	199 929
Açores	8	28	122	13	12	41	67	38	32	13
Madeira	7	33	78	9	12	45	65	28	16	8
ILHAS	15	61	200	22	24	86	132	66	48	21
CONTINENTE E ILHAS	248 979	686 312	1 521 672	256 242	178 029	603 032	425 853	407 381	411 201	199 950
Macau	71	204	453	123	79	117	126	107	114	55
PORTUGAL	249 050	686 516	1 522 125	256 365	178 108	603 149	425 979	407 488	411 315	200 005
Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras ex-colónias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
EX-COLÓNIAS	115	199	820	174	171	461	317	348	254	121
França	1 849	3 487	2 984	1 339	1 547	2 445	1 242	2 725	1 390	1 402
República Federal da Alemanha	85	613	980	272	332	505	264	780	945	127
Outros países da Europa	150	375	867	318	545	283	293	216	301	146
EUA/Canadá	317	253	196	162	38	645	207	498	201	175
Outros países	244	569	2 393	249	234	2 741	566	382	489	195
ESTRANGEIRO, EXCEPTO EX-COLÓNIAS	2 645	5 297	7 420	2 340	2 696	6 619	2 572	4 601	3 326	2 045
ESTRANGEIRO(c)	2 764	5 501	8 255	2 516	2 868	7 082	2 890	4 951	3 581	2 166
TOTAL	251 814	692 017	1 530 380	258 881	180 976	610 231	428 869	412 439	414 896	202 171
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979(d)	5 124	10 638	20 188	5 336	5 186	12 554	8 961	9 494	7 961	4 384
RESIDENTES NASCIDOS DEPOIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1979(e)	5 000	16 907	31 907	5 500	3 276	12 757	7 455	7 790	8 752	3 460
POPULAÇÃO RESIDENTE EM 16 DE MARÇO DE 1981	256 814	708 924	1 562 287	264 381	184 252	622 988	436 324	420 229	423 648	205 631

(a) Leitura do quadro:

Em linha: residência em 31 de Dezembro de 1979.

Em coluna: residência em 16 de Março de 1981.

(b) Diferença entre o valor total da linha e o respectivo valor inscrito na diagonal principal. Note-se que o valor encontrado se refere aos que, residindo no distrito indi-

(c) Segundo os valores publicados pelo INE, os totais relativos à linha do estrangeiro excedem, em conjunto, em 69 a soma das parcelas, sem que se justifique porquê.

(d) Diferença entre o valor total da coluna e o respectivo valor inscrito na diagonal principal.

(e) Diferença entre a população residente em 16 de Março de 1981 e o total da população considerada nesta matriz, ou seja, a que pôde indicar uma residência para

Fonte: quadro construído pelo autor a partir de dados do INE; XII Recenseamento Geral da População (1981), Lisboa, 1984, quadros 6.9 (volumes distritais) e 6.14

e Ilhas), por residência em 31 de Dezembro de 1979(a)

Castelo Branco	Santarém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	CONTINENTE E ILHAS	MUDARAM DE RESIDÊNCIA(b)
12	28	738	224	3	7	28	40	284 989	5	16	21	249 010	2 320
18	78	838	220	20	20	15	67	686 258	69	52	121	686 379	5 000
115	215	1 884	595	51	62	53	225	1 520 123	154	102	256	1 520 379	10 187
27	56	1 507	295	5	44	34	41	258 162	31	10	41	258 203	4 658
34	73	1 025	293	19	49	53	48	179 423	11	15	26	179 449	3 659
46	109	878	287	22	40	39	86	602 179	79	41	120	602 299	4 622
162	260	1 808	437	69	64	32	106	425 589	86	81	167	425 756	5 848
46	785	2 136	445	46	52	29	163	407 903	127	18	145	408 048	5 103
70	151	2 960	525	22	43	51	86	414 240	49	18	67	414 307	7 372
306	129	1 714	348	15	30	25	50	202 018	11	19	30	202 048	4 261
226 187	396	2 372	555	103	37	34	69	230 747	12	14	26	230 773	4 586
170	436 718	3 323	1 017	255	184	50	165	443 476	110	32	142	443 618	6 900
1 065	2 902	1 989 067	12 312	817	729	771	1 707	2 020 725	793	565	1 358	2 022 083	33 016
118	479	4 052	620 031	214	442	663	641	628 105	207	106	313	628 418	8 387
72	455	1 092	528	138 255	264	36	97	141 128	29	5	34	141 162	2 907
123	245	1 045	1 131	310	174 555	196	146	178 114	48	21	69	178 183	3 628
24	62	1 110	1 496	43	248	182 119	1 021	186 378	19	16	35	186 413	4 294
36	88	1 369	900	49	109	332	310 484	313 935	32	24	56	313 991	3 507
228 631	443 229	2 018 918	641 639	140 318	176 979	184 560	315 242	9 087 492	1 872	1 155	3 027	9 090 519	120 255
13	93	615	236	16	20	12	66	1 445	233 142	54	233 196	234 641	1 499
17	46	673	146	13	5	13	39	1 253	80	242 669	242 749	244 002	1 333
30	139	1 288	382	29	25	25	105	2 698	233 222	242 723	475 945	478 643	2 832
228 661	443 368	2 020 206	642 021	140 347	177 004	184 585	315 347	9 090 190	235 094	243 878	478 972	9 569 162	123 087
58	155	698	148	38	62	74	104	2 786	32	80	112	2 898	2 898
228 719	443 523	2 020 904	642 169	140 385	177 066	184 659	315 451	9 092 976	235 126	243 958	479 084	9 572 060	125 985
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
109	395	5 395	1 572	59	37	52	288	10 887	104	141	245	11 132	11 132
1 517	1 715	2 082	807	124	105	284	1 165	28 209	43	447	490	28 699	28 699
114	269	1 156	524	73	84	284	515	7 922	8	27	35	7 957	7 957
109	262	2 080	538	141	74	110	326	7 134	30	462	492	7 626	7 626
103	188	916	172	5	8	5	225	4 314	1 731	135	1 866	6 180	6 180
87	363	3 322	702	52	59	32	441	13 120	175	2 138	2 313	15 433	15 433
1 930	2 797	9 556	2 743	395	330	715	2 672	60 699	1 987	3 209	5 196	65 895	65 895
2 041	3 196	14 972	4 318	454	368	770	2 960	71 653	2 092	3 351	5 443	77 096	77 096
230 760	446 719	2 035 876	646 487	140 839	177 434	185 429	318 411	9 164 629	237 218	247 309	484 527	9 649 156	203 081
4 573	10 001	46 809	26 456	2 584	2 879	3 310	7 927	194 365	4 076	4 640	8 716	203 081	—
3 470	7 404	33 591	11 839	2 066	2 843	2 991	5 123	172 131	6 192	5 535	11 727	183 858	—
234 230	454 123	2 069 467	658 326	142 905	180 277	188 420	323 534	9 336 760	243 410	252 844	496 254	9 833 014	—

cado na linha em 31 de Dezembro de 1979, residiam em 16 de Março de 1981 noutro distrito do continente ou Ilhas.

31 de Dezembro de 1979, por já ter então nascido.
(volume do total do País).

População residente em 16 de Março de 1981 (continente

Coeficientes de ori

(QUADRO A-5)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bra- gança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	—	4,5	2,1	1,8	1,1	0,5	0,4	0,3	0,3	0,5
Braga	7,7	—	12,3	3,6	1,4	1,4	1,1	0,6	1,2	0,9
Porto	8,4	20,4	—	13,7	13,0	10,9	4,5	2,0	7,3	4,1
Vila Real	1,3	3,5	6,4	—	5,4	1,2	1,3	0,7	2,5	1,2
Bragança	1,6	1,6	4,9	4,5	—	1,2	1,2	0,9	1,0	2,8
Aveiro	1,1	1,4	7,7	1,6	1,2	—	6,7	0,8	4,5	1,4
Coimbra	1,2	1,2	1,9	1,5	1,7	5,5	—	6,4	5,7	5,7
Leiria	1,1	0,6	0,9	0,3	0,7	1,1	6,9	—	1,1	1,3
Viseu	1,2	1,0	5,9	3,6	1,9	6,1	6,1	1,7	—	6,7
Guarda	0,7	0,6	1,7	0,6	1,9	1,2	5,5	1,0	4,0	—
Castelo Branco	0,2	0,3	0,5	0,4	0,8	0,8	3,3	1,2	0,7	4,7
Santarém	0,5	0,8	1,0	0,8	0,7	1,2	3,3	6,4	1,2	1,1
Lisboa	16,9	7,8	7,9	16,3	10,7	7,8	18,5	18,8	19,9	14,6
Setúbal	1,3	0,1	1,3	0,8	1,3	1,5	3,3	2,2	2,2	1,6
Portalegre	0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,9	0,6	0,2	0,7
Évora	0,2	0,2	0,4	0,1	0,5	0,5	0,6	0,7	0,4	0,1
Beja	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,6	0,3	0,8
Faro	0,4	0,5	0,7	0,4	0,2	0,6	1,0	0,9	0,3	0,7
CONTINENTE	44,4	45,8	55,9	50,1	42,7	42,0	64,9	46,0	53,0	48,9
Açores	0,2	0,3	0,6	0,2	0,2	0,3	0,7	0,4	0,4	0,3
Madeira	0,1	0,3	0,4	0,2	0,2	0,4	0,7	0,3	0,2	0,2
ILHAS	0,3	0,6	1,0	0,4	0,5	0,7	1,5	0,7	0,6	0,5
CONTINENTE E ILHAS	44,7	46,4	56,9	50,5	43,2	42,7	66,3	46,7	53,6	49,3
Macau	1,4	1,9	2,2	2,3	1,5	0,9	1,4	1,1	1,4	1,3
PORTUGAL	46,1	48,3	59,1	52,8	44,7	43,6	67,7	47,9	55,0	50,6
Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras ex-colónias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
EX-COLÓNIAS	2,2	1,9	4,1	3,3	3,3	3,7	3,5	3,7	3,2	2,8
França	36,1	32,8	14,8	25,1	29,8	19,5	13,9	28,7	17,5	32,0
República Federal da Alemanha	1,7	5,8	4,9	5,1	6,4	4,0	2,9	8,2	11,9	2,9
Outros países da Europa	2,9	3,5	4,3	6,0	10,5	2,3	3,3	2,3	3,8	3,3
EUA/Canadá	6,2	2,4	1,0	3,0	0,7	5,1	2,3	5,2	2,5	4,0
Outros países	4,8	5,3	11,9	4,7	4,5	21,8	6,3	4,0	6,1	4,4
ESTRANGEIRO EXCEPTO EX- -COLÓNIAS	51,6	49,8	36,8	43,9	52,0	52,7	28,7	48,5	41,8	46,6
ESTRANGEIRO	53,9	51,7	40,9	47,2	55,3	56,4	32,3	52,1	45,0	49,4
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) Origens, em percentagem, da população que em 31 de Dezembro de 1979 não residia no distrito (ou região autónoma) onde indicou

Fonte: quadro A-4.

e ilhas), por residência em 31 de Dezembro de 1979
gem, em percentagem(a)

Castelo Branco	Santa-rém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	CONTINENTE ILHAS
0,3	0,3	1,6	0,8	0,1	0,2	0,8	0,5	1,2	0,1	0,3	0,2	1,1
0,4	0,8	1,8	0,8	0,8	0,7	0,5	0,8	2,5	1,7	1,1	1,4	2,5
2,5	2,1	4,0	2,2	2,0	2,2	1,6	2,8	5,1	3,8	2,2	2,9	5,0
0,6	0,6	3,2	1,1	0,2	1,5	1,0	0,5	2,4	0,8	0,2	0,5	2,3
0,7	0,7	2,2	1,1	0,7	1,7	1,6	0,6	1,9	0,3	0,3	0,3	1,8
1,0	1,1	1,9	1,1	0,9	1,4	1,2	1,1	2,3	1,9	0,9	1,4	2,3
3,5	2,6	3,9	1,7	2,7	2,2	1,0	1,3	2,9	2,1	1,7	1,9	2,9
1,0	7,8	4,6	1,7	1,8	1,8	0,9	2,1	2,6	3,1	0,4	1,7	2,5
1,5	1,5	6,3	2,0	0,9	1,5	1,5	1,1	3,8	1,2	0,4	0,8	3,6
6,7	1,3	3,7	1,3	0,6	1,0	0,8	0,6	2,2	0,3	0,4	0,3	2,1
—	4,0	5,1	2,1	4,0	1,3	1,0	0,9	2,3	0,3	0,3	0,3	2,3
3,7	—	7,1	3,8	9,9	6,4	1,5	2,1	3,5	2,7	0,7	1,6	3,4
23,3	29,0	—	46,5	31,6	25,3	23,3	21,5	16,3	19,5	12,2	15,6	16,3
2,6	4,8	8,7	—	8,3	15,4	20,0	8,1	4,2	5,1	2,3	3,6	4,1
1,6	4,5	2,3	2,0	—	9,2	1,1	1,2	1,5	0,7	0,1	0,4	1,4
2,7	2,4	2,2	4,3	12,0	—	5,9	1,8	1,8	1,2	0,5	0,8	1,8
0,5	0,6	2,4	5,7	1,7	8,6	—	12,9	2,2	0,5	0,3	0,4	2,1
0,8	0,9	2,9	3,4	1,9	3,8	10,0	—	1,8	0,8	0,5	0,6	1,7
53,4	65,1	63,8	81,7	79,8	84,2	73,7	60,0	60,3	45,9	24,9	34,7	59,2
0,3	0,9	1,3	0,9	0,6	0,7	0,4	0,8	0,7	—	1,2	0,6	0,7
0,4	0,5	1,4	0,6	0,5	0,2	0,4	0,5	0,6	2,0	—	0,9	0,7
0,7	1,4	2,8	1,4	1,1	0,9	0,8	1,3	1,4	2,0	1,2	1,5	1,4
54,1	66,5	66,5	83,1	81,0	85,1	74,5	61,3	61,7	47,9	26,1	36,3	60,6
1,3	1,5	1,5	0,6	1,5	2,2	2,2	1,3	1,4	0,8	1,7	1,3	1,4
55,4	68,0	68,0	83,7	82,4	87,2	76,7	62,7	63,1	48,7	27,8	37,6	62,0
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
2,4	3,9	11,5	5,9	2,3	1,3	1,6	3,6	5,6	2,6	3,0	2,8	5,5
33,2	17,1	4,4	3,1	4,8	3,6	8,6	14,7	14,5	1,1	9,6	5,6	14,1
2,5	2,7	2,5	2,0	2,8	2,9	8,6	6,5	4,1	0,2	0,6	0,4	3,9
2,4	2,6	4,4	2,0	5,5	2,6	3,3	4,1	3,7	0,7	10,0	5,6	3,8
2,3	1,9	2,0	0,7	0,2	0,3	0,2	2,8	2,2	42,5	2,9	21,4	3,0
1,9	3,6	7,1	2,7	2,0	2,0	1,0	5,6	6,8	4,3	46,1	26,5	7,6
42,2	28,0	20,4	10,4	15,3	11,5	21,6	33,7	31,2	48,7	69,2	59,6	32,4
44,6	32,0	32,0	16,3	17,6	12,8	23,3	37,3	36,9	51,3	72,2	62,4	38,0
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

residência em 1981. A leitura deve ser feita em coluna.

População residente em 16 de Março de 1981 (continente

Coeficientes de des

(QUADRO A-6)

	Viana do Castelo	Braga	Porto	Vila Real	Bra- gança	Aveiro	Coimbra	Leiria	Viseu	Guarda
Viana do Castelo	—	20,7	17,9	4,1	2,5	2,5	1,6	1,4	1,0	0,9
Braga	7,8	—	49,7	3,8	1,4	3,6	1,9	1,1	2,0	0,8
Porto	4,2	21,3	—	7,2	6,6	13,4	4,0	1,9	5,7	1,7
Vila Real	1,5	8,1	27,8	—	6,1	3,3	2,5	1,4	4,3	1,2
Bragança	2,2	4,7	27,2	6,5	—	4,1	3,0	2,4	2,2	3,3
Aveiro	1,2	3,2	33,6	1,8	1,4	—	12,9	1,7	7,7	1,3
Coimbra	1,0	2,2	6,5	1,4	1,5	11,8	—	10,4	7,8	4,3
Leiria	1,1	1,3	3,6	0,4	0,7	2,6	12,1	—	1,7	1,1
Viseu	0,9	1,4	16,0	2,6	1,3	10,3	7,4	2,2	—	4,0
Guarda	0,8	1,5	7,9	0,7	2,3	3,5	11,5	2,2	7,5	—
Castelo Branco	0,3	0,8	2,4	0,4	0,9	2,3	6,5	2,5	1,3	4,4
Santarém	0,4	1,3	2,9	0,6	0,5	2,2	4,3	8,8	1,4	0,7
Lisboa	2,6	2,5	4,8	2,6	1,7	3,0	5,0	5,4	4,8	1,9
Setúbal	0,8	1,1	3,2	0,5	0,8	2,2	3,5	2,5	2,1	0,8
Portalegre	0,3	1,2	1,4	0,3	0,2	1,4	2,8	2,1	0,6	1,1
Évora	0,3	0,6	2,0	0,2	0,7	1,8	1,5	1,9	0,8	0,2
Beja	0,3	0,2	0,7	0,2	0,2	0,7	0,8	1,4	0,6	0,9
Faro	0,7	1,6	4,2	0,5	0,3	2,1	2,5	2,6	0,8	0,9
CONTINENTE	1,9	4,1	9,4	2,2	1,8	4,4	4,8	3,6	3,5	1,8
Açores	0,5	1,9	8,1	0,9	0,8	2,7	4,5	2,5	2,1	0,9
Madeira	0,5	2,5	5,9	0,7	0,9	3,4	4,9	2,1	1,2	0,6
ILHAS	0,5	2,2	7,1	0,8	0,8	3,0	4,7	2,3	1,7	0,7
CONTINENTE E ILHAS	1,9	4,0	9,3	2,2	1,8	4,4	4,8	3,6	3,5	1,8
Macau	2,4	7,0	15,6	4,2	2,7	4,0	4,3	3,7	3,9	1,9
PORTUGAL	1,9	4,1	9,5	2,2	1,8	4,3	4,8	3,6	3,5	1,8
Angola	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Moçambique	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Outras ex-colónias	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
EX-COLÓNIAS	1,0	1,8	7,4	1,6	1,5	4,1	2,8	3,1	2,3	1,1
França	6,4	12,2	10,4	4,7	5,4	8,5	4,3	9,5	4,8	4,9
República Federal da Alemanha	1,1	7,7	12,3	3,4	4,2	6,3	3,3	9,8	11,9	1,6
Outros países da Europa	2,0	4,9	11,4	4,2	7,1	3,7	3,8	2,8	3,9	1,9
EUA/Canadá	5,1	4,1	3,2	2,6	0,6	10,4	3,3	8,1	3,3	2,8
Outros países	1,6	3,7	15,5	1,6	1,5	17,8	3,7	2,5	3,2	1,3
ESTRANGEIRO EXCEPTO EX- -COLÓNIAS	4,0	8,0	11,3	3,6	4,1	10,0	3,9	7,0	5,0	3,1
ESTRANGEIRO	3,6	7,1	10,7	3,3	3,7	9,2	3,7	6,4	4,6	2,8
TOTAL(b)	2,6	7,2	15,9	2,7	1,9	6,3	4,4	4,3	4,3	2,1
NÃO RESIDENTES NO DISTRITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1979	2,5	5,2	9,9	2,6	2,6	6,2	4,4	4,7	3,9	2,2
RESIDENTES NASCIDOS DE- POIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 1979(b)	2,7	9,2	17,4	3,0	1,8	6,9	4,1	4,2	4,8	1,9
POPULAÇÃO RESIDENTE EM 16 DE MARÇO DE 1981(b)	2,6	7,2	15,9	2,7	1,9	6,3	4,4	4,3	4,3	2,1

(a) Destinos, em percentagem, da população que em 31 de Dezembro de 1979 não residia no distrito (ou região autónoma) onde deve ser feita em linha.

(b) As linhas assinaladas com esta nota (a do «Total» e as duas últimas) referem simplesmente a distribuição, em percentagem, das

Fonte: quadro A-4.

e Ilhas), por residência em 31 de Dezembro de 1979

tino, em percentagem(a)

Castelo Branco	Santarém	Lisboa	Setúbal	Portalegre	Évora	Beja	Faro	CONTINENTE	Açores	Madeira	ILHAS	MUDARAM DE RESIDÊNCIA
0,5	1,2	31,8	9,7	0,1	0,3	1,2	1,7	99,1	0,2	0,7	0,9	100,0
0,4	1,6	16,8	4,4	0,4	0,4	0,3	1,3	97,6	1,4	1,0	2,4	100,0
1,1	2,1	18,5	5,8	0,5	0,6	0,5	2,2	97,5	1,5	1,0	2,5	100,0
0,6	1,2	32,4	6,3	0,1	0,9	0,7	0,9	99,1	0,7	0,2	0,9	100,0
0,9	2,0	28,0	8,0	0,5	1,3	1,4	1,3	99,3	0,3	0,4	0,7	100,0
1,0	2,4	19,0	6,2	0,5	0,9	0,8	1,9	97,4	1,7	0,9	2,6	100,0
2,8	4,4	30,9	7,5	1,2	1,1	0,5	1,8	97,1	1,5	1,4	2,9	100,0
0,9	15,4	41,9	8,7	0,9	1,0	0,6	3,2	97,2	2,5	0,4	2,8	100,0
0,9	2,0	40,2	7,1	0,3	0,6	0,7	1,2	99,1	0,7	0,2	0,9	100,0
7,2	3,0	40,2	8,2	0,4	0,7	0,6	1,2	99,3	0,3	0,4	0,7	100,0
—	8,6	51,7	12,1	2,2	0,8	0,7	1,5	99,4	0,3	0,3	0,6	100,0
2,5	—	48,2	14,7	3,7	2,7	0,7	2,4	97,9	1,6	0,5	2,1	100,0
3,2	8,8	—	37,3	2,5	2,2	2,3	5,2	95,9	2,4	1,7	4,1	100,0
1,4	5,7	48,3	—	2,6	5,3	7,9	7,6	96,3	2,5	1,3	3,7	100,0
2,5	15,7	37,6	18,2	—	9,1	1,2	3,3	98,8	1,0	0,2	1,2	100,0
3,4	6,8	28,8	31,2	8,5	—	5,4	4,0	98,1	1,3	0,6	1,9	100,0
0,6	1,4	25,9	34,8	1,0	5,8	—	23,8	99,2	0,4	0,4	0,8	100,0
1,0	2,5	39,0	25,7	1,4	3,1	9,5	—	98,4	0,9	0,7	1,6	100,0
2,0	5,4	24,8	18,0	1,7	2,0	2,0	4,0	97,5	1,6	1,0	2,5	100,0
0,9	6,2	41,0	15,7	1,1	1,3	0,8	4,4	96,4	—	3,6	3,6	100,0
1,3	3,5	50,5	11,0	1,0	0,4	1,0	2,9	94,0	6,0	—	6,0	100,0
1,1	4,9	45,5	13,5	1,0	0,9	0,9	3,7	95,3	2,8	1,9	4,7	100,0
2,0	5,4	25,3	17,9	1,7	2,0	2,0	4,0	97,4	1,6	1,0	2,6	100,0
2,0	5,3	24,1	5,1	1,3	2,1	2,6	3,6	96,1	1,1	2,8	3,9	100,0
2,0	5,4	25,3	17,6	1,7	2,0	2,0	3,9	97,4	1,6	1,0	2,6	100,0
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
1,0	3,5	48,5	14,1	0,5	0,3	0,5	2,6	97,8	0,9	1,3	2,2	100,0
5,3	6,0	7,3	2,8	0,4	0,4	1,0	4,1	98,3	0,1	1,6	1,7	100,0
1,4	3,4	14,5	6,6	0,9	1,1	3,6	6,5	99,6	0,1	0,3	0,4	100,0
1,4	3,4	27,3	7,1	1,8	1,0	1,4	4,3	93,5	0,4	6,1	6,5	100,0
1,7	3,0	14,8	2,8	0,1	0,1	0,1	3,6	69,8	28,0	2,2	30,2	100,0
0,6	2,4	21,5	4,5	0,3	0,4	0,2	2,9	85,0	1,1	13,9	15,0	100,0
2,9	4,2	14,5	4,2	0,6	0,5	1,1	4,1	92,1	3,0	4,9	7,9	100,0
2,6	4,1	19,4	5,6	0,6	0,5	1,0	3,8	92,9	2,7	4,3	7,1	100,0
2,4	4,6	21,1	6,7	1,5	1,8	1,9	3,3	95,0	2,5	2,6	5,0	100,0
2,3	4,9	23,0	13,0	1,3	1,4	1,6	3,9	95,7	2,0	2,3	4,3	100,0
1,9	4,0	18,3	6,4	1,1	1,5	1,6	2,8	93,6	3,4	3,0	6,4	100,0
2,4	4,6	21,0	6,7	1,5	1,8	1,9	3,3	95,0	2,5	2,6	5,0	100,0

indicou residência em 1981. A linha designada por «Total» e as duas últimas linhas têm, porém, outro significado — ver nota (b). A leitura populações nelas indicadas, sendo 100% relativos aos totais respectivos para o continente e ilhas.